



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
II Sessão Legislativa

Número: 33
Horta, Quinta-Feira, 15 de Novembro de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 25 minutos.

Período da Ordem do Dia

**Continuação do debate das Propostas de Decreto Legislativo Regional –
“Orçamento da Região Autónoma dos Açores e Plano Regional para 2002”.**

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Duarte Freitas (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Cabral Vieira (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), José San-Bento (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), José Rego (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), da Economia (*Duarte Ponte*), da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e o Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

João António Ferreira **Ponte**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha **Santos**

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel Soares da **Silveira**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade à discussão das propostas de Decreto Legislativo Regional “Orçamento da Região Autónoma dos Açores e Plano Regional para 2002”.

Como se recordam estávamos na fase de pedidos de esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Gostaria de recomendar que, nos pedidos de esclarecimento, apesar do debate estar a ser feito por tempos globais, tivessem alguma parcimónia na utilização dos tempos e que se seguisse a regra dos 3 minutos para pedidos de esclarecimento, embora alguns tenham já ultrapassado, para ver se conseguimos gerir isto com alguma rapidez.

Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meu pedido de esclarecimento é muito curto, respeitará a recomendação do Sr. Presidente, e procurarei que seja objectivo.

Todos nós reparámos que depois da aprovação do Orçamento para 2001, do decreto de execução e da sua entrada em vigor em pleno, houve dificuldades financeiras objectivas.

Todos nós reparámos nisso por via, não de informação governativa de pormenor, mas de observações, de declarações feitas por agentes económicos, por cidadãos, etc., nos mais diversos domínios.

O pedido de esclarecimento que eu queria fazer ao Sr. Secretário Regional, numa altura em que estamos a começar a discutir o Orçamento para 2002, vem exactamente em direcção a essas dificuldades. Qual foi a sua natureza? Por que é que elas se deram? Como é que se deram? Estão resolvidas?

Evidentemente que essas dificuldades estão também patentes no próprio comportamento do Governo e estou a referir-me à cativação de verbas que o Governo resolveu fazer, muito embora não tenha resolvido fazer nenhum orçamento rectificativo.

Eu gostava que o Sr. Secretário Regional, se assim o entender, prestasse alguma explicação, porque acho que é uma situação que antecede toda a reflexão possível sobre a proposta de orçamento que neste momento estamos a apreciar.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começo por este último pedido de esclarecimento, até porque ele é transversal a todas as intervenções feitas ontem, quer pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quer pelo Sr. Deputado Duarte Freitas que também manifestaram alguma preocupação e focaram nas suas intervenções e nos seus pedidos de esclarecimento este facto.

É inegável, Sr. Deputado Decq Mota e Srs. Deputados, que este ano o Governo está a ter algumas dificuldades. O Governo não esconde isso.

Qual a natureza destas dificuldades?

O facto de terem coincido em simultâneo vários acontecimentos, no ano 2001, em que avulta sobremaneira os acertos fiscais que estão a ser feitos pela Administração Fiscal Nacional e que nós não controlamos.

Quando fazemos as nossas previsões de receitas baseamo-nos nos números que nós temos dos anos anteriores e da experiência acumulada do passado, porque nós não conhecemos o nosso universo de contribuintes, não conhecemos as categorias de contribuintes que nós temos.

Essas dificuldades não foram só sentidas por este Governo, já foram sentidas por todos os Governos e se nós virmos as quantificações e as previsões que foram feitas nos anteriores Governos e neste, raramente, ou muito só por acaso, é que elas coincidiram, umas vezes para mais, outras vezes para menos.

Sucedem que este ano foi para menos, porque se fizeram incentivos na sua totalidade, todos os acertos fiscais relativos ao IRS e ao IRC no ano 2001, com a agravante ainda do IVA que é calculado na base da capitação – que é de fácil e transparente quantificação – também ter sofrido uma revisão em baixa, na medida em que o Orçamento rectificativo do Estado para 2001, também conteve uma previsão em baixa do IVA.

Isto acumulou-se aos efeitos das reduções fiscais nos anos anteriores.

Já que estamos a falar de reduções fiscais, permitam-me também que chame a atenção – novamente, quando se falam em números, isso é sempre difícil nós

entendemos que é preciso ter muito cuidado nos números que utilizamos e nas comparações que fazemos – para o facto de que ouvi dizer, e ouve-se dizer com frequência, que por exemplo um aumento das pensões em “x” escudos, representa apenas meio por cento do orçamento. É verdade, representa meio por cento, mas o que é que isso significa? É relativamente ao orçamento total? É relativamente aos 151 milhões?

É sim, meio por cento. Mas nos 51 milhões o que é que estão?

Estão as receitas próprias da Região, estão as transferências do Orçamento de Estado, estão as transferências da União Europeia, está o endividamento. Tudo isto pode ser que represente 0,5%, mas sabem quanto é que representou, em função das nossas receitas próprias, o desagravamento fiscal e o aumento de pensões em 2000? 12%.

É com base nestas referências que nós devemos utilizar, porque as receitas próprias são aquelas que são nossas, são aquelas com que nós podemos contar e são aquelas que nos dão efectivamente o grau da nossa autonomia. São as receitas fiscais e aí o abaixamento das taxas dos impostos, o aumento de remunerações complementares e o aumento das pensões, significou 12% das receitas próprias do ano 2000. Isto é muito dinheiro e é um valor que se faz incidir não apenas no ano 2000, mas em todos os anos, daqui para a frente.

Isto pode vir a comprometer a utilização das verbas disponíveis para despesas do Plano.

Falou-se também de um ritmo de endividamento acelerado. Creio que foi o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que se preocupou legitimamente com o ritmo de endividamento acelerado que estávamos a ter na Região.

O Sr. Deputado Duarte Freitas também fez algumas comparações com o ritmo de endividamento acelerado e comparou-o com os 20 anos de governação do PSD.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Não fui eu que chamei os 20 anos antigos de governação do PSD, mas agora sou levado a fazer algumas considerações sobre isso, porque quando se comparam 20 anos com apenas 4 anos de governação do Partido Socialista, tem que se tomar em atenção algumas coisas.

Já que falamos em endividamento, eu relembro ao Sr. Deputado Duarte Freitas que no período de 77/80, o endividamento da Região foi zero, mas isto são os princípios da autonomia, em que as despesas do Plano eram 1 milhão e 700 mil contos. Era ainda o período de transição das Juntas Gerais para o Governo próprio da Região, de maneira que este período praticamente não conta.

O endividamento no período 81/84, já foi de 1 milhão e 400 mil contos ao ano, com o Plano de investimentos de 6 milhões de contos.

No período de 85/88, o endividamento passou já para 2 milhões 155 mil, com Planos de 17 milhões de contos.

No período de 89/92, o ritmo de endividamento anual já estava nos 9 milhões, 867 mil contos, com uma despesa do Plano de 25 milhões.

No período de 93/96, o endividamento anual já estava em 19 milhões, 607 ao ano, Sr. Deputado, se considerarmos aqui a absorção para a dívida directa dos encargos de 12 milhões e tal de contos na Caixa Geral de Depósitos, que passaram a constituir dívida directa dos juros da habitação. Isto é alarmante Sr. Deputado e não o facto de estarmos agora a endividarmo-nos a 6 milhões de contos por ano.

São as tendências que se verificam e já que falamos em tendências – já termino Sr. Presidente – o Sr. Deputado Duarte Freitas também comparou dois números muito interessantes: o número do Produto Interno Bruto “per capita” na Região em 1995 e em 1998/99, se não estou em erro.

O Sr. Deputado comparou antes, comparou depois e esqueceu-se do durante.

O que é que se passou durante esses dois anos?

É muito simples. O PIB na Região vinha a descer aceleradamente e só a partir de 1997 é que ele inflectiu. Todas as estatísticas assim o demonstram, quer o valor acrescentado bruto “per capita”, quer o PIB “per capita”, quer o PIB sem ser “per capita”.

Todos os indicadores demonstram isso.

Entre 95 e 97 os valores são aqueles que os Sr. Deputado referiu, mas o durante é que interessa. Antes eles vinham a descer, a diminuir, e a partir de 97 começaram a sua inflexão ascendente e hão-de continuar com os planos de desenvolvimento e

com os orçamentos que este Governo apresentará a esta Assembleia e que estou certo que passarão.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que referi do endividamento do consulado socialista, entre o final de 92 e o final de 96, retirando a herança que veio sem ser saneada por via da Lei das Finanças Regionais, perspectiva-se que chegue a cerca de 70 milhões de contos no final de 2002, nestes 6 anos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Só representa 61,6%, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, eu comparei as dívidas anteriores juntando a dívida directa, os fundos e serviços autónomos e os avales. Nem sequer juntei as empresas públicas, mas vou ter oportunidade de referir aqui qual o aumento do passivo das empresas públicas.

O que é certo é que em dívida directa, dívida dos fundos e serviços autónomos e avales, pode-se considerar responsabilidades, à data final de 2002, segundo o que o orçamento prevê e o que se pode retirar de lá são cerca de 70 milhões de contos, mesmo retirando a tal verba da herança social democrata.

A dívida directa são 61,6%, é verdade. Responsabilidades totais, 97,8%.

São 61,6% da dívida directa. A dívida dos fundos e serviços autónomos são cerca de 8 milhões, os avales ascenderão a 28 milhões, o que totaliza 97,8.

Em relação ao passivo das empresas públicas, eu gostaria de dizer aqui duas ou três notas.

O passivo das empresas públicas que nos finais de 96 ascenderia a cerca de 44,5 milhões de contos, segundo o que podemos observar no Orçamento, estará neste momento nos 72,774 milhões de contos: Lotaçor 2,3 milhões, SATA 10,9 milhões, EDA 58 milhões.

Deputado Cabral Vieira (PS): Está a comparar isso com o bem-estar!

O Orador: Em relação à convergência, Sr. Secretário, eu referi o número de 95 e de 99, mas posso referir a percentagem em relação ao país, todos os anos:

95 – 69,5%

96 – 69%

97 – 67%

98 – 69,3%

99 – 69,4%

Pode-se verificar aqui, em termos genéricos, que há uma estabilização do crescimento do PIB relativamente ao do país que, por sua vez, entrou em desacordo com a tendência comunitária e afecta a economia portuguesa.

Para terminar, em relação aos impostos, ontem tive oportunidade de referir numericamente qual tinha sido a tendência das expectativas do Governo ao nível dos vários orçamentos desde 95 até 2002.

Verifica-se que no ano de 99 há um enorme aumento da receita de IRS.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que terminasse.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Esse aumento mantém-se, depois decresce um pouco e de 2001 para 2002 há, na perspectiva do orçamento, um decréscimo mais acentuado.

Esse decréscimo, Sr. Secretário, se calhar é mais erro de previsões, por se ter subido as expectativas demasiado, ou por tê-las mantido subidas a partir de um ano em que houve acertos pela positiva e mantiveram-se sempre elevados e agora houve um acerto pela negativa.

Essa é uma questão daquilo se quer pôr no orçamento.

De qualquer modo, as receitas de IRS representam uma insignificância relativamente às receitas totais. Está escrito no orçamento e referi aqui ontem e o Sr. Secretário certamente concordará que quatro quintos das receitas fiscais dependem do IVA e do IRS. No IVA nós não temos controlo, porque depende do estado da economia portuguesa.

Neste momento o estado da economia portuguesa apresenta alguma retracção. Portanto estamos a receber menos por essa via. É óbvio que o IVA também nos vai atingir negativamente.

Eu gostaria de terminar dizendo que se o Governo entende que todos estes problemas do desagravamento dos impostos e das subidas das pensões tem um efeito muito negativo na Região, vai ter sempre uma solução: o Governo da maioria absoluta pode sempre revogar o desagravamento fiscal.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uns breves esclarecimentos, porque a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas não precisa de muitos mais esclarecimentos complementares.

A questão inicial da minha intervenção já pressupunha que algumas confusões se iam levantar.

Se o Sr. Deputado Duarte Freitas insiste em comparar os 94 ou 97 milhões de contos – o artigo que saiu no jornal com alguma conveniência partidária, certamente – terá que compará-los com número igual de natureza em 1996.

Como já disse eram 143,8 milhões de contos que a preços actuais são 164 milhões. Estes são os valores que devem ser comparados.

Quanto ao PIB na Região, isto é inegável, Sr. Deputado, não pode desmentir as estatísticas, não pode de maneira nenhuma desmentir os gráficos. Entre 95 e 97 o PIB per capita comparado com o nacional vinha em queda. A partir de 97 começou a inflexão ascendente.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Está no Orçamento!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): A não ser que se tenha enganado nas contas, mas não me parece!

O Orador: Sr. Deputado, não posso dizer uma coisa diferente daquela que os números evidenciam.

Quanto às previsões de receitas, o Sr. Deputado diz que houve um excesso de optimismo por parte do Governo Regional na previsão das receitas fiscais. Eu não direi que houve um excesso de optimismo, mas sim uma ilusão de alguns acertos que nós julgávamos que já teriam sido efectuados nos anos anteriores, mas que não foram.

Deputada Berta Cabral (PSD): É uma ilusão!

O Orador: Nas nossas previsões, o IRS previsto arrecadar em 1999, era de 17 milhões de contos. É isso que consta nos Orçamentos. No ano anterior tinha sido de 16.5 e nós calculámos apenas 17, porque já estávamos a contar que se reflectisse aqui algum efeito da diminuição dos 15% do IRS.

Deputada Berta Cabral (PSD): Aí é que está. Isso é que foi o erro!

O Orador: Assim não sucedeu. A receita arrecadada em 99 foram 21 milhões de milhões.

Em 2000, nós mantivemos a nossa previsão prudente de 17 milhões de contos, quando a receita hoje arrecadada já foi inferior (16,9) a 80 mil contos. Aqui acertámos em cheio e não ouvimos nenhum elogio da parte da oposição perante estes factos.

Isso criou-nos a ilusão de que os acertos em 2001 seriam menores. Nós pensávamos, erradamente, porque agora se constata, que a nossa base tributária tinha alargado, quer no IRS, quer no IRC. Assim não sucedeu, mas por causa dos acertos.

Já que estamos a falar em acertos e o Sr Deputado Duarte Freitas foi buscar os seus números em 96, eu lembro que em 1996 – este orçamento não era nosso, era vosso – as previsões de IRS eram 16 milhões de contos e recebeu-se apenas 13. No total das receitas fiscais as previsões eram 56 milhões de contos e recebeu-se apenas 51.

Deputada Berta Cabral (PSD): Foram feitas no ano seguinte e depois parte de uma base errada!

O Orador: Foi um erro cometido em 96...

Deputada Berta Cabral (PSD): Que recebeu em 97 e parte de uma base errada. O erro foi esse!

O Orador: da mesma ordem de grandeza do que agora foi cometido, sem que tivesse havido quaisquer alterações nas taxas dos impostos então vigentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para pedir esclarecimentos e para prestar esclarecimentos. No caso em apreço parece-me mais importante dá-los que pedi-los. Para pedir, tivemos ontem um largo período de pedidos e agora parece-me que se afigura darmos alguns.

Primeiro, Sr. Secretário, eu louvo sempre a forma politicamente honesta como V. Exa. responde às questões colocadas.

De facto, nós estarmos hoje a ouvir da sua boca aquilo que nós temos dito com alguma insistência ao longo destes anos e que às vezes alguns elementos da bancada do Partido Socialista julgam que há exagero da nossa parte ou que há alguma falta de critério quando aqui o afirmamos.

Ontem já o disse e hoje volta a repetir que não tem havido e não há nenhuma base técnica e científica que suporte as previsões, em matéria de orçamento de receita e em matéria de IRS e IRC, por parte dos Orçamentos apresentados pela Região Autónoma dos Açores, daí quando nós nos insurgíamos contra a pompa e a circunstância que muitas vezes o Governo, em geral, e o Sr. Secretário Regional das Finanças, em particular, colocavam naquela bancada (os nosso cálculos! Os nossos estudos! Vamos crescer isto! Vamos crescer aquilo!).

Nós sabíamos perfeitamente que não tinha nenhum fundamento essa arquitectura, esse tipo de linguagem, porque, infelizmente e até de forma incompreensível, a Região não tem acesso aos dados base que nos permitam, nessa matéria, inscrever com o mínimo de consciência a componente da receita fiscal própria.

A região tem que agir!

O Governo Regional tem que agir!

Nesse domínio há um enorme défice e o Governo da República junto com o Ministro da Finanças têm que responder à Região.

Ainda bem que essas coisas acabam por ser quase por consenso aqui reconhecidas anos depois.

Segunda questão:

Sr. Secretário, o Partido Popular e eu próprio, infelizmente para a Região, temos acertado, razoavelmente, ao longo dos anos com a tendência e a evolução da dívida pública regional. Aliás, no passado, nem era difícil atingir as situações que nós conhecemos.

Mas no presente, é bom reconhecer, que não temos andado muito longe daquilo que tem sido a evolução.

A afirmação que ainda hoje aqui fez, citando situações do passado, que aí sim, dizia o Sr. Secretário, “num determinado ano a média de crescimento da dívida pública andava pelos 17 ou 18 milhões e isso era grave”, aí eu concordo consigo, mas ponha-se no nosso lugar: quando V. Exa. apresentou esse documento, a previsão de endividamento para 2002 era, à partida, de 12 milhões de contos.

Nós sabemos que o défice do sector da saúde, o “buraco” do Serviço Regional de Saúde, mais a outra dívida administrativa, andaria em média pelos 4 ou 5 milhões.

Quando V. Exa. apresentou o documento, não era previsível que o agravamento da dívida pública regional no ano 2002, não seria na ordem dos 17 milhões de contos?

Eu adjectivo essa previsão de 17 milhões de contos para 2002, da mesma maneira que V. Exa. adjectivou a dívida de 12 milhões de contos do PSD no passado. Estamos entendidos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção será breve, mas acho que a devo fazer por uma razão extremamente simples, ou seja, eu gosto que as coisas fiquem claras e não gosto que os números sejam manipulados. Eu sei que é fácil manipular números à nossa vontade. Para isso basta compararmos realidades bastante diferentes que não têm

nada a ver uma com a outra e isso aconteceu há pouco com o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Sr. Deputado, que realidade é esta?

Que fique registado que o Deputado Cabral Vieira disse neste momento que a dívida directa da Região passou, de 1996 para 99, de 116 para cerca de 44 milhões de contos! Essa é a verdade!

Se o Sr. Deputado quiser comparar dívida directa, mais garantida, mais indirecta, então tem que fazer cálculos completamente diferentes. Aliás, o Sr. Secretário Regional das Finanças já os fez.

A verdade é esta, não vale a pena manipular!

O Sr. Deputado ontem, já tentou manipular. Tentou colocar o endividamento com 20 anos de governação do PSD.

Isto é só um reparo, porque nós somos acusados de estarmos sempre a falar do passado.

Não é verdade! Quem falou do passado foi o senhor e eu só me referi ao passado, porque o Sr. Deputado tentou elogiar um passado que não tinha nada para elogiar.

Com este Governo a dívida pública passou de 116 para 44. A partir de 99 o ritmo de endividamento não tem nada a ver com aquilo que era e eu nem sequer estou a dizer se era bom ou se era mau na altura, não estou a fazer juizes de valor. Se calhar era a solução possível. A verdade é esta!

Deputado João Cunha (PSD): Outra vez?! O senhor é pior do que uma cassete!

O Orador: Não. Aquele Sr. Deputado de vez enquanto sonha e depois diz coisas que não têm nada a ver com o debate.

A verdade deve ficar registada e não vale a pena inventar números. Quando queremos demonstrar qualquer coisa diferente inventamos números e somamos parcelas que não têm nada a ver com a realidade que estamos a tratar. É isso que o Sr. Deputado faz.

Não vale a pena, Sr. Deputado! Compare as mesmas realidades.

Se quiser —e aconselho-o o fazer — tente ajustá-los pelo nível de preços e se calhar vai ficar bastante surpreendido e talvez não fará esse desvios que tenta fazer de vez em quando.

Era uma intervenção extremamente breve, mas para registar aquilo que eu julgo que é verdade, é aquilo que está contabilizado e que pode ser visto nos documentos oficiais.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito brevemente para me congratular com uma parte da intervenção do Deputado Alvarino Pinheiro, no sentido de nos apoiar nestes grandes esforços que estamos a fazer, ao conhecer e termos acesso aos dados dos impostos, que nós desconhecemos na totalidade.

Por outro lado, para lamentar que as previsões que tenham feito, quanto à dívida da Região, tenham sido diferentes da realidade actual, o que deita por terra muitos dos argumentos que estavam pensados e que agora não podem ser utilizados, felizmente para todos nós, porque o endividamento líquido da Região, em 2000, foi de 6 milhões de contos, em 2002, será de 6 milhões de contos e estamos a contar chegar ao final do nosso quadriénio com uma dívida não superior, anualmente, a este montante, quiçá mesmo, talvez ligeiramente inferior, não obstante de nós estarmos limitados, à partida.

Nós temos um grande constrangimento também no nível das receitas próprias da Região que não evoluem a nosso belo prazer.

Por outro lado, estamos condicionados a uma grande parte de despesas de funcionamento que não podemos iludir e não podemos fazer desaparecer...

Deputado Berta Cabral (*PSD*): É evidente. Não podem, se pudessem faziam!

O Orador: ... porque grande parte diz respeito a pessoal.

O esforço que nós fazemos na contenção da despesa pública tem que se limitar, infelizmente para nós, a verbas de reduzido montante que são aquisições de bens e

serviços correntes e aquisições de bens de capital, em que o esforço de contenção por parte do Governo Regional tem sido muito grande ao longo destes últimos anos. Ele tem vindo a registar taxas negativas de crescimento, quer num, quer noutra nos últimos anos, inclusivamente em 2002 em que a taxa de crescimento é negativa de 1,66% para a aquisição de bens correntes e de -7,59% para a aquisição de bens de capital.

Quanto às despesas de pessoal, nós tencionamos também fazer o máximo de poupanças que pudermos, na parte variável, ou seja, nas ajudas de custo e nas despesas de transporte, porque a grande massa está nos ordenados certos e permanentes.

Mesmo assim, na Região, a nossa previsão é que eles cresçam somente à taxa de 5,35%, o que é superior à que está no Estado e por uma razão muito simples, isto é, o Governo da República tem um instrumento muito importante que nós não temos aqui, ou seja, uma dotação provisional de muitas centenas de milhões de contos. É aí que ele vai buscar as verbas para reforçar as previsões orçamentais.

Nós aqui não temos. A nossa dotação provisional é reduzida, daí que tenhamos que expressar nas nossas previsões aquilo que nos parece ser consentâneo.

Finalmente, e agora em relação ao Sr. Deputado Duarte Freitas, gostaria de dizer que não sei o que é que as empresas públicas vieram fazer para aqui.

Eu ainda tenho nos meus ouvidos a argumentação da Dra. Berta Cabral, quando fazia as comparações das dívidas e que iam no sentido daquela que eu agora estou a fazer, em que dizia que as empresas públicas não tinham nada a ver com isto.

Deputado Berta Cabral (PSD): Exactamente. Eu dizia isso porque o PS argumentava!

O Orador: É verdade, não têm nada a ver com isto. Têm o seu património próprio.

Os senhores agora passaram a utilizar os argumentos do PS quando estava na oposição?

Por agora é só isto. Já sei que vou intervir a seguir.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação aos debates que têm ocorrido aqui sobre a dívida directa e a dívida consolidada, devemos ter números e agregados para todos os gostos. Aliás, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já deu um bom contributo sobre isso.

Eu quando falei nas empresas públicas foi marginalmente, mas para dar a ideia de que se as empresas públicas prestam um serviço público, é óbvio que as responsabilidades que assumem, sendo todas elas de capital exclusivamente público, também devem ser de alguma forma consideradas na perspectiva do que é que está a ser a gestão orçamental dos interesses públicos na Região.

Em relação ao PIB, Sr. Secretário, eu remetia-o para a página 18 do seu próprio orçamento de 2002. Quanto a isso ficaríamos conversados, porque toda a gente conhece quais são os números que lá estão, ou pelo menos esses que estão interessados em conhecer.

Gostaria de fazer uma pergunta em relação à execução da receita fiscal, nomeadamente em sede de IRC e IRS.

Poderá dar-me informações acerca da execução desta receita no ano 2000 e 2001?

Para terminar, gostaria de dizer que em relação ao IRS há mais ou menos uma estabilidade nas estimativas e na arrecadação deste imposto, apesar do desagravamento fiscal.

Em relação ao IRC, a ideia com que ficamos é que o Sr. Secretário, talvez em 99, terá ficado extasiado com a arrecadação que fez. Passou de 2,8 em 98, para 8,1 em 99. A partir daí as estimativas nunca mais bateram certo.

O senhor devia ter percebido que tinham havido acertos pela positiva e que certamente iam haver acertos pela negativa. Ou não percebeu ou, percebendo, quis empolar a perspectiva da receita.

O que é certo é que a ideia que nós ficamos é que o senhor se enganou e que o seu engano prejudicou o seu próprio Governo que ficou em maus lençóis. Agora os açorianos vão ter este orçamento que temos à nossa frente.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta última intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças , penso que é bom explicitar a questão das diferentes componentes da dívida regional, para se comparar grandezas iguais.

Exactamente porque referiu a questão das empresas públicas, eu gostaria de dizer que nos finais de 1995, quando entrei aqui pela primeira vez, o Sr. Deputado Fernando Lopes, que hoje não está nesta Casa, mas que se recordará e está no Diário das Sessões, dizia que a Região Autónoma dos Açores tinha uma dívida de 150 milhões de contos. Aliás, fez manchete no dia seguinte no jornal.

Eu procurei explicar, do ponto de vista técnico, porque me considero uma pessoa tecnicamente bem informada, que ele não podia somar a dívida das empresas públicas com os avales. Os avales e as empresas públicas eram a mesma coisas. Os avales eram todos canalizados para as dívidas das empresas públicas, muito embora a dívida dessas empresas fosse para além do montante dos avales.

Ele percebeu, obviamente, mas essas não era a intenção dele. A sua intenção era empolar a dívida da Região.

O que hoje estamos aqui a fazer e o que o Deputado Duarte Freitas fez, foi exactamente o contrário disso. Comparou grandezas comparáveis e somou dívida directa, dívida garantida, dívida dos fundos dos serviços autónomos o que dava 97 milhões de contos.

Hoje, somou 113 e se quiser 116, mas há 3 que são do vosso mandato a partir de Novembro....

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Mas são vossos!

A Oradora: ... – se quiser some, porque não é essa a questão – com os 18,6 e com os 5,1, o que dá 139,6. Isto é comparável.

As empresas públicas são comparáveis entre si, com 96, com a dívida actual, que é incomparavelmente superior. Esta é que é a questão e só fiz esta intervenção para

deixar muito claro que nós não estamos a fazer aquilo que foi feito aqui em 1995 e que está no Diário das Sessões.

Estamos a fazer aqui um exercício sério de comparação, com os dados disponíveis, da forma que é possível fazer hoje, mas que é bastante explícita e qualquer pessoa percebe.

As justificações o senhor já as deu.

As justificações do nosso lado não são bem compreendidas, porque acima de tudo há aqui questões por explicar.

Digo-lhe mais: a grande questão para mim e para a maior parte das pessoas entendidas nestas coisas, relativamente às dificuldades de tesouraria do ano 2001, têm a ver com o cancelamento da conta gratuita no Banco de Portugal, coisa que nunca é falada aqui.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso era o nosso fundo de maneiço que não foi acautelado. Daí que as dificuldades são muitas, porque 11 milhões de contos de fundo de maneiço não se cobrem de um dia para o outro, sem deixar a tesouraria completamente estrangulada. Vai-me dizer que não era dinheiro nosso, não era receita, não era dívida. Não. Mas era fundo de maneiço e estão aqui muitos empresários que sabem o que é que lhes aconteceria se de um dia para o outro ficassem sem o seu fundo de maneiço. Foi o que aconteceu à Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu já estou a queimar muito tempo do Governo e ainda há muita gente para falar, mas não pode ser de outra maneira.

Respondendo directamente à questão do Deputado Duarte Freitas, as previsões de IRC feitas pelo Governo em 1999, foram de 7 milhões de contos. Veio-se efectivamente a arrecadar 8 milhões e 100 mil contos.

As previsões de IRC no ano 2000, feitas pelo Governo, foram de 6,5 milhões de contos. Veio-se a arrecadar 7,8 milhões de contos. Dois anos seguidos é de mais para serem considerados acertos positivos.

Houve aqui, nitidamente, um conjunto de factores que levaram a que se pagasse na Região mais IRC nestes 2 anos.

Sucedo que no ano 2001, estão a ser feitos acertos negativos provenientes da baixa dos 30% dos impostos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E positivos, Sr. Secretário?

O Orador: Positivos nenhuns, infelizmente, Sr. Deputado.

Eu tenho aqui a lista de todos os acertos. Infelizmente está tudo a vermelho, é tudo negativo.

Não sei se por coincidência ou não, acontece no mesmo ano em que o Governo da República também está a ter muitas dificuldades financeiras. Com certeza está a ir buscar todo o dinheiro que pode, onde pode.

Quanto às considerações finais da Dra. Berta Cabral, eu não posso deixar de lhe dar razão, porque efectivamente a extinção da conta gratuita no Banco de Portugal, causou algumas perturbações à gestão financeira na Região, mas isto não é culpa deste Governo, isto é uma imposição comunitária.

Na própria Lei de Finanças Regionais estava prevista a sua extinção para o final de 2001.

O Governo acautelou este desaparecimento através da negociação de uma linha de crédito em conta corrente, com uma instituição de crédito, precisamente para fazer superar estas dificuldades.

Isto é mais um factor que vem, mas não é o determinante, Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas é muito importante!

O Orador: Nós também nos acautelámos.

O determinante está nas reduções que nós não prevíamos. É aqui que estão as grandes dificuldades financeiras da Região.

Finalmente, quanto às empresas públicas...

Deputada Berta Cabral (PSD): Finalmente, não. E a execução fiscal?

O Orador: ...devo dizer-lhe que elas têm o seu património próprio, têm o seu equilíbrio próprio.

Se o Governo dá algum aval a uma empresa pública é para que ela consiga, no mercado de capitais, condições melhores para obtenção dos seus empréstimos. Aí creio que tem toda a legitimidade.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sempre foi assim!

O Orador: Sempre foi assim e continuará a ser.

É para ele conseguir garantir na sua conta exploração equilibrada, menores custos e maiores proveitos no final de cada ano.

Por outro lado, nós continuamos com o objectivo de privatizar as empresas públicas, nomeadamente a EDA que já teve a sua primeira fase de privatização em 10%, quando as condições de mercado assim o entenderem e determinarem.

Nós não vamos privatizar por privatizar. Serão privatizadas quando o Governo entender que é ocasião para privatizá-las.

O objectivo é privatizar as empresas públicas, na altura em que elas valerem o máximo possível e o mercado estiver receptível a aceitar essas privatizações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu reafirmava a questão posta aqui pelo Deputado Duarte Freitas. Uma pergunta concreta ao Sr. Secretário Regional:

Qual foi a execução fiscal em 2001 do IRC e do IRS, até Setembro de 2001, se faz favor?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O ano 2001 ainda não chegou ao fim.

De qualquer das maneiras posso dizer à Sra. Deputada e ao Sr. Deputado Duarte Freitas que as nossas previsões de receita a menos no IRS será à volta dos 3 milhões de contos e que a nossa receita a menos no IRC, relativamente àquela que estava projectada, também será à volta dos 4 milhões de contos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento em relação a esta intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira para uma intervenção.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aproxima-se o momento da votação de mais um Plano e um Orçamento nesta Assembleia, no caso vertente o Plano e o Orçamento para o ano de 2002.

Um Plano e um Orçamento que, uma vez mais, incorporam grandes medidas e linhas de acção alicerçadas no âmbito de uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores.

Não quer isto dizer que o papel e a acção dos poderes públicos se substituam à iniciativa privada. Também não significa, nem pressupõe, a existência de qualquer forma de paternalismo ou de subserviência, mas apenas de complementaridade.

A complementaridade entre a provisão pública e a provisão privada de bens e serviços assume, hoje em dia, um papel determinante e fundamental na promoção da equidade, da justiça social, da eficiência económica e do bem-estar dos cidadãos, em todas as sociedades modernas e desenvolvidas.

Ao Governo, na procura do bem-estar económico e social dos cidadãos, cabe a prestação de apoio ao funcionamento da actividade produtiva e económica mediante a criação e melhoria de infraestruturas, a formação dos recursos humanos e o fomento da ciência e da tecnologia, entre muitas outras actividades.

Todas estas actividades ficariam, na ausência de intervenção pública, sempre aquém do nível socialmente óptimo.

Acresce a tudo isto o desenvolvimento de muitas funções de natureza social, nomeadamente a correcção de desigualdades no acesso a bens de primeira necessidade, no acesso à educação e no acesso à saúde.

Numa sociedade onde a preferência da maioria dos cidadãos pela provisão pública de alguns bens e serviços é evidente, numa sociedade onde a pobreza deixou de estar encapotada e, como se sabe, assume alguma dimensão, apelar constantemente à redução drástica da despesa, sobretudo da despesa corrente e apenas porque é moda, é contribuir para a redução da quantidade e para a degradação da qualidade dos bens e serviços fornecidos pelas entidades públicas.

É promover as desigualdades. É contribuir para o mal-estar dos cidadãos. É, acima de tudo, ser contra os cidadãos que habitam nestas ilhas.

Reclamar a redução das receitas e opor-se ao endividamento, mesmo que residual, pode ser pura demagogia, mascarada de grande sabedoria.

Endividamento não é sinónimo de má gestão. Não é sinónimo de mal-estar. Não é sinónimo de ineficiência. Não é sinónimo de incapacidade. Não significa comprometer as gerações futuras em benefício das gerações presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano e este Orçamento não escondem algumas dificuldades. Dificuldades essas que resultam não do acréscimo desmesurado da despesa, mas da insuficiência da receita.

Mas estes dois documentos, conjugados com um conjunto de obras a executar no âmbito dum contrato de parceria entre o sector público e o sector privado, também revelam que os Açores continuam em boas mãos.

Que quem governa, governa bem e que, ao contrário de alguns agoiros, a caminhada rumo ao desenvolvimento, continua.

Os Açorianos vivem hoje e continuarão viver melhor do que há cinco anos atrás.

O indicador mais utilizado para medir o nível de bem-estar das populações é o Produto Interno Bruto por habitante. O valor deste indicador situa-se nos Açores em aproximadamente 70% da média nacional.

Como já tive oportunidade de dizer neste hemiciclo, tal facto resulta essencialmente de dois factores.

Por um lado, a produtividade média do trabalho atinge na Região cerca de 84% do valor verificado para a média do país.

Por outro lado, a taxa de participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a taxa de emprego da população potencialmente activa é menor nos Açores.

O aumento da produtividade do trabalho resultará da qualificação dos recursos humanos, da adopção de novas tecnologias e da modernização do tecido produtivo.

A Proposta de Plano incorpora e reconhece a importância destes grandes vectores. Por seu turno, o aumento da taxa de emprego da população potencialmente activa requer a diversificação da actividade produtiva, nomeadamente através do desenvolvimento do turismo.

O desenvolvimento desta actividade complementar, deve contribuir para aumentar a utilização dos nossos recursos e para fortalecer a vertente de exportação da nossa economia.

Deve, além disso, contribuir para a diversificação do risco, elemento fundamental não só no mercado financeiro, mas também no âmbito das trocas comerciais com o exterior, sobretudo quando se trata de pequenas economias.

E importa referir que os indicadores disponíveis, quer no que respeita à evolução das receitas e das dormidas, quer no que respeita à iniciativa e à confiança dos empresários, directa e indirectamente, ligados ao sector, são bastante animadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A economia açoriana continua forte e saudável. Um dos indicadores mais utilizados para avaliação da conjuntura é o chamado “índice de miséria”, ainda que a designação na minha opinião não seja a mais adequada.

Este resulta da simples soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego e situa-se nos Açores em cerca de cinco pontos percentuais, valor que revela uma boa saúde económica, mesmo que isto possa não ser do agrado de alguns, porque não corresponde ao que normalmente apregoam.

Apregoam más notícias. Tentam fazer crer que a Região vive ou caminha para uma situação semelhante à que viveu num passado não muito distante.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E o Sr. Deputado apoiava!

O Orador: Mas como contra factos não há argumentos, resta-lhes a frustração que brota desse esforço inglório, Sr. Deputado.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Deputado era mais cúmplice nesse tempo do que eu!

Deputado Dionísio Sousa (PS): A ordinariisse não paga imposto!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pois, se pagasse o Sr. Deputado estava todo carimbado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para pedir esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um brevíssimo pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Cabral Vieira que é um reportado economista.

Ouvi com muita atenção a sua intervenção e procurei seguir o seu raciocínio, digamos, com maior rigor.

Não pretendo entrar em polémica, mas gostaria de ouvir a sua opinião sobre uma questão.

Nós temos os indicadores, temos as situações, as avaliações que se podem fazer, mas há uma outra perspectiva de análise que sai dessa rigidez e que está muito presente na nossa sociedade. Tem a ver com as perspectivas de evolução.

Sabendo-se como se sabe que a nossa economia produtiva a nível do sector primário e secundário, muitas vezes até por razões de enquadramento que não têm a ver com a própria Região e outras vezes por atitudes do Governo Regional, tem dificuldades reais palpáveis que são mais patentes nuns momentos que outros, sabendo-se que a perspectiva de evolução, principalmente a nível dos produtores, dos cidadãos, dos trabalhadores, não é muito clara – vi com atenção que é necessário diversificar, ouvi com atenção a sua intervenção quando refere o turismo como actividade complementar – gostaria de perguntar directamente ao Sr. Deputado o seguinte:

Disse e afirmou no final da sua intervenção que a nossa economia é sólida.

Deputado Cabral Vieira (PS): Está saudável!

O Orador: O que é que pensa sobre o futuro?

Qual é a perspectiva?

Nós, responsáveis políticos, o que é que podemos dizer, com rigor, sobre a perspectiva de médio prazo para a evolução da nossa economia?

O que é que pensa que pode acontecer aos sectores produtivos regionais, o que pode acontecer aos complementos que são necessários?

Qual é a perspectiva real?

Era esta a pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Deputado que é economista mas que também sendo político tem que ter resposta para estas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira para prestar esclarecimentos.

Deputado Cabral Vieira (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Eu dou-lhe a minha opinião, com muito gosto.

Na última parte da minha intervenção eu disse que a economia açoriana estava saudável. Não disse que era uma economia forte.

A economia é como as pessoas, umas são mais fortes do que as outras, mas ambas, à sua dimensão, podem gozar saúde. Era isso que eu estava a dizer, mas não deixa de ser uma economia com bastantes fragilidades.

Vou fazer um pequeno enquadramento, e não me vou alongar demasiado nisso, que tem a ver com os grandes vectores que sustentam a economia açoriana.

Os vectores de protecção, onde temos um sector primário conjugado com a fileira agro-industrial, que é de extrema importância e vai continuar a ser nesta Região, é um sector que, sendo de exportação, está bastante exposto à concorrência internacional e pode vir a ficar ainda mais exposto à economia internacional, porque, por um lado, não se sabe o que é que vai acontecer no sector ao nível dos próprios desenvolvimentos, no âmbito da organização mundial do comércio. Nós não

controlamos isso, é óbvio. Por outro lado, temos outros factores que também não controlamos e posso-lhe dar o caso concreto da BSE. Apesar de haver um caso aqui nos Açores, acontece que a nível internacional, independentemente da origem da carne, se houver alguma suspeição, abrange também a carne.

Portanto, é um sector extremamente importante, onde os Açores têm vantagens competitivas e vai continuar a ser importante no desenvolvimento desta Região.

Mas nós temos outras potencialidades. É um risco estarmos assentes só sobre um pilar.

Nós temos que diversificar e o turismo é uma actividade complementar. Esta é a única actividade que eu vejo neste momento com capacidade, uma vez que estou a falar em termos de desenvolvimento/crescimento, de ir buscar um conjunto de recursos humanos que estão neste momento sub-aproveitados na Região ou não entraram no mercado de trabalho, digamos assim, mas têm cada vez mais apetência para entrar no futuro.

Como sabe o serviço de doméstica tradicional, tende a desaparecer. As pessoas têm tendência para entrar no mercado de trabalho.

Eu penso que é extremamente importante explorar essa fileira, não só por causa da diversificação em si, mas porque vai, com base nos nossos recursos internos, potenciar o nosso processo de crescimento.

O PIB “per capita”, os tais indicadores de que se fala muito, não depende apenas da produtividade, mas também da quantidade de pessoas, em relação à população potencialmente activa que está no mercado de trabalho.

Eu penso que temos que continuar a apostar e temos que apostar no sector agrícola. É um sector que tem fragilidades dada a sua intercepção no contexto internacional.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine a sua intervenção, com muita pena nossa.

O Orador: O outro sustentáculo desta economia prende-se com o facto de ser uma economia que terá que contar sempre com alguma solidariedade nacional. Quando ela desapareceu em determinada altura, a economia afundou-se, partiu-se um pilar e a economia mergulhou numa crise profunda.

O sector exportador mais a solidariedade nacional são perspectivas para que esta economia continue a viver de forma saudável à sua dimensão, obviamente.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento. Vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Os Homens são do tamanho das causas que defendem"... diz Vasco Pulido Valente. Este Plano e este Orçamento dão bem a dimensão do seu proponente.

Documentos sem ambição, sem estratégia, apresentando-se como um conjunto de programas e de verbas, umas já comprometidas com a execução de 2001, outras a cativar ao longo de 2002, à semelhança do que se passa no ano em curso, e outras ainda, certamente, a transferir de rubrica para rubrica ao sabor das necessidades de cada momento.

Nos Açores o desenvolvimento económico e social é o principal e grande objectivo que temos de perseguir, num quadro de aprofundamento de autonomia democrática e de salvaguarda das especificidades regionais.

O funcionamento da economia e o seu maior ou menor ritmo de crescimento são, em grande parte, condicionadas pelas políticas financeiras, fiscais e orçamentais adoptadas pelo Governo.

Esta realidade reveste-se de tanta mais importância numa economia como a nossa, pequena, frágil, pouco diversificada e fortemente dependente do orçamento publico.

Não nos basta experimentar crescimentos reais do produto regional.

É necessário que esses crescimentos sejam bastante superiores aos verificados no resto da União Europeia para que se atinja a convergência real num prazo considerado razoável.

Nesta matéria, a Região Autónoma dos Açores, com um Produto Interno Bruto per capita equivalente a 69.4% da média nacional e com o país a divergir em relação à Europa, está cada vez mais longe da média europeia.

Ao investimento de "milhões" não tem correspondido um crescimento compatível do nosso Produto Interno Bruto, nem tem crescido de acordo com as necessidades da

convergência real conforme demonstram os indicadores inscritos nas páginas 16 e 18 da proposta de orçamento.

Sublinhe-se que em 1985 o PIB per capita da Região representava cerca de 69,5% da média nacional e que em 1999 se situa nos 69.4%.

Para alterar esta situação são necessárias políticas sectoriais adequadas, delineadas e orientadas para os sectores com maior potencial de exportação e de crescimento.

Só assim poderemos imprimir, na economia, um ritmo de crescimento superior à média europeia e dessa forma aproximarmo-nos do nível de vida dos nossos parceiros europeus.

É necessário adoptar uma estratégia coerente de desenvolvimento económico e social e não apenas um simples somatório de projectos designados por Planos de Investimentos.

Estratégia significa definir objectivos, fixar metas e identificar os instrumentos para as atingir.

Refira-se, a título de exemplo, o que se passou e passa no nosso País:

De acordo com o Banco de Portugal, a actividade económica no nosso País, medida pelo PIB, cresceu entre 1986 e 1995 (com Governos do PSD) à taxa média real de 4%, enquanto a Europa cresceu a 2.3%, operando-se uma convergência real de 1.7% ao ano.

Nos 5 anos subsequentes, com o PS no Governo (entre 1996-1999) os crescimentos em Portugal foram de 3.1% e na Europa de 2.6%, ou seja, mais 0.5% pontos percentuais do que a média Europeia.

Ainda com o PS, em 2000 e 2001, as previsões para o crescimento do PIB português apontam para crescimentos inferiores aos europeus em 0.5% pontos percentuais.

Cá como lá. Os mesmos Governos, as mesmas políticas, os mesmos resultados. É apenas uma questão de tempo.

A história tem demonstrado que os reflexos das políticas nacionais, com maior ou menor diferimento, acabam sempre por nos atingir.

Vivemos numa economia aberta, incontornavelmente dependente da economia nacional, reagindo às suas oscilações e reflectindo os mesmos comportamentos.

Temos que saber ler os sinais que nos chegam.

O sector primário e as agro-indústrias atravessam momentos de grande incerteza.

Os pescadores estão com rendimentos muito baixos, os armadores enfrentam enormes dificuldades financeiras, para não falar nas conserveiras que estão a atravessar o pior momento da sua história.

O transporte marítimo de mercadorias registou aumentos consideráveis nas tarifas há um ano atrás (em alguns casos mais de 50%) e a os operadores encaram o futuro com apreensão

As empresas ligadas ao transporte de passageiros apresentam prejuízos avultados quer ao nível do transporte aéreo, quer ao nível do transporte marítimo, antevendo-se situações de instabilidade.

O sector do turismo, por sua vez, aguarda com expectativa a evolução dos recentes acontecimentos internacionais, cujas consequências são ainda difíceis de determinar.

Tudo isto são questões determinantes que não encontram resposta clara nos documentos que estamos a analisar e a discutir.

Em termos económicos, o crescimento dos Açores passa por uma aposta forte nos sectores exportadores onde temos vantagens competitivas, destacando-se os produtos alimentares derivados dos nossos recursos naturais e o turismo. Aí vejo que o Sr. Deputado Cabral Vieira está de acordo comigo, porque este documento já estava escrito.

Os Açores, tal como as outras Regiões Ultraperiféricas têm desvantagens estruturais permanentes que devem ser atenuadas com medidas especificamente orientadas para o efeito.

Por outro lado, tem também vantagens comparativas em alguns sectores que não podem ser subvalorizadas nem estranguladas, dada a baixa capacidade de diversificação da nossa economia.

É necessário garantir o máximo aproveitamento dos nossos recursos endógenos e potenciar as cadeias de valor que constituem a base da nossa economia, designadamente, Agricultura/Agro-Indústria, Pescas/Indústria transformadora e os serviços comerciais relacionados com as pescas e ainda fazer uma aposta clara na cadeia de valor do Turismo/Animação/Serviços complementares.

Importa também promover novas áreas emergentes de elevado valor acrescentado, apoiar os transportes e adoptar políticas consistentes no que se refere a preservação do ambiente, à qualificação de recursos humanos, à investigação e desenvolvimento, à incorporação de tecnologia nos processos produtivos e procura de novos mercados e captação de investimento exterior a Região

O desenvolvimento económico sustentado só pode ser alcançado através da valorização do trabalho, dos trabalhadores, da iniciativa privada, da criação da riqueza e da promoção do investimento produtivo.

Precisamos de políticas económicas claras que deixem funcionar a economia privada, que garantam o pleno cumprimento das regras da livre concorrência, suportadas em instrumentos de fiscalização eficazes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, parceiro social importante para o desenvolvimento económico, no seu parecer sobre a proposta de Plano em apreço refere que:

"...mais do que nunca se impõe a necessidade de apostar fortemente no tecido produtivo da Região, não desperdiçando recursos e delineando objectivos e estratégias claras, que envolvam todos os agentes económicos."

Diz, ainda, que é "fundamental haver uma opção clara pelo investimento produtivo em detrimento das despesas correntes..."

Depois de tudo isto conjugado, analisemos então as propostas que temos em mãos.

A presente proposta de Plano apresenta uma redução de mais de 10% do investimento previsto no PMP 2001-2004, enquanto o orçamento corrente cresce muito acima da inflação esperada, ou seja, 5.4% para uma inflação de 2,7% (de acordo com os dados do Governo).

Para além disso, muitos programas encontram-se insuficientemente dotados e muitas das verbas inscritas estão já comprometidas com responsabilidades assumidas no ano em curso.

Esta situação é tão mais preocupante quanto se sabe que se deve potenciar o aproveitamento dos fundos que agora são colocados à nossa disposição e se teme uma eminente redução, a médio prazo, das transferências da U.E. .

Os sectores económicos, especialmente os orientados para a iniciativa privada, continuam a ser os parentes pobres dos planos de investimento publico.

O Desenvolvimento do Turismo representa 3,4% do Plano.

O Desenvolvimento Industrial representa 0,4% do Plano.

O Desenvolvimento do Comércio e Exportação representa igualmente 0,4% do Plano.

E os sistemas de incentivos, embora mantendo-se, em termos nominais, nos níveis de 2001, encontram-se, na sua quase totalidade, comprometidos com projectos já aprovados.

Comparativamente com os valores de referência do PMP regista-se uma redução de 4,8% no Desenvolvimento Industrial e de 15% na Qualidade Ambiental, nomeadamente na protecção das lagoas.

As verbas destinadas ao Desenvolvimento do Comércio e Exportação, para além do seu diminuto peso relativo no total do investimento, sofrem uma redução de 10,5% face ao valor previsto no PMP.

Também não se descortina neste documento uma política integrada entre o sector agrícola e industrial, que permita uma aposta nas culturas agro-industriais, assim como não promove o acesso às novas tecnologias e a implementação de sistemas de qualidade, com vista ao aumento da produtividade.

Numa altura em que o comércio tradicional carece de apoios a modernização, que lhe permita enfrentar a concorrência das grandes superfícies regista-se uma redução de 30% nas verbas destinadas ao subprograma dinamização do Comércio.

Num momento particularmente difícil para a nossa balança de transacções correntes a diminuição do investimento na promoção externa dos nossos produtos é preocupante.

Importa ainda sublinhar, no que se refere aos sistemas de incentivos, os atrasos que se tem verificado no pagamento dos projectos SIRALA e SIRAPE e a redução de cerca de 50% nas verbas destinadas ao SIDER o que, certamente conduzirá a novos e significativos atrasos no pagamento dos apoios aos empresários em 2002.

Referira-se, por outro lado, a redução de cerca de 29% nas verbas afectas à formação profissional, o que terá consequências muito negativas ao nível da produtividade e da competitividade.

Dos 33 Programas do Plano, 28 sofrem reduções relativamente aos valores previstos no PMP e 30% das verbas encontram-se não desagregadas.

Somos, pois forçados a concluir que este Plano não só não reúne as condições para promover um crescimento económico acelerado como ainda peca por falta de transparência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito ao orçamento, o endividamento galopante dá nota do desequilíbrio que impera nas contas públicas.

Nos seis anos de governação socialista e de acordo com esta proposta, o ritmo de endividamento directo médio anual é de 10,3 milhões de contos/ano e para agravar esta situação não se está a promover a convergência real da economia nos últimos 5 anos

Em finais de 1996 o PSD deixou uma dívida pública directa de 116 milhões de contos, embora de 113 em Novembro de 96, Avals concedidos no valor de 18,6 milhões de contos e um passivo nos Fundos e Serviços Autónomos de 5,1 milhões de contos.

Hoje e após a assunção, por parte do Governo da República, de 110 milhões de contos de dívida pública e de 12 milhões de contos de dívida da saúde, as previsões para 2002 apontam para uma dívida directa, indirecta e garantida da ordem dos 97 milhões de contos, sem considerar a dívida administrativa.

O certo é que a dívida administrativa tende a aumentar na razão directa dos atrasos de pagamento que se têm verificado e agudizado ao longo do ano em curso.

Nos últimos quatro anos houve uma deficiente previsão das receitas provenientes dos fundos comunitários e bem assim das receitas fiscais, ao ponto do Presidente do Governo não saber se deve acreditar na Administração fiscal e no Primeiro Ministro se no Secretário Regional Adjunto para as Finanças.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: A acrescer a tudo isto o encerramento da conta gratuita do Banco de Portugal e a falta de planeamento e de medidas para ultrapassar as necessidades de fundo de maneo, conduziu a Região a uma situação que muitos consideram ser a mais grave de sempre em matéria de gestão de tesouraria regional.

As despesas com pessoal, (incluindo a dotação provisional) aumentam 7,2% em 2002, valor muito superior à inflação esperada e não se conhece um único relatório de progresso, uma única proposta, uma única acção do grupo de trabalho constituído ha cinco anos para estudar a racionalização e a privatização de serviços da Administração Regional.

Continua-se a fazer o que é fácil e a adiar o que é difícil.

Este é um comportamento recorrente que já conhecemos e cujas consequências não desejamos.

Os Açores merecem mais.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira para prestar esclarecimentos.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu gostava de dizer que estou de acordo com algumas questões apresentadas pela Sra. Deputada Berta Cabral, nomeadamente o reconhecimento de que a diversificação da actividade produtiva e a aposta em sectores que possam contribuir para a diversificação da capacidade produtiva da Região, deve ser promovida.

Mas já não estou de acordo com a maioria das questões que focou.

Começaria pela afirmação de que o plano não passa de um conjunto de programas e acções.

Então o que é um plano?

Um plano é exactamente isso e não como afirmou de que não passava de um somatório de um conjunto de programas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não sabe o que é que diz!

O Orador: Parece que o Sr. Deputado Joaquim Machado gosta de se meter comigo quando eu falo. Eu vou falar mais vezes para lhe dar essa satisfação, Sr. Deputado.

Eu não estou totalmente de acordo com o enquadramento que faz inicialmente, onde tenta ir buscar a evolução do Governo da República e a convergência real do País, mas uma vez mais e como tem vindo a ser notório, o que vem dessa bancada, normalmente vem distorcido ignorando algumas partes da verdade. A análise é um pouco manipulada, os dados não são suficientemente triturados e acabam por dizer aquilo que vos convém e não aquilo que é a verdade total. Não é faltar à verdade, mas ignoram qualquer coisa que está lá e que deve ser analisado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É a economia no uso da verdade!

O Orador: A Sra. Deputada omitiu qualquer coisa. Falou no primeiro período do Prof. Cavaco – isso faz parte da sua intervenção, se não fizesse eu não falava.

Esse período classificou-se com taxas de desenvolvimento rápidas em Portugal, mas gostaria de fazer alguns reparos:

A Sra. Deputada omitiu os anos 91 e 95, anos negríssimos da economia portuguesa.

Falou no primeiro período (87-91) que foram bons anos. A partir daí foram anos negros, anos de divergência, de divergência total com a economia europeia.

Só a partir de 96, 2000 e 2001 é que temos mais um período de convergência.

Agora encontramos-nos de novo num novo ciclo que faz parte do ciclo da economia portuguesa.

A economia portuguesa nunca saiu da sua tendência de crescimento de longo prazo e eu já fiz uma intervenção dessa natureza. Está dentro do seu ciclo normal.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: A Sra. Deputada também se esqueceu de dizer mais algumas coisas.

A Sra. Deputada a determinada altura reclamou que se devia transferir mais dinheiro das contas públicas, o que é equivalente a via redução de impostos, para a mão dos privados. Agora, quando vê que há uma redução de cerca de 5 milhões de contos no

plano, diz que isso vai ser uma catástrofe, que vai “cair o Carmo e a Trindade”, que já não é nada disso.

Já nada serve neste momento. Na altura tinha que ser porque ia ser óptimo daqui a uns anos, agora já não é.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não percebeu nada. Tem dificuldade em perceber!

O Orador: Sra. Deputada, tem que se fazer um ajustamento e ele vai ser feito. Aliás, isso foi dito a determinada altura neste plenário.

Essa falta de consistência temporal, acaba por dar alguma falta de credibilidade do que vem dessa bancada.

Eu já não sei se podemos acreditar daqui a um ou dois meses, no que dizem hoje.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não pensava intervir neste debate, porque julgava que haviam coisas que já estavam esclarecidas após a intervenção do Sr. Secretário.

Contudo, chego à conclusão que continua a haver, apesar de se propalar a seriedade e a consistência, alguma falta de ambas.

Quando se fala em avales e em dívida pública, mas especificamente em avales, remetendo-nos para determinadas páginas do orçamento, eu aproveito para remeter a bancada do Partido Social Democrata para a página 72.

É muito interessante quando se diz que é preciso haver rigor. Então se é preciso haver rigor, vamos ser rigorosos.

Há plafonds de avales que são autorizados e desses plafonds há determinados valores que são utilizados (uns autorizados e outros utilizados).

De facto, serão autorizados até ao final de 2002, 28 milhões de contos.

Acontece que só em 2000 é que a totalidade dos montantes autorizados foi utilizada.

Portanto, o que há de avales são 21 milhões de contos e não o que o Sr. Deputado Duarte Freitas e agora a Sra. Deputada Berta Cabral, insistentemente, afirmam.

Relativamente a outras questões levantadas pela Sra. Deputada Berta Cabral, nomeadamente quando refere a definição de uma estratégia, e eu concordo consigo,

de facto, definir uma estratégia passa por definir metas, por definir objectivos e por dotar de meios. Agora, discordamos num aspecto: na falta de dotação e na falta de estratégia. De facto, ela existe.

Em todo o documento do Plano são fixadas metas, objectivos e dotações. É nisso que consiste um plano, é no somatório disso tudo e é o que acontece com o plano apresentado pelo Governo para este ano.

Deputado Duarte Freitas (PSD): As letras é que não jogam com os números!

A Oradora: Eu não concordo.

Se nos diz que é necessário a diversificação da actividade, muito bem. Confirme os números e veja a consistência que há entre o Plano a Médio Prazo, o Plano de 2001 e o Plano para 2002.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não há nenhuma!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Há uma consistência na inconsistência!

A Oradora: Há consistência. Houve uma redução de verbas na dotação global, mas a consistência mantém-se, a aposta nas actividades mantém-se. É importante que haja seriedade nesse aspecto.

Era apenas para referir estes pormenores.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo acrescentar que nós temos tempo limitado e que eu tenho que ser a primeira a dar o exemplo.

A única coisa que tenho a dizer ao Sr. Deputado Cabral Vieira e já agora à Sra. Deputada, é que peçam a minha intervenção, leiam com atenção e depois falamos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Falamos depois?! É assim que os senhores querem vivacidade no debate?

A Oradora: Os senhores deputados não perceberam nada, não perceberam o sentido!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira para prestar esclarecimentos.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não é para esclarecimentos, porque eu não tenho mais nada a dizer. Aliás, a última intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral não suscita qualquer dúvida, apenas pretendo pedir a intervenção e gostaria de pedir directamente à Sra. Deputada, porque eu gostaria de a ler, mais que não seja só para ver se percebi bem aquela primeira parte.

Obviamente que com diálogo seria melhor, mas eu leio, não tenho problema nenhum.

Presidente: Afinal, a figura regimental era o “pedido de intervenção”.

Vamos suspender os nossos trabalhos até às 12 horas.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar a participação do Grupo Parlamentar do PCP neste debate do Orçamento e Plano para 2002 é curial avançar com um esforço prévio sobre o enquadramento em que o debate se faz e a proposta surge.

Estamos em Novembro de 2001, discutimos no passado mês de Abril o Plano de Médio Prazo 2001—2004, vivemos num período de execução limitada do Orçamento em curso e temos nas nossas mesas uma proposta de Plano Anual que diverge acentuadamente, para menos, da sua própria previsão aprovada em Abril.

Quanto à acção governativa vivemos um período muito marcado pelas dificuldades visíveis na execução orçamental; em que foram e são visíveis as preocupações de agricultores e pescadores; em que se nota que o mal estar se instalou no sistema de ensino; em que se procuram inovações na área dos equipamentos mas não se consegue manter um ritmo na reconstrução. Tudo isto faz concluir ser bem patente uma acção governativa em desaceleração, pouco capaz de seguir o rumo que decidiu para a Legislatura.

É evidente por outro lado, que as presentes incertezas internacionais e que a ineficiência geradora de instabilidade que se vive no plano nacional, ajudam a tornar mais patente este período de alguma letargia governativa regional, letargia essa que faz perceber serem as opções do Governo cada vez mais determinadas pelo imediato.

Esta situação não é nova na vida política regional.

Noutras épocas, com um poder com outra natureza este fenómeno de afirmação de uma tendência paralizante também se deu, logo a seguir a momentos de grande afirmação eleitoral e política do poder.

Isto é, quando alguns pensam que as medidas defendidas como estruturantes para a resolução dos grandes problemas vão aparecer, então dá-se o contrário e este aparente paradoxo gera descontentamento, incerteza e mesmo, por vezes, conflitualidade.

De um Plano de Médio Prazo afirmativo, de expansão, que se reclamava como fundamental para o desenvolvimento, passámos logo de seguida, para um Plano Anual executado de forma minimalista e passamos, apenas 7 meses depois, para uma proposta de Plano para 2002, que retira muito dessa expressão expansionista e dessa visão optimista repetidamente afirmada.

Mas há que sublinhar que, nas suas linhas gerais, a presente proposta, que é de retracção, não resulta de uma análise que possa ter derivado da presente situação internacional, uma vez que os sinais de diminuição do investimento público são anteriores a 11 de Setembro.

Há visivelmente um problema financeiro que tem que ser clara e completamente explicado nas suas vertentes política, técnica e no que toca ao relacionamento com o Estado e a União Europeia.

Mas há mais que um problema financeiro; há vários problemas de natureza política, de definição ou ausência de definição de orientação e, até mais, de alteração de orientação.

Será curioso referir, por exemplo, que há apenas 7 meses atrás, quando aqui discutíamos o investimento público para 4 anos o Governo não tinha demonstrado qualquer intenção de recorrer a outras formas de financiamento, como são por exemplo as concessões SCUT, que já nesta sessão tiveram um projecto aqui discutido e aprovado pelo PS, PSD e PP.

Quando pensou para 4 anos o Governo não se lembrou desse meio de investir mas logo a seguir e antes do ano (o mesmo ano) acabar o Governo apresenta um projecto quase milagroso, embora ainda apenas no início do seu estudo.

Mas nestes sete meses, não é demais referi-lo, vieram ao de cima as incertezas da lavoura quanto ao futuro, a preocupação dos agentes educativos com uma gestão educativa bem obscura, mas mais do que isso, veio ao de cima um sentimento que se vai transformando em convicção, segundo a qual o Governo pouco governa no que respeita a alguns dos grandes problemas da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na nossa óptica é com este quadro político com acentuada palidez que o Governo Regional nos apresenta uma proposta de Plano e Orçamento para 2002 que é fundamentalmente um instrumento de gestão corrente dos meios que se apresentam disponíveis, que antecede inflexões já esboçadas, mas que não tem, diria assim, alma própria.

Entretanto é esta proposta que está em discussão e não outra e é sobre esta e sobre o que ela gera, ou não, que teremos que discutir, dar opinião e decidir.

Verifica-se haver uma clara diminuição do investimento previsto (cerca de 10% a menos). É contraposto que aumenta o investimento dos institutos públicos e das

empresas públicas. Não se pode deixar de notar que esses aumentos, podendo ser úteis e mesmo importantes destinam-se a fins específicos não contribuindo assim plenamente para a afirmação dos objectivos pretendidos, a não ser na medida e só na medida em que esses sectores careçam de investimento.

A Receita Total do Orçamento (sem contas de ordem) prevista para 2002 atinge o valor global inferior a 7,1% ao que foi previsto para 2001.

É necessário referir aqui o velho problema da previsão da Receita. Desde de que existe Autonomia está instalada a tendência da Receita ser empolada na Proposta de Orçamento. Se por vezes essa tendência pode corresponder a uma visão optimista, quase sempre corresponde à vontade de nas propostas as Receitas poderem ser suficientes para cobrirem a despesa que se anuncia, ou seja a obra que se afirma querer realizar.

Este desfazimento terá sido ou virá a ser especialmente patente no ano em curso, uma vez que não houve um Orçamento Rectificativo.

É afirmado que a redução fiscal será uma das principais responsáveis por esta situação de redução de receita, sem que se ponderem, por outro lado, os benefícios óbvios que a redução fiscal introduziu na sociedade.

O peso relativo do Plano no conjunto do Orçamento também diminui sendo, na proposta de 33,3% face a toda a despesa.

Quer isto dizer que as despesas de funcionamento continuam a ter tendência a crescer, o que obriga a um exame ponderado da execução da Despesa, para além do que toca aos vencimentos da Administração Regional.

Pela primeira vez a dotação da Secretaria Regional da Economia no Plano é superior à dotação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o que, podendo por si só não ter grande importância, obriga, pelo menos, a que se verifique se o investimento público previsto para a Agricultura, corresponde, ou não, às prementes necessidades do sector.

O Programa das Calamidades e em especial a Reconstrução das Ilhas do Pico e do Faial tem um corte acentuado, sendo de 24,4% o corte no Programa ao que corresponde a menos 2 milhões e cem mil contos do que estava previsto.

Muito embora aguardemos explicações e registemos a declaração do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos feita na Comissão de Política Geral sobre a eventualidade de um Orçamento Rectificativo para a Reconstrução, queria deixar expresso que não consideramos o corte previsto aceitável.

Muitas outras observações deste tipo seriam possíveis, mas reservamos esses comentários para outras alturas de debate para agora nos determos no essencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano para 2002 deriva, como sabemos do PMP 2001 – 2004.

Como esta Assembleia sabe, o PMP em vigor foi também aprovado pelo meu Grupo Parlamentar. Tendo acontecido assim, passou a ser especial obrigação do Grupo Parlamentar do PCP verificar de forma especial e atenta qual o significado político autentico dos desvios que a presente proposta tem em relação à respectiva matriz.

É exactamente isso que faremos ao longo deste debate e será ao longo dele que iremos construir uma posição final.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*):

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A elaboração de três Planos Regionais durante o ano de 2001 representou um esforço bastante significativo por parte de todos os que neles intervieram e revestiu-se de complexidade acrescida decorrente, no essencial, do quadro conjuntural em

que se inscreveu o trabalho desenvolvido e das mutações significativas ocorridas ao longo do ano.

Membros e departamentos governamentais, parceiros económicos e sociais e partidos políticos foram solicitados em diversas ocasiões a participarem na produção destes documentos que, pela diferente natureza que assumiram, exigiram contributos algo diferenciados algumas vezes complementares outras vezes contraditórios.

Assim, enquanto o Plano de Médio Prazo, reflectindo de forma inequívoca o Programa do VIII Governo Regional, democraticamente aprovado nesta Câmara, definiu os Grandes Objectivos Estratégicos para a legislatura e o Plano Regional de 2001, explicitou de forma imediata a programação financeira para o corrente ano, já o Plano para 2002, agora em apreciação nesta Assembleia, exigiu a busca de novas fórmulas para que se conseguisse ultrapassar alterações conjunturais importantes e garantir, quer os pressupostos estratégicos em que assenta, quer o esforço continuado de desenvolvimento que, de há 5 anos a esta parte, vem sendo realizado em prol das populações açorianas pelos Governos do Partido Socialista.

Numa economia aberta como a nossa, dependente do exterior em grau muito significativo e sujeita, pela sua posição geográfica e acentuada insularidade, a factores que fogem sistematicamente ao controlo que desejaríamos exercer, a elaboração de um PMP num quadro legislativo pouco desadequado à realidade, designadamente pelo rigor de programação financeira que a própria tradição veio acentuando, foi uma tarefa complexa, mas que pensamos ter ido de encontro a sustentabilidade que pretendemos garantir e fortalecer ao longo dos próximos três anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se, por um lado, num quadro internacional, em que o PIB das sete mais poderosas economias mundiais já vinha manifestando sintomas de desaceleração e arrefecimento, agravados pelos recentes acontecimentos de 11 de Setembro, com consequências macro-económicas ainda não suficientemente apuradas e algo contraditórias, seja no que concerne ao desemprego gerado, ao preço do petróleo ou a evolução das taxas de juro, torna-se arriscado e de grande complexidade fazer uma

apreciação prospectiva da forma como a Região será afectada no médio prazo e quais as consequências decorrentes.

Contudo, por outro lado, a envolvente nacional, que mais directamente nos afecta, apesar de revista em baixa, relativamente as Grandes Opções do Plano inicialmente apresentadas, é de molde a inspirar maior tranquilidade dada a prevista estabilidade no crescimento do PIB (já confirmada no 2º trimestre do corrente ano) e que evidenciou um crescimento de 2,3% contra 1,7% dos Países do Euro, o abrandamento previsto para 2002 nas taxas de juro e de inflação e a manutenção de aceitáveis níveis de emprego.

Mas, estes factores não obviaram que, a nível nacional, se tivesse de proceder a alguns ajustamentos ao longo do ano e procurar algumas soluções inovadoras na proposta de Orçamento de Estado elaborada para 2002, seja no que concerne ao reforço do esforço orçamental exigido aos fundos e serviços autónomos e empresas públicas, seja como o recurso a formas inovadoras de engenharia financeira.

Estas evoluções, como não poderia deixar de ser, reflectiram-se a nível regional.

No Plano do corrente ano que, por motivos do calendário eleitoral, só entrou em velocidade de cruzeiro a meio do ano, mas cujo ritmo de execução se encontra em parâmetros relativamente normais, houve necessidade de fazer alguns reajustamentos decorrentes de algumas dificuldades financeiras, da revisão em baixa das receitas fiscais e que se traduziram, no essencial num esforço da contenção da despesa pública prevista, mas sem que isso pusesse em causa o nível do investimento público e a dinâmica e confiança da economia no seu conjunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao Plano para 2002 cujas prioridades são no essencial, a manutenção e o reforço do clima de confiança dos agentes económicos, a melhoria da eficiência e eficácia da rede regional de infraestruturas e equipamentos e a valorização da solidariedade e coesão social, nada disso foi posto em causa dado que, como veremos, o investimento público total (Plano, Fundos e Organismos Autónomos, Empresas Públicas Regionais e Fundos Nacionais e Comunitários extra Plano)

ultrapassa largamente o previsto nas inscrições em Plano e assenta em novas soluções e formulações mais adequadas aos tempos que correm.

A estratégia definida no Plano de Médio Prazo não foi posta em causa pois, apesar de um ou outro ajustamento nalguns programas, decorrentes de factores conjunturais evidentes, o peso relativo das verbas atribuídas aos grandes objectivos inscritos no PMP, seja no seu conjunto, seja para o ano de 2002, manteve-se, tendo-se inclusivamente reforçado de forma substancial o peso relativo do objectivo referente à dinamização e crescimento da competitividade da economia regional e respectiva sustentabilidade.

Assim, das 479 acções inscritas nos 109 projectos e nos 33 programas, que representam 250.2 milhões de EUROS no Plano, 30,7% vão para o apoio ao crescimento e competitividade da economia, 20,9% para a rede de infraestruturas e equipamentos, 16,7% para a valorização da sociedade açoriana, 13,7% para a melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade do desenvolvimento, 7,12% para a gestão pública e institucional e, ainda, 11,5% para a recuperação dos efeitos das calamidades que nos afectaram.

Para além disso a proposta que agora discutimos, revela também as preocupações do Governo na garantia de uma maior equidade na distribuição territorial das verbas. Nesse sentido as ilhas mais pequenas – Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo – viram também reforçado o peso relativo do investimento público, seja quanto ao PMP no seu conjunto, seja relativamente ao Plano para 2001.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A este significativo esforço de investimento público inscrito no Plano associam-se, como não poderia deixar de ser, diferentes fontes de financiamento de entre as quais, pela sua importância se destacam as oriundas em Fundos Comunitários.

Apesar de em 2002 estes fundos representarem apenas 9,7% das receitas do Orçamento da Região Autónoma dos Açores afectas ao capítulo 40º, elas revelam-se bem mais importantes, designadamente se tivermos em atenção de que a utilização do IFOP, do FEOGA-O e do FSE não se encontram inscritas, reflectindo no Plano apenas 15% da comparticipação Regional. Elas são também constantes de um anexo e do quadro IX do Orçamento da Região.

Assim, os 404.1 milhões de EUROS que, em 2002, integram a globalidade dos investimentos públicos da Administração Regional e das outras entidades por ela directamente tuteladas, irão potencialmente beneficiar de cerca de 201 milhões de EUROS de fundos comunitários. Destes, 74.7 milhões serão afectos ao capítulo 40º, quanto ao Pano, 68,8 milhões associados ao investimento nas pescas, agricultura e formação profissional, 38,6 milhões potencialmente afectos aos Fundos Autónomos cujo investimento de 46,1 Milhões de EUROS é elegível numa comparticipação de 85% e, finalmente 19,2 milhões que irão co-financiar cerca de 50% do investimento das empresas públicas regionais, com especial destaque para a EDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em termos de investimento público, os reajustamentos já mencionados, os efeitos perversos que a globalização das economias impõe aos mais fragilizados e as incertezas decorrentes da actual conjuntura mundial, exigiram do Governo Regional um esforço suplementar em termos da mobilização, da inteligência e da criatividade que levaram a que este Plano, agora em discussão, se integrasse em 4 áreas fundamentais:

- Alterações e majorações significativas na responsabilidade directa do investimento através das Juntas Autónomas dos Portos e das empresas públicas, por forma a melhorar os seus níveis de eficácia (aí foram mais 18 milhões de EUROS);
- A optimização na utilização dos recursos financeiros disponibilizados no PIDDAC (fundamentalmente para as pescas com 6 milhões de EUROS) e nos Fundos Comunitários, garantindo a suplectividade e o aproveitamento máximo dos 122 milhões de EUROS que irão beneficiar o Plano de Desenvolvimento Rural e as iniciativas comunitárias Leader + e, fundamentalmente, o INTERREG III com 35 milhões de EUROS, cuja aprovação pela Comissão se aguarda a breve trecho;
- Os benefícios negociados, com empenho evidente, do nosso estatuto de ultraperifecidade, consagrados genericamente no Tratado da União, mas que se traduziram já em regulamentos comunitários relativos a derrogações estruturais importantes, cujos regulamentos do POSEIMA beneficiam até à data dois dos sectores vitais da nossa base económica.

- - Soluções de Engenharia Financeira susceptíveis de promover uma participação mais alargada e eficiente do investimento publico através dos "Project Finance";

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A credibilidade deste Governo expressa-se com clareza na confiança que o povo açoriano lhe garantiu, na confiança que os açorianos e as suas empresas continuam a manifestar na sua política e que não pode ser desmentida, sendo antes confirmada pela frieza e verdade dos números.

Assim, o saldo dos depósitos nas instituições bancárias regionais, atingiram no final do 1º semestre de 2001 um valor de 504.2 milhões de contos reflectindo um acréscimo de 41.6% relativamente a Dezembro de 2000.

No que respeita aos créditos concedidos que, as empresas não financeiras haviam já registado um acréscimo de 15.7% entre 1999 e 2000, no primeiro semestre de 2001 esse aumento já se cifrava em 8%, atingindo os 113,4 milhões de contos com especial destaque para o Comércio, Restaurante e Hotéis (40.8 milhões de contos) e para os Serviços com 16.4 milhões de contos.

Quanto aos créditos concedidos a particulares que, no 1º semestre de 2001 atingia os 231.8 milhões de contos revelava já, relativamente a Dezembro de 2000, um acréscimo de 10%, devendo no final do ano esse acréscimo ultrapassar os 20%, tal como aconteceu entre 1999 e 2000 e como ainda será certamente reforçado com o comportamento actual das taxas de juro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os profetas da desgraça,...

Deputado João Cunha (PSD): Que por aí abundam, principalmente no Governo Regional!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que é falar!

O Orador: ... os velhos do Restelo e os seus seguidores, ficam ainda mais desacreditados se, tendo a humildade do estudo e a honestidade do conhecimento, olhassem com mais atenção para o dinamismo que o investimento privado e público regista na Região.

Concorrentes ao Programa Operacional da Economia e beneficiando de fundos nacionais, não regionais, deram já entrada até este momento 162 projectos no valor de 31.7 milhões de contos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto ao IFADAP estamos conversados!

O Orador: ... projectos esses que, na sua maioria (SIME - 35 projectos com 25.1 milhões de contos) beneficiam de um prémio instituído no âmbito do SIDER, o SIDEPE.

Concorrentes ao SIDER e na área do turismo, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso fica para amanhã!

O Orador: Não. Isto é planeamento, é confiança e credibilidade.

...entraram já este ano na Secretaria da Economia 75 projectos do SIDET no valor de 2,6 milhões de contos, dos quais 16 de animação turística (antes era da exclusiva responsabilidade do Governo), 9 de promoção (antes era quase da exclusiva responsabilidade do Governo) e 50 de investimento corpóreo.

Quanto ao SIDER, pequenos projectos de nível local, entre 3 e 30 mil contos, entraram já nas Câmaras do Comércio e Indústria da Região 279 projectos no valor de 6.15 milhões de contos.

Deputado João Cunha (PSD): E pagos quantos estão?

O Orador: Eu já fui professor da Universidade já há alguns anos. Eu não quero ensinar outra vez a ler.

Relativamente ao PRODESA, onde ontem ainda houve uma unidade de gestão onde foram aprovados projectos no valor de 6,5 milhões de contos, na sua globalidade já foram aprovados 72,6 milhões de contos de investimento.

Deputado João Cunha (PSD): Não custa nada aprovar, o que custa é pagar!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se isto não é saúde económica, se isto não é confiança numa política, se isto não é credibilidade num governo, digam-me então o que é.

Obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): É extasy!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prosac!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Dispõe de 3 minutos para esclarecimentos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Subsecretário Regional Carlos Corvelo trouxe-nos aqui alguns números, alguns dos quais já tinham sido objecto de uma intervenção que fiz ontem, mas é bom serem lembrados.

Para começar gostaria de realçar uma afirmação do Governo onde aponta a confiança que os empresários estão revelando, acedendo com grande velocidade aos programas de apoio que existem nas várias áreas.

Se repararmos, isso já aconteceu nos anteriores programas e agora acontece cada vez mais. Quer que lhe aponte uma das razões? São os próprios empresários que o dizem: têm medo que falte dinheiro. Por isso vão depressa aceder aos programas, porque a história bem recente é muito negativa.

Logo que se abre um programa, aquilo é um “ai Jesus” atrás das pessoas que fazem projectos, para darem entrada rapidamente a fim de salvarem os fundos.

Já foi referido aqui várias vezes que aqueles que apresentam os projectos primeiro têm o dinheiro mais depressa e têm um pouco de sorte; aqueles que se atrasam mais em apresentar os projectos, esperam muito mais tempo e alguns deles ainda esperam agora por verbas de projectos aprovados já há muito tempo.

Por isso, é natural e óbvio que os empresários estão a apresentar rapidamente projectos. Até mesmo, quando abre as candidaturas a um novo projecto, é difícil encontrar técnicos para elaborar projectos, porque eles estão assoberbados por projectos de todos os empresários a quer apresentar, para ver se são os primeiros e se ainda apanham algum dinheiro, ou pelo menos não vêm reflectidos atrasos como acontece frequentemente e como aconteceu em termos dos SIRALAS e dos SIRAPAS.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): É confiança no Partido Socialista!

O Orador: O Sr. Subsecretário diz que isto é muito bom. Eu digo que isso significa que os empresários estão a recorrer as esses apoios, como sempre recorreram e estão cada vez mais com pressa em apresentar os seus projectos para ver se ainda têm direito a alguma coisa.

Em relação àquilo que já foi referido ontem, a tal acepção macro-económica de investimento de temática pública, usada como argumento para justificar ou para iludir as quebras que houve a nível do plano, o que mereceu inclusivamente uma explicação do Sr. Secretário, ela também vem referida no Plano previsto para 2002, mas diferente daquilo que era habitual aparecer nos planos anteriores, tentando fazer com isso a justificação e passar a mensagem de que embora o plano fosse mais pequeno, iria haver mais investimento público, o tal investimento de temática pública.

Com os dados que temos previstos no Plano para 2002, não é difícil tentar fazer a mesma análise relativamente a esse investimento para os anos anteriores, embora não fosse especificamente previsto nos planos anteriores.

O que vem escrito na página 1 do capítulo 3º do plano, confere com aquilo que o Secretário disse, os tais 400 milhões de Euros de investimento de temática pública, que se subdividem no Plano em 50 milhões de contos, Fundos e Serviços Autónomos 9,2, empresas públicas 7,6, fundos comunitários nacionais extra-plano 13,9, o que dá 80,7 milhões de contos, à volta de 400 milhões de Euros.

Tentando apurar esses mesmos agregados, já que este investimento de temática pública surgiu este ano – podemos fazer as contas para os anos anteriores em que isso não era referido – podemos observar que em 2001 o tal investimento de temática pública previa cerca de 86,2 milhões de contos.

Desde logo, do que estava previsto para 2001 comparativamente com 2002, decresce de 86,2 para 80,7, um decréscimo de 7%, isto é, mesmo considerando o plano, sabemos que ele decresce 10,3. Tendo em conta o tal investimento de temática

pública – foi criada esta denominação para iludir um pouco isto – mesmo assim, temos um crescimento não de 10, mas de 7%.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer um breve esclarecimento.

O Sr. Deputado Duarte Freitas anda a estudar o sistema de incentivos, mas ainda não percebeu esse sistema.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A diferença do II Quadro Comunitário de Apoio para o III Quadro Comunitário de Apoio, é que no II QCA os empresários da Região Autónoma dos Açores foram buscar 4 milhões de contos de incentivos ao sistema de incentivo nacional.

Neste momento, temos adstritos para a Região Autónoma dos Açores 27,4 milhões de contos.

Temos já aprovado, no sistema de incentivos nacionais 3,7 milhões de contos.

A diferença é esta.

Neste momento, temos cerca de 27 milhões de contos no Programa Operacional de Economia, um valor muito maior do que entrou durante 6 anos no II QCA, porque o sistema de incentivos a nível regional, permite o prémio em relação ao sistema de incentivos a nível nacional, por isso há uma estratégia diferente.

Nós poderíamos adicionar ao nosso Plano cerca de 6 milhões de contos para o próximo ano, isto é, o dinheiro que calculamos que vamos buscar ao sistema de incentivos nacionais.

Ao contrário do que o Sr. Deputado Duarte Freitas diz, os empresários não estão à espera que os sistemas de incentivos abram. Eles já estão a fazer os seus empreendimentos. Eles têm tanta confiança no sistema, que já começaram antes a fazer os seus empreendimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Alguns ainda estão à espera para receber!

O Orador: Basta ver os hotéis que estão a aparecer aqui na Região. Alguns já estão prontos e o sistema de incentivos ainda nem sequer abriu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda não pagou!

O Orador: Não se pode pagar porque o sistema de incentivos, como o Sr. Deputado não conhece – não percebe por isso devia estudar mais um bocadinho – foi notificado à Comunidade Europeia no dia 15 de Junho deste ano. Não podia haver sistema de incentivos abertos do III Quadro Comunitário de Apoio.

Entre o II Quadro Comunitário de Apoio e o III Quadro Comunitário de Apoio terá que haver sempre um desfasamento, só que no nosso caso foi de um ano e meio e no vosso dois anos e meio.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não ficaram mais tempo porque não quiseram. Está aprovado desde 99.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Rapidamente, porque o tempo que temos esgota-se.

O Sr. Secretário da Economia a alguns anos atrás, ocupando já o cargo de Secretário, também disse que nós tínhamos mais de 20 milhões de contos, julgo eu, a nível nacional para os nossos empresários irem buscar.

Desses milhões que tínhamos lá para irmos buscar, quanto é que realmente os nossos empresários conseguiram aprovar nesses anos?

Em relação ao sistema de incentivos, Sr. Secretário, já tivemos várias vezes oportunidade de discuti-los aqui. Quando eles foram aprovados, nós tivemos a

oportunidade de estar aqui até bastante tarde a discuti-los e o senhor sabe bem que nessa altura nós estávamos muito bem por dentro daquilo que estava a ser proposto, inclusivamente fizemos propostas de alteração e o senhor reconheceu que estávamos por dentro do assunto. Portanto, agora não vale a pena tentar voltar com a conversa atrás.

O que é certo é que se há empresários que têm capacidade para meter os projectos e entretanto avançar com a obra, a grande maioria são empresários que apresentam o projecto logo no início com medo de não acontecer aquilo que aconteceu nos SIRALA e SIRAPA.

Um exemplo, é que o Sr. Secretário nunca conseguiu sanear esses projectos.

Vai conseguir este ano, mas mesmo assim em vez dos 3,5 milhões de contos que o senhor disse que ia ter para isso e meio milhão para os novos projectos, agora diz que só tem 50 mil contos para os novos projectos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de explicar novamente o que já disse anteriormente.

Quando disse que eram 20 milhões de contos, não são 20 milhões, são 27,4 milhões de contos. O Sr. Deputado ouviu mal.

Este ano já temos aprovados 3,7 milhões de contos a nível nacional, num plafond a nível regional, que é do todo nacional, mas que está adstrito à Região Autónoma dos Açores.

No próximo ano nós vamos conseguir provavelmente, segundo as nossas contas, 6 milhões de contos.

No II Quadro Comunitário de Apoio, há uma deficiente negociação entre o Governo Regional e o Governo da República. Só conseguimos 4 milhões de contos.

O SIFIT, o PEDIP, o ICPÉM, o RIME, o SAJE e o PROCOM, foram todos, no seu conjunto, buscar 4 milhões de contos de incentivos.

Neste momento, já temos 3,7 milhões de contos aprovados no Programa Operacional de Economia.

Em relação aos SIRALAs, há uma filosofia diferente e o Sr. Deputado devia saber isso.

Foi adstrito por uma portaria que para o SIDEL e para o SIDET havia 1 milhão e 600 mil contos.

O sistema está a decorrer, vai haver uma hierarquização e vou ter a oportunidade de explicar na minha intervenção que o sistema é diferente, é de selectividade. Nem tudo o que entra é aprovado.

Nós temos que ser selectivos no sistema de incentivo, mas uma coisa que é clara é que os sistemas de incentivos deste Governo subiram em relação ao passado e agora passam para 4 milhões de contos. Nós nunca tivemos tanto incentivo para a Região Autónoma dos Açores, tanto a nível regional como a nível nacional.

Portanto, estamos mais do que a duplicar o apoio à iniciativa privada.

Quando os Srs. Deputados vêm falar no comércio e na indústria, esquecem-se de uma coisa muito simples, é que os privados agora vão socorrer-se dos sistemas de incentivos para fazer a sua promoção, para fazer os seus investimentos. Não é o governo a dar tudo, são os privados a fazer, porque tem um efeito multiplicador muito maior.

Se eu der 500 contos a um empresário e se ele colocar mais 500 seus, estou a duplicar o meu investimento e é isso que está a acontecer. Não é preciso estar tudo no plano. Os empresários é que vão ter que fazer isso.

Por isso, os sistemas de incentivos passaram de 2 milhões e meio de contos, em 2000, para 4 milhões, em 2001, e 4 milhões e meio, em 2002. Só que além disso, tem cerca de 6 milhões de contos, a nível nacional, por ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De forma telegráfica, porque o tempo esgota-se e os meus companheiros de bancada também precisam de algum tempo para as suas intervenções.

Gostaria de dizer Sr. Secretário, que o senhor disse aqui, não sei se em 97 ou em 98, que havia vários milhões de contos – não sei bem ao certo, mas julgo que eram mais de 20 milhões de contos – que os empresários regionais poderiam ir buscar a nível nacional.

A pergunta que lhe fiz foi, a nível do RIME e do SAJE, quantos projectos foram aprovados? Quanto dinheiro veio para a Região? Veio algum? Mesmo aqueles que foram aprovados, já receberam o dinheiro? E aqueles que têm SIRALAs desde 98 e 99 para receber?

De qualquer modo, estes sistemas já existiam em 2000, mas de outra forma. O que é certo é que ainda ninguém me contradisse relativamente ao tal investimento de temática pública e à descida que ele representa.

Eu gostava de saber se os senhores confirmam ou não que mesmo a nível do investimento de temática pública houve um decréscimo de 86,24 para 80,7, portanto 7%.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer monopolizar este debate, porque vou ter oportunidade de explicar isso na minha intervenção, foram aprovados 131 projectos a nível do RIME, houve de facto o “overbooking” no RIME; mas todos os projectos de RIME já estão homologados e estão a ser aprovados. São cerca de 1 milhão de contos de incentivo.

No caso do urbanismo comercial (PROCOM), que estava aberto desde 94 e que os senhores nunca o ligaram, foram aprovados 351 projectos e os incentivos estão praticamente pagos.

No SAJE foram aprovados 23 projectos e o incentivo está totalmente pago.

Quanto ao PEDIP, ele também está totalmente pago, mas uma coisa que nós não temos nesta economia e que os senhores nos deixaram foi o APER I e o APER II, criados para pagar a empresas que estavam em risco de falência. Isso não temos...

Deputada Berta Cabral (PSD): Pois não. Têm um milhão de contos, o que é melhor!

O Orador: ... porque a nossa economia está saudável, graças a Deus e à confiança no futuro.

E existe tanta confiança, porque o sistema de incentivos está a funcionar e são o modelo exemplar tanto a nível nacional como a nível da Região Autónoma da Madeira, que já terminou com o seu sistema de incentivos há muito tempo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E o que diz a Câmara do Comércio?

O Orador: A Câmara do Comércio diz exactamente aquilo que eu digo. Os sistemas de incentivos estão a funcionar, são modelo a nível nacional. Há atrasos, porque há o desfasamento do II Quadro Comunitário de Apoio para o III Quadro Comunitário de Apoio.

Nós fomos a única Região do País que teve o sistema de incentivos abertos até ao dia 31 de Dezembro de 1999. Há ainda projectos do SIRALA que entraram em 1999 que ainda nem sequer foram analisados pelas Câmaras do Comércio.

Deputado Humberto Melo (PSD): É burocracia!

O Orador: Não senhor, porque as Câmaras de Comércio receberam os projectos e não estavam devidamente informadas.

Deputada Berta Cabral (PSD): É bom que eles saibam isso!

O Orador: Como tal, a Secretaria da Economia não tem qualquer tipo de intervenção nesses projectos, mas existem cerca de 12 projectos na Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, 36 projectos na de Ponta Delgada que ainda estão a ser analisados e todos eles serão analisados e entrarão no sistema. Nenhum ficará de fora.

Se o senhor reparar bem, são estes projectos que deram entrada, que dizem que entraram no sistema, mas que nem sequer estão aprovados ainda.

Em relação ao investimento do Plano, é evidente que em 97 nós temos 39 milhões de contos, em 98, 41 milhões de contos, em 99, 52 milhões de contos, em 2000, 50 milhões de contos, em 2001, 54 milhões de contos e em 2002 propomos 50 milhões de contos. Qual é o problema? Há sempre variação de ano para ano.

O que é preciso ver aqui é qual a qualidade desse investimento, qual o efeito indutor desse investimento na economia.

Há sempre variações. Há obras que começam, há obras que acabam.

Se há simultaneamente obras na Secretaria Regional da Economia, na Secretaria das Obras Públicas e na Secretaria da Agricultura e Pescas, provavelmente nesse ano terá que haver mais verbas, mas isto não significa que a economia esteja com problemas financeiros ou que hajam grandes problemas por causa disso.

A economia está bem. Os indicadores mostram isso claramente e o que os privados mostram é que têm confiança no futuro, têm confiança nos sistemas de incentivos, apostam, estão a fazer os seus investimento ainda antes de abrirem os sistemas de incentivos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Embora eu considere que essa coisa da temática pública é uma coisa um bocado para o primário...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O Sr. Presidente do Governo é que o disse!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...a temática pública é mais do que isso. Ela engloba investimentos das autarquias locais e envolve investimentos em outras componentes.

Eu nunca me referi à temática pública. Eu referi sempre o investimento público global da responsabilidade da administração ou das entidades tuteladas.

Acontece – com certeza que o Sr. Deputado lê os Jornais Oficiais – que decorrente dos reajustamento em baixa das receitas fiscais, que já foram aqui sobejamente discutidos, houve um esforço de contenção do Governo Regional no sentido de proceder até ao fim do ano – e ainda não chegámos lá – a um conjunto de cativações de verbas que tiveram incidências diferenciadas, conforme as possibilidades que temos de investimento ou de outras formas de despesa pública.

Portanto, essa diferença que o senhor referenciou é inclusivamente menor do que a cativação que foi proposta e que é defensiva em termos da rubrica do capítulo 40.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Duas referências muito rápidas.

A primeira em relação ao Sr. Secretário da Economia, tentando encerrar o debate nesta fase, porque temos outras oportunidades.

Vou ler apenas o que diz a Câmara do Comércio, usando como uma resposta minha face à suas afirmações.

“Apesar de um ligeiro acréscimo de valores respeitante ao sistema de incentivos face ao previsto no Plano a Médio Prazo, não nos podemos deixar de referir que os aumentos relativos ao SIRALA e SIRAP, apenas resultam de significativos atrasos nos pagamentos, para além de registrarmos a redução de cerca de 50% das verbas relativas ao SIDER.

Com a dotação prevista para este programa, podemos continuar a ser confrontados com uma situação idêntica à actual, ou seja, atrasos significativos nos pagamentos de incentivos aos promotores.”

Em primeiro lugar, Sr. Secretário Carlos Corvelo, o senhor não negou os números que evidenciei aqui.

Em segundo lugar, investimento de temática pública, por muito primária que seja esta aceção, tem que remetê-la a quem a disse primeiro, ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No último mês de Dezembro, em que estava aberto o sistema de incentivos do II Quadro Comunitário de Apoio, entraram cerca de 200 candidaturas na Câmara de Comércio e Indústria da Horta.

Hoje, parte dessas candidaturas, não estão analisadas.

Há atrasos?

Haverá sempre algum atraso.

Houve um desfasamento inicial entre o II e o III Quadro Comunitário de Apoio.

Todas as candidaturas que entraram no dia 31 de Dezembro, não podiam ser aprovadas, porque não havia possibilidade de as passar para o III Quadro Comunitário de Apoio, porque elas não tinham despesa útil no II Quadro Comunitário de Apoio. Haveria que esperar pela notificação da Comunidade Europeia dos sistemas de incentivos a nível nacional.

De facto, há atrasos devido a um sistema burocrático simples.

Bem mais fácil teria sido nós, na Região Autónoma dos Açores, termos fechado um sistema de incentivos há um ano atrás, como aconteceu na Madeira. Não fizemos

isso. Continuámos sem desfasamento permitindo que todos os empresários que quisessem investir, investissem até ao último dia.

É claro que têm que esperar agora, porque há uma passagem do II para o III Quadro Comunitário de Apoio. Normalizando a situação, rapidamente entramos numa situação de cruzeiro.

O SIDER irá pagar os SIRALAS e estão aqui claramente deslocalizados no programa 10. Separa-se os SIRALAS do SIDER.

O SIDER é novo no III Quadro Comunitário de Apoio, embora os SIRALAS sejam pagos pelo SIDER.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, vamos suspender os nossos trabalhos.

Retomamos às 15 horas.

(Eram 12 horas e 56 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde. Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa para informar dos tempos disponíveis para que todos os Srs. Deputados e Membros do Governo saibam quando tempo dispõem.

Secretário: Com todo o gosto.

Boa tarde, Srs. Deputados.

O Partido Socialista dispõem de 275 minutos; o Partido Social Democrata de 166 minutos; o CDS/PP de 39 minutos; o PCP de 49 minutos e o Governo Regional de 234 minutos.

Presidente: Posto isto, vamos prosseguir o debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de poder afirmar, “como agora é um hábito socialista”, QUE ESTE É O MELHOR PLANO E ORÇAMENTO DE SEMPRE!

Infelizmente não o posso fazer.

Porque efectivamente não o é !

Estes documentos deveriam traçar um rumo em direcção ao progresso, ao desenvolvimento harmónico, com metas claras e objectivas para podermos construir e ter esperança num futuro mais risonho.

Analisei estes documentos e fiquei preocupado.

Preocupado, porque a população que me elegeu pelo circulo eleitoral da Ilha de São Jorge, exige de todos os deputados (eu respondo por mim), que façamos a defesa intransigente dos interesses dos Jorgenses, que sejamos homens e mulheres de palavra.

É isso que esperam de nós.

Não venho a esta tribuna representar um “Clube de má língua”, como no passado alguns nos habituaram, quando estavam na oposição.

Estar-se na oposição, é reconhecer o que está bem, criticar o que está mal, e de seguida apresentar propostas alternativas.

Tem sido assim o papel dos Deputados do Partido Social Democrata, nesta casa e fora dela.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma vez que o tempo disponível não sobra, irei debruçar-me somente sobre alguns aspectos deste Plano e Orçamento para o ano 2002, no tocante à Ilha de São Jorge.

Agricultura.

Falar de agricultura em São Jorge é falar da economia base desta Ilha.

O sector agrícola em São Jorge está a passar por grandes dificuldades, no que toca ao pagamento atempadamente do leite aos produtores, abastecimento de água à lavoura, sanidade animal e qualidade/rentabilidade do nosso produto (o Queijo São Jorge).

Já denunciámos neste hemiciclo de que o sector Cooperativo Leiteiro da Ilha nunca recebeu um saneamento financeiro, mas sim “**um balão de oxigénio**”.

Oxigénio esse que já acabou !!!

Neste momento, existem Cooperativas que já não conseguem pagar o leite atempadamente e a situação continua a agravar-se.

O Secretário Regional da Agricultura, em Março deste ano, declarava que iria fazer um levantamento à situação económica e financeira das oito Cooperativas associadas da Uniqueijo, e que no mês de Junho, (que já passou), esse estudo estaria pronto.

Mais declarou que, com base nesse estudo, é que tomaria a decisão de quais as fábricas que merecem ter apoios e quais as que devem encerrar.

Pergunto: O estudo está pronto?

Alguma fábrica vai fechar?

Se sim, qual ou quais?

Gostava de ouvir a sua resposta Sr. Secretário.

Nesta época de eleições autárquicas, algumas das fábricas que se ouvia dizer que poderiam fechar, agora talvez tenham algumas promessas feitas.

É a técnica socialista: “**O embalar.**”

No abastecimento de água à lavoura continuamos na mesma, muitos reservatórios anunciados no ano passado (2000), quando da campanha eleitoral, mas depois caiu no esquecimento.

Apenas registo a conclusão de um reservatório e muito graças ao apoio e colaboração de Junta de Freguesia das Manadas.

Espero que durante este Inverno os restantes reservatórios fiquem concluídos para bem da lavoura.

São as Associações Agrícolas da Ilha de São Jorge que o reclamam.

E eu aqui dou voz às suas preocupações.

O “Queijo São Jorge” é fabricado com leite cru, por conseguinte, o abastecimento de água à lavoura deve ser considerado uma prioridade para se poder garantir a higiene e salubridade no fabrico do mesmo.

A classificação do leite levada a cabo pelo Governo foi bem vinda à Ilha de São Jorge.

Ficámos todos a ganhar com esta medida.

Aqui o Governo cumpriu. E tomou uma boa medida.

Acontece que funciona, digamos, um pouco **“a título provisório”**.

A brigada de recolha de amostras de leite é composta por cinco jovens, todos em situação de trabalho precário sem que conheçam o dia de amanhã, ou seja, se continuarão ou não, a ter garantias de emprego.

As amostras são recolhidas, e posteriormente enviadas para a Ilha Terceira, para serem feitas as respectivas análises.

Será que não chegou a hora de montar um laboratório de análises de leite em São Jorge?

Será que os agricultores de São Jorge não teriam os resultados das análises do leite da sua produção mais atempadamente e em tempo útil ?

Será que o facto de sermos uma Ilha que assenta a sua base económica na produção de leite, não é **motivo mais que suficiente** para podermos ter um laboratório em São Jorge ?

Lanço daqui o repto ao Secretário Regional da Agricultura para que se **instale um laboratório de análises de leite na Ilha de São Jorge.**

Pelas preocupações que aqui deixo, constato que neste sector, o Plano e Orçamento para 2002 não contém verbas suficientes.

Pescas.

Neste sector, o Plano e Orçamento tem inscrito a verba de 34.916 euros, cerca de (7.000 contos).

Como pretendem remodelar e beneficiar Portos de Pescas em São Jorge, com esta verba?

O único Porto existente do lado Norte da Ilha de São Jorge, (Fajã do Ouvidor – Norte Grande), continua apenas no plano das “**intenções**”, mas não neste Plano. Quanto à beneficiação e remodelação do mesmo continuaremos mais um ano à espera.

Quanto à melhoria das condições dos pescadores no Porto das Velas, penso que essa melhoria, passa pela ampliação do Porto Comercial de São Jorge –Velas, e então aí os pescadores terão um espaço, para que lhes sejam criadas melhores condições de trabalho.

Portos.

A ampliação do Porto Comercial de São Jorge - Velas, é adiado mais uma vez.

Nem um palavra sobre este assunto, nestes documentos.

Apenas é usado nos discursos dos Socialistas em campanha. E nesta data, como até dá jeito, os candidatos autárquicos do PS, também prometem a ampliação do Porto Comercial.

Nos últimos anos o movimento de mercadorias no Porto Comercial de São Jorge - Velas, tem aumentado significativamente, e o espaço é cada vez mais exíguo.

Este Verão foi um autêntico “**Pandemónio**” circular no Cais.

Eram passageiros à mistura com descargas de cimento e com embarques de gado.

Eram barcos em frente à gare de passageiros, porque não têm outro espaço.

É urgente clarificar esta situação correndo o risco de, se não o fizermos, hipotecamos o futuro da nossa Ilha, tendo grandes reflexos negativos na actividade comercial e económica da Ilha.

No que concerne à construção do **Porto de Recreio das Velas**, o Governo Regional na sua última visita estatutária à Ilha, no passado mês de Julho, anunciou como é seu hábito a construção de um Porto de Recreio.

Anunciaram orçamento, capacidade de embarcações e mais uma panóplia de coisas e ficou-se por aí.

Os menos atentos até poderão julgar que qualquer dia o Secretário Regional da Economia vai a São Jorge inaugurar um Porto de Recreio !!!

Puro engano!!!

Nesta data continuamos sem saber qual Porto de Recreio que se irá construir!

Continuamos sem saber se o esboço enviado por entidades locais e populares interessados no assunto teve alguma evolução!

E mais grave do que isso, não se consegue vislumbrar qualquer verba inscrita nestes documentos para se iniciar a construção do referido Porto de Recreio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Saúde.

“Haja Saúde!”

Expressão popular que é frequentemente usada, porque como diz o povo “O que importa é ter saúde!”.

Compete à Região garantir o acesso de todos os Açorianos ao Serviço Regional de Saúde.

Em Ilhas como a de São Jorge (alguns chamam de pequenas, mas eu intitulo “com menos população”), sem Hospitais, e apenas com Centros de Saúde, o sector deverá merecer mais e melhor atenção.

Temos assistido nos últimos anos à saída de vários médicos da Ilha, o que perturba o funcionamento dos Centros de Saúde, sobrecarregando os poucos profissionais existentes.

Sem profissionais de saúde não pode haver mais e melhor saúde.

Não exigimos milagres.

Pedimos responsabilidades, e que o Governo actue no sentido de se resolver esta situação.

Em 27 de Abril de 1998, já a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, informava em resposta a requerimento meu e cito “*Está prevista a ida de mais médicos para a Ilha de São Jorge, estando*

já a decorrer contactos com alguns profissionais nesse sentido, aguardando-se apenas a conclusão de trâmites burocráticos”.

Entretanto já se passaram 3 anos.

Em Junho do corrente ano e em resposta, a outro requerimento, sobre a colocação de mais médicos nos Centros de Saúde de São Jorge, recebi a seguinte resposta que passo a citar ” *Que algumas Ilhas terão o seu problema em breve resolvido com a vinda de médicos estrangeiros...*”.

Nesta data, na Ilha de São Jorge, continua-se a aguardar a vinda dos ditos profissionais de Saúde.

No Plano para 2002, encontra-se inscrito 200 mil euros (cerca de 40 mil contos), para remodelações e beneficiações em unidades de Saúde na Ilha.

E os equipamentos para exames complementares de diagnóstico que vem sendo prometidos ano após ano?

Um exemplo disso é o Equipamento de RX do Centro de Saúde de Velas, que já foi anunciado, re-anunciado e voltaram a anunciar. Ao que parece, ainda não vai ser em 2002 que será feita a aquisição de tão importante equipamento.

Sistema Rodoviário Regional.

O Plano para 2002, contempla este programa com 1.097.000 euros, cerca de 220 mil contos.

Com esta verba pretende-se enganar mais uma vez os Jorgenses, dizendo que será para pagar a obra do troço de estrada dos Nortes e o troço de Estrada Regional Urzelina- Aeroporto (obra que sei que está a concurso).

Em nosso entender, estas verbas são insuficientes.

O Troço de Estrada Regional 1-2ª - Urzelina – Aeroporto, tem transitado de ano para ano e nunca mais se arranca com a obra.

Ficaremos atentos para ver se desta será de vez.

As populações das freguesias da Urzelina – Terreiros – Manadas, ficarão, no mínimo, **mais um ano**, sem que seja reabilitado o troço de estrada que passa pelo centro destas freguesias com cerca de 6,5 Kms.

Ainda ontem os Deputados do Partido Socialista votaram contra uma proposta do PSD, que referia este troço.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Riam-se, Srs. Deputados. Eu sei que incomoda, mas a verdade é esta.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Votámos a favor de uma coisa que não referia!

O Orador: **Habitação.**

A qualidade de vida depende de uma habitação condigna.

Os problemas da Habitação que se sentem na Ilha de São Jorge, estão longe de serem resolvidos.

O que mais nos preocupa neste sector não tem sido as dotações orçamentais, mas sim a sua execução.

Assistimos a um constante emperrar de todo o apoio a ser prestado para (Aquisição de Habitação, Ampliações e Remodelações e Habitação Degradada).

Penso que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos terá que ser mais fluida no analisar dos processos e acabar com, **os sempre emperrantes burocratas de serviço.**

O loteamento na freguesia da Urzelina não é referido nestes documentos.

Temos trazido este assunto a esta Casa, por diversas vezes, e tem transitado em promessa de ano para ano.

Ficamos mais uma vez na expectativa para ver se este será o ano certo!

Finalmente e porque o tempo urge, ficamos para ver o **acto de magia** que o Governo irá fazer, quando afirma que: **com menos verbas vamos ter mais investimento.**

Termino citando o Secretário Geral do PS Eng.º António Guterres, In Diário de Notícias, a 6 de Maio de 2001.

“Estivemos dez anos (no vosso caso vinte), na oposição. Alguns camaradas habituaram-se de tal maneira à oposição que nem se lembram que o Governo é do PS”

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

O que V. Exa. veio dizer àquela tribuna não tem nada a ver com a defesa dos jorgenses. O que pretendeu fazer foi atirar areia para os olhos dos jorgenses.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Eu não sei se o Sr. Deputado confundiu euros com escudos. Se não confundiu, então posso afirmar que um bom plano para si é um mau plano para S. Jorge e explico-lhe:

O Sr. Deputado considerou o plano para 1996 como um belíssimo plano para S. Jorge. Na altura, tive o cuidado de considerar, ponto por ponto, aquilo que o Sr. Deputado naquela tribuna referiu relativamente aos investimentos em São Jorge.

Passo a fazer a comparação relativamente ao plano de 1996, tendo em consideração o factor de correcção da inflação.

Ao nível da agricultura, o Sr. Deputado relativamente ao abastecimento de água dizia que pouco ou nada se tinha feito. Falou dos reservatórios. Infelizmente, não conhece o que é que se fez.

Eu já me disponibilizei para ir fazer uma visita com o Sr. Deputado para vermos o que é que se fez a esse nível em São Jorge. No entanto, gostaria de dizer que a nível da agricultura este é um mau plano, mas teve um aumento de 260% em relação àquele plano que o Sr. Deputado aqui aprovou, já com o respectivo factor de correcção da inflação.

Em termos gerais, este plano em relação ao plano de 1996, teve um aumento de 230%.

Ao nível do turismo, os senhores tinham previsto 57 mil e 900 contos. Corrigindo para valores actuais seria 64 mil 848 contos.

Este plano tem previsto 1 milhão e 78 contos, o que corresponde a 660% de aumento. Isto não presta para S. Jorge? O senhor não sabe o que é que está a dizer!

Ao nível das construções escolares que tanto se tem falado nesta Casa, no plano para 1996, os senhores, no estado caótico em que se encontrava o parque escolar de S. Jorge, tinham zero escudos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Isso é infinito!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Pois é. Falar do passado para ele é infinito!

O Orador: Depois do Governo ter feito, no anterior mandato, um investimento na ordem de 1 milhão de contos, neste plano tem mais 300 mil contos para edifícios escolares, em S. Jorge.

Quanto às pescas, este plano tem um insignificante aumento de 700% em relação ao último plano do seu Governo.

Afirmou na sua intervenção que o porto do Norte Grande não constava do Plano. O Sr. Deputado não leu os documentos, porque está lá a conclusão do projecto, para se avançar para a obra.

Ao nível do porto da Calheta – aí é que introduzi o factor de correcção devido à inflação – os senhores tinham 5 mil contos. Lembrei-me que com essa quantidade a inflação deveria ter disparado.

Este plano tem pouco. Tem 710 mil contos, com mais uma determinada verba que já transitou para a Junta Autónoma do Porto da Horta, porque é a dona da obra, ronda 1 milhão de contos. Aqui temos um aumento de 12.500%. É pouco?

Ao nível dos transportes aéreos, para não falar em números, este Plano tem um aumento de 226% para ser aplicado na construção da aerogare que o senhor já tanto falou aqui dentro.

Ao nível da juventude, que era uma grande aposta do seu último Governo, os senhores tinham inscritos no Plano 7.700 contos. Este Governo tem 40 mil contos inscritos neste Plano, o que corresponde a 480%.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Ao nível da saúde, os senhores tinham zeros escudos no Plano. Este Plano tem 68 mil contos para a saúde.

Ao nível da habitação temos um aumento de 200%, em relação ao seu último Plano.

Ao nível do ambiente temos no plano um aumento de 4000% em relação ao vosso.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Os números é que falam verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não entro neste debate, não porque não tenha argumentos, mas porque não temos mais tempo nesta bancada e tenho que respeitar os meus colegas. Se nessa bancada não se respeitam, o problema é vosso.

Este plano vai ser aprovado e em Janeiro cá estaremos para debater estes assuntos, as vezes que quiser.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não entra neste debate, porque não convém!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Hoje, cabe-me apresentar o Plano para 2002, nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura. É um conjunto vasto de áreas, entre as quais avulta a área da Educação e é por ela que iniciarei a minha explanação.

Em termos de investimento na área do Plano, estão previstos 22,5 milhões de Euros para investir, essencialmente, na manutenção dos edifícios escolares e na construção de novas escolas.

Entre as novas escolas avulta a Escola dos Ginetes que, neste momento, está a iniciar o seu processo de construção. A Escola Maurício de Freitas e a Francisco Ornelas da Câmara, devido à sua má qualidade e às deficiências gravíssimas que os edifícios apresentavam, estão a sofrer um investimento que é, em tudo, equivalente à construção de uma nova escola.

Para além disso, há um vasto conjunto de obras – temos 50 acções inscritas no Plano a Médio Prazo para esta área – que nuns casos estão na sua fase de encerramento, noutros casos estão em arranque.

Na área da Educação, se o Plano em si, com 22,5 milhões de Euros, já é o segundo maior em termos de programas de todo o Plano do Governo Regional, é na área do Orçamento que o esforço é maior.

Já para vos dar uma ideia da evolução da despesa corrente, ou seja, a despesa total na área da educação excluindo o Plano, ela cresceu de 120 milhões de Euros em 1998 para um valor que agora se projecta em 182,3 milhões de Euros.

A maior parte deste crescimento deve-se ao crescimento da despesa com pessoal.

A despesa com pessoal dos quadros, que é aquela que é mais significativa e que representa o maior esforço em termos de estabilização das nossas escolas e em termos da melhoria da qualidade do funcionamento do sistema educativo, cresceu de 11,9 milhões de contos, em 98, para 17 milhões de contos, no ano 2000.

Este crescimento aproxima-se dos 17,8% ao longo deste período. É um crescimento extraordinariamente significativo e demonstra o esforço que o Governo Regional tem colocado na melhoria do sistema educativo, porque no sistema educativo, mais do que investir do plano – no Plano está-se a investir como nunca se investiu no passado – aquilo que conta mais é o investimento que é feito em termos da despesa corrente daquilo que são os dinheiros colocados à disposição das nossas escolas, com especial enfoco aqui para os dinheiros que são utilizados no pagamento do pessoal docente. Esse cresceu como nunca tinha crescido antes e isto apesar de neste período a Região ter perdido cerca de 7 mil alunos.

A demografia obrigou a que perdêssemos cerca de 7 mil alunos neste período, mas apesar disso, o número de docentes cresceu em 211. Nós temos muito menos alunos e mais docentes. Isto já diz alguma coisa sobre o investimento que tem sido feito nesta área e sobre a forma como temos vindo a tratar os nossos alunos.

Nesta altura, nos Açores, os valores médios em termos de dimensão de turmas, se isso pode ser utilizado como medida de funcionamento do sistema educativo, nós

temos valores que já são melhores do que aqueles que se verificam nos Estados Unidos. Só para vos dar uma ideia, eu passo a apresentar os valores no corrente ano lectivo:

- pré-escolar, cerca de 15 alunos por turma;
- 1º ciclo, cerca de 18 alunos por turma;
- 2º ciclo, 21 alunos por turma;
- 3º ciclo, 22 alunos por turma;
- secundário, 19 alunos por turma.

No secundário, isto tem que ser qualificado, porque as turmas no secundário não têm o mesmo significado que as turmas nos outros graus de ensino, já que o ensino secundário é um ensino de natureza disciplinar, em que nalgumas disciplinas existem grandes turmas e noutras turmas muito pequenas, porque nem todos os alunos frequentam as mesmas disciplinas.

Só para vos dar uma ideia, os valores do Departamento de Educação dos Estados Unidos referentes ao ano de 1999, para aquela área que é mais sensível o tamanho da turma, que é até ao 4º ano de escolaridade, são os seguintes:

- 14% das turmas tinham 18 ou menos alunos;
- 38% das turmas tinham entre os 19 e os 22 alunos;
- 19% das turmas tinham 27 ou mais alunos;
- 29% das turmas tinham entre os 23 e os 27.

Estes valores, no caso dos Açores, não têm qualquer comparação.

Estes valores foram apresentados depois dos Estados Unidos, na administração Clinton, ter iniciado um programa específico de redução de turmas.

Nesta questão da redução de turmas, porque é um assunto recorrente e uma paixão de muitos dos Srs. Deputados, gostava de vos dizer que existem estudos científicos – convido os Srs. Deputados a tomarem conhecimento desses estudos, eu tenho-os aqui e posso fornecer cópia se quiserem – que dizem muito simplesmente que o efeito da redução de turmas só se sente de forma significativa, até ao 3º ano de escolaridade. A partir aí, turmas de 25, são turmas consideradas ideais. Felizmente,

nós estamos no caminho de as atingir e vamos atingi-las rapidamente em todas as nossas escolas.

Só faz sentido falar em redução de turmas a baixo disso.

Quando os Estados Unidos fazem um programa chamado “Class Size Reduction Program”, que eu tenho aqui o relatório, eles estão a tentar fazer uma redução nos primeiros 3 anos de escolaridade para valores que são mesmo assim, superiores àqueles que nós já temos em vigor na Região.

Também quero dizer-vos que em termos de investimento na Região, faz mais sentido investir na qualidade das escolas, faz mais sentido investir na disponibilidade de novos materiais nas escolas e na disponibilidade de novos equipamentos, do que investir em reduções de turmas para baixo de determinados limites.

Falar em colocar 4 professores por turma, o que daria num grupo normal de estudo de 3 turmas 12 professores em simultâneo, é uma manifestação claríssima de que quem faz propostas dessas, não faz ideia do que é que está a falar, não tem a mínima ideia, é alguém que faz a sua preparação fazendo a revisão da imprensa e pouco mais.

De facto, em termos de investimento, o que faz sentido é criar condições de estabilidade, de motivação e de bom funcionamento das escolas. Isso é o que nós precisamos.

Em termos de redução de turmas, este Governo tem feito um esforço gigantesco. São menos 7 mil alunos, mais 200 professores. Façam as contas.

Em termos de redução de turmas, neste momento, nós estamos muito próximo dos limites.

É verdade que ainda temos algumas escolas que por limitações de espaço, têm turmas de 28 e 29 alunos. É verdade que isso ainda acontece, mas cada vez mais as turmas vão diminuindo, porque cada vez mais nós temos mais escolas e temos menos alunos em cada ano de escolaridade.

Com os investimentos que nós estamos a fazer neste momento em termos de criação de novas escolas e de novos espaços, muito rapidamente atingiremos o limite dos 25 alunos por turma, limite esse que é por todos considerado próximo do ideal. Não vale a pena continuar a investir a baixo desse limite, porque os custos não são de maneira nenhuma compensados pela melhoria em termos dos resultados académicos obtidos pelos alunos.

É verdade que ainda falta bastante para chegarmos aqui, ainda nos falta investir muito em termos de escolas, mas estamos muito mais próximos do que estávamos em 1996.

É interessante ver aqueles que se preocupam com o tamanho das turmas que temos agora, mas na sua altura não se preocupavam com as turmas de 30 e mais alunos que tinham, generalizadas em todo o sistema de ensino. Nessa altura estava tudo muito bem. Agora, é que descobriram um novo lema que é a redução de turmas, quando isso está a ser feito com qualidade e rapidamente.

As nossas escolas precisam de investimento ao nível da aquisição de novos mobiliários, da introdução da informática através da disponibilização de computadores para que os nossos alunos tenham acesso a essas tecnologias, ao nível de laboratórios, etc.. É aí que temos que manter o nosso esforço de investimento e é para isso que existe o programa 18 no nosso Plano.

Esse programa está dotado com 1,2 milhões de euros e é ainda complementado com cerca de 1 milhão de euros para investimento, proveniente do Fundo Regional de Acção Escolar, a ser feito nas áreas sociais e nas cantinas das escolas.

Este investimento que representa a maior fatia em termos funcionais de todo o Plano e Orçamento desta Região, com 212,8 milhões de euros – é apenas ultrapassada ligeiramente pelo pagamento dos vencimentos ao restante funcionalismo público – é a manifestação clara da prioridade que este Governo tem dado ao sector educativo.

Tem sido feito um esforço que não tem precedentes e o crescimento que existe na despesa pública, aquele mesmo crescimento que ainda esta manhã alguns dos Srs. Deputados da oposição burburavam, e que representa cinco vírgula qualquer coisa

por cento na despesa pública, deve-se, em boa parte, aos 15,7% de crescimento que há na despesa na área da educação.

De facto, nós estamos a investir na educação.

Isto reflecte-se na despesa corrente e no orçamento como um todo.

Para além deste investimento que nós estamos a fazer na educação, destes 212 milhões de euros, ainda existem mais 9 milhões de euros para apoio social aos nossos alunos, através do Fundo Regional da Acção Social Escolar. Associado a isto, porque estas áreas estão intimamente associadas, existe o Programa 19 que contém as verbas necessárias para a formação profissional (área da Juventude, Emprego e Formação Profissional), em que nós vamos investir este ano, do Orçamento da Região, 1,1 milhões de euros, essencialmente para ser usado como comparticipação em verbas do Fundo Social Europeu, o que permite uma multiplicação na ordem das 3 vezes e meia em relação a esta verba.

Para além disso ainda acresce o orçamento privativo do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego que para este ano de 2002 tem uma dotação de 8,1 milhões de euros.

Todo este dinheiro destina-se a ser utilizado essencialmente na comparticipação do Fundo Social Europeu.

A nossa Região é, neste momento, em todo o País, a Região que tem melhor execução das verbas do Fundo Social Europeu e a nível da Europa inteira é uma das melhores. Tanto assim é que por iniciativa da comissão, da União Europeia, o valor alocado à Região Autónoma dos Açores do Fundo Social Europeu foi aumentado.

Nós tínhamos pedido mas aquilo que recebemos foi mais do que aquilo que nós tínhamos pedido, porque se considerou que nós estávamos a otimizar a utilização desses recursos.

A nossa Região, nesta matéria, é exemplar.

Creio que todos nos podemos orgulhar do bom uso que todos têm feito na Região, desde os empresários que utilizam para a formação dos seus trabalhadores até às

escolas, particularmente na área da formação profissional inicial, em que aí eu podia citar percentagens muito semelhantes àquela que o Sr. Deputado António Gomes há pouco citava em relação a São Jorge, em que na formação profissional nós já ultrapassámos largamente os mil por cento de crescimento em todos os seus aspectos.

Nesta altura já existe formação profissional inicial em todas as ilhas dos Açores, excepto no Corvo e, em termos de escolas profissionais, já existe em todas as ilhas, excepto nas Flores e no Corvo. No caso da Ilha das Flores já existem bons contactos no sentido de também fazer chegar aí a formação profissional fora do ensino regular.

Meus senhores, tem sido feito um investimento gigantesco na área da formação e educação. Esse investimento começa a dar os seus resultados.

As nossas escolas hoje não se parecem em nada com as escolas que nós herdámos em 1996. São escolas que estão mantidas e arrançadas.

De facto, visitar hoje uma escola é totalmente diferente de visitar uma escola no início do meu mandato. Isso é um dado indesmentível. É um dado que está à vista de todos, basta ir vê-las.

Na área da Secretaria Regional da Educação e Cultura, existem outros programas dentro do plano.

Começando por aquele que está mais associado, ou seja, o da área da Juventude, o investimento é muito grande e concentra-se essencialmente em duas áreas: a mobilidade juvenil e os postos de informação juvenil que nesta altura também já começam a chegar a todos os concelhos da Região e queremos que até ao final deste mandato cheguem a todos os concelhos, e a área do apoio às associações juvenis para que elas possam desenvolver as actividades destinadas aos jovens.

A área da Juventude está dotada com 970 mil euros e, em boa parte, ela é também apoiada no âmbito do Fundo Social Europeu.

Em termos de fundos autónomos – é preciso que se perceba a importância que eles hoje já têm – e começando pela Escola Profissional das Capelas, gostaria de dizer que ela hoje é um instituto público e tem um orçamento de 7,1 milhões de euros.

Os fundos escolares das 48 entidades que constituem o nosso sistema educativo, têm este ano um orçamento que já ultrapassou os 4,3 milhões de euros.

Hoje, os fundos escolares, em muitos dos nossos concelhos, são das entidades que mais verbas gerem, que têm um maior investimento.

Passando agora à área da Cultura, o Património e Actividades Culturais dispõe de 7,1 milhões de euros para investimento, dos quais 2 milhões destinam-se à dinamização das actividades culturais. Estes 2 milhões destinam-se quase essencialmente à participação aos diversos actores que na área cultural exercem a sua actividade na Região. É dinheiro para apoiar as diversas instituições.

A defesa e valorização do património está dotada com 4,6 milhões de euros. Essa verba destina-se essencialmente à recuperação do património e à criação de infraestruturas culturais que ainda precisamos.

Angra, enquanto património mundial, está dotada com 474 mil euros e a este valor ainda acresce o orçamento privativo do Fundo Regional da Acção Cultural que tem uma dotação de 1,1 milhões de euros.

De facto, também nesta área estamos a investir em força.

Na área do Desporto, também o investimento é elevado.

Este ano nós temos 5 milhões de euros inscritos no Plano, dos quais 2,1 milhões se destinam a instalações e equipamentos e a mesma quantia à actividade desportiva. A este valor ainda acresce 800 mil euros para promoção e formação, a maior parte dela participável, permite uma apreciável multiplicação desta verba e 4,4 milhões de contos como orçamento privativo do Fundo do Fomento do Desporto, orçamento esse que se destina quase inteiramente ao apoio à actividade desportiva na Região.

Aí também, meus senhores, o investimento é grande. O esforço que o Governo Regional está a fazer no sentido de criar condições para a boa prática do desporto em toda a Região e de apoiar as diversas instituições que nesta área fazem a sua actividade, é também muito grande.

Termino voltando a repetir: nunca se investiu tanto como agora nestas áreas; nunca se investiu tanto como agora na educação; nunca se fez um esforço tão grande como agora para trazer qualidade ao sistema educativo.

De facto, o investimento na educação, quer em termos de Plano, quer em termos da despesa corrente, comparativamente, é o maior. Nunca foi tão grande em termos percentuais do Plano.

Este discurso, meus senhores, tem que se manter...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O discurso mantém-se. A obra e as promessas é que ficam por cumprir!

O Orador: ... o tempo suficiente para que seja possível a nossa Região recuperar um atraso ancestral que existe nesta área.

De facto, aquilo que faz a riqueza dos povos é a sua educação, a sua cultura e a sua capacidade de cidadania e de participação. É para esse efeito que as verbas inscritas nesta Secretaria se destinam.

O trabalho que está a ser feito é enorme e é um trabalho que, nesta altura, é bem claro e bem patente. Basta visitar as nossas escolas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por imperativos de tempo não tenho possibilidade de fazer grandes análises em relação à intervenção do Sr. Secretário.

No entanto, gostaria de colocar muito rapidamente duas perguntas que têm a ver com a realidade do dia-a-dia e com o contacto que existe em relação aos professores.

Nunca como até aqui os professores procuram colocar questões a quem quer que seja sobre o funcionamento escolar. Professores de várias ilhas têm-me referido que a falta de professores de apoio como existiu no passado, nunca foi tão flagrante como neste momento existe nas nossas escolas.

Pergunto: na opinião do Sr. Secretário, quem é que tem razão? São os professores? Será que me vai dizer que há grande apoio? Todas as ilhas colocam-nos essa questão.

Há dias uma turma de alunos afirmou-me que tinham possibilidades de trabalhar com 9 computadores. O Sr. Secretário referiu na tribuna, e muito bem, o apoio que tem sido dado nessa matéria. Porém, dizem-me que em tempos estavam 8 avariados e hoje continuam na mesma.

Sr. Secretário, a culpa será do mau funcionamento da escola ou será devido à redução do orçamento que as escolas tiveram na sua verba corrente?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação aos professores de apoio, neste ano, na nossa Região, o número de professores de apoio mantém-se semelhante àquele que teve no ano que teve o seu máximo, ou seja, o ano lectivo que terminou o ano passado.

O que houve foi redistribuição desses recursos. Foi preciso redistribuí-los por forma a chegar às escolas com maiores necessidades.

À medida que melhoramos a qualidade do sistema educativo, naturalmente aumenta-se a exigência. Essa exigência aumentou e é bom que assim seja, porque queremos um sistema educativo exigente em todos os sentidos e também nessa área.

De facto, a nossa Região é aquela que no país tem um mecanismo de apoio melhor. É óbvio que não é o ideal, eu gostaria de ter melhor, mas é aquele que o Orçamento permite.

Há bocadinho demonstrei o crescimento que o Orçamento teve nesta área, ou seja, crescimentos superiores a 15% num ano. Não é possível crescer mais.

Existem limites e eles também têm que se reflectir na área da Educação.

Não é possível investir mais e é muito bom quando comparamos com o resto do país.

Em relação à questão dos computadores, Sr. Deputado, essa é uma das lacunas do nosso sistema educativo.

Eu tive oportunidade de dizer há pouco na tribuna que é preciso investir mais em equipamentos.

As nossas escolas são pobres em termos de equipamentos informáticos. Temos poucos equipamentos, mas também é verdade que esses poucos equipamentos por vezes têm um uso que não é o melhor e avariam-se muito. É natural, são equipamentos de uma escola.

É preciso investir mais na área da informatização das escolas e essa é uma das apostas que o Governo Regional tem pela frente e que com certeza saberá dar resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo da intervenção que farei da tribuna sobre este Plano para 2002, importa fazer aqui algumas considerações.

A primeira Sr. Secretário, é que em questões de debate, o senhor parece que funciona retroactivamente, porque hoje veio tentar argumentar relativamente à

Proposta de Resolução que o PSD trouxe à discussão na última sessão. Porque o debate na altura não lhe correu muito bem, hoje veio trazer mais algumas questões.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Os senhores nem sequer discutiram a proposta, retiraram-na!

É preciso ter descaramento para dizer uma coisa dessas! De facto, isso já ultrapassa as raias do aceitável!

O Orador: Sr. Presidente, com toda a serenidade e procurando manter a dignidade que esta Câmara deve continuar a ter, eu não posso deixar de fazer um protesto contra o modo como se insurgiu o Sr. Secretário da Educação.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Faça uma conferência de imprensa!

O Orador: O Sr. Deputado Dionísio Sousa pretende rasgar mais papéis?

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de prosseguir.

O Orador: Manda dizer a verdade que o que o PSD fez relativamente à sua Resolução foi retirá-la antes de ser votada. Ela esteve aqui em discussão. O Sr. Secretário faltou à verdade na observação que fez no seu aparte.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Lá vem outra vez com a falta da verdade!

O Orador: Vamos a números que é isso que importa.

Os números que aqui traz não são totalmente verdadeiros, ou pelos menos alguns não são correctos.

O Sr. Secretário de uma forma aparentemente habilidosa, comparou números entre 98 e 2001.

Eu vou comparar entre o ano lectivo 99/2000, que terminou há pouco tempo, e este que se iniciou.

O número de alunos reduziu 11,4%. O número de professores reduziu 15,4%.

Relativamente às médias dos alunos por turmas, Sr. Secretário, com 20 ou mais alunos no 1º ciclo, existem 159 turmas, isto é, 17,8%. No 2º ciclo, com 25 ou mais

alunos, 352 turmas, ou seja, 36,6%. No 3º ciclo, com 25 ou mais alunos, existem na nossa Região 435 turmas, 33,3%.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): São valores ótimos!

O Orador: Isto significa que na nossa Região, no limite ou acima do limite da turma padrão que o senhor estabeleceu, existem quase 1000 turmas, para ser concreto 946.

Agora, eu percebo por que razão é que correm os rumores de que V. Exa. vai sair do Governo e vai para os Estados Unidos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Seria uma promoção!

O Orador: Provavelmente vai para o Departamento de Estado da Educação dos Estados Unidos.

Veio aqui dizer que nós estamos muito melhor do que os Estados Unidos. Sr. Secretário, que dirá um cidadão da Comunitária Suécia onde a média é de 8 alunos por turma?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Quem é que lhe disse que eram 8 alunos por turma?

O Orador: “Baromètre de L’IE”.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Eu conheço o Sindicato que lhe deu essa folha. Está tudo errado!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O problema é esse, Sr. Secretário. Eu vou trazer-lhe também os dados da UNESCO e vou comparar. E só porque gosto muito da minha Região é que não vou comparar os números com alguns países do 3º Mundo, porque eles são semelhantes nalguns casos, infelizmente para nós e para esses países também.

A Grécia tem 14 alunos por turma. A Áustria tem 12 e a Dinamarca tem 10.

O seu problema é achar que o senhor leva o passo certo e todos os outros levam o passo errado. Faz-me lembrar a tal mãe que via a parada do filho.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Muito bem

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

De facto, os números que o senhor citou dão-me toda a razão. São óptimos. Mostram um progresso sem par nessa matéria.

O número de turmas que nós temos acima da turma padrão é muito bom.

O Sr. Deputado veio corroborar os dados que eu tinha ali apresentado. Agradeço o esforço que fez.

Em relação às questões, eu vou pedir, com permissão do Sr. Presidente, que lhe entreguem um estudo internacional sobre essa matéria para o senhor ficar a saber um pouco mais. O Sr. Deputado costuma ler a revista da imprensa. Isto é um pouco mais aprofundado, mas talvez sirva e aprenda algumas coisas antes de falar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu vou entregar-lhe os da UNESCO para também aprender um pouco mais!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional parece que continua a navegar num “mar de rosas”. Pelos vistos começa a ficar cada vez com menos acompanhantes.

De uma forma breve, gostaria de dar uma resposta concreta sobre estes números.

Até agora o Sr. Secretário falou muito em números, os números em que se apoia e que o apoiam, alegadamente. Gostaria só que me dissesse se está satisfeito com isto.

A Escola do Ensino Artístico de Angra, prevista desde 96, foi promessa do Partido Socialista. O Sr. Secretário era cabeça de lista em 96, e assumiu-a como “grande prioridade para a Ilha Terceira”, e estou a citá-lo.

Deputado Francisco Sousa (PS): Em 92 foi proposta!

O Orador: Estamos em 2001. O seu Governo há 7 meses atrás previu no PMP para 2002, 1 milhão 250 mil contos. Neste Plano prevê-se apenas 150 mil contos. Acha bem?

Escola da Serra de Santiago.

Prevista em planos desde 98. Agora nada se prevê (zero).

Escola do Porto Martins.

Prevista desde 98. No PMP, há 7 meses atrás, previam 50 mil contos. Agora prevê-se apenas 10 mil contos.

O Sr. Secretário Regional, como secretário da tutela, como cabeça de lista, sucessivamente do PS para a Ilha Terceira, concorda com isto? Acha bem?

São estes os números que aceita e que considera sustentadores da sua posição?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação às obras que foram aqui apresentadas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses e muitas outras que é preciso fazer na área da Educação na Região, é evidente que eu estaria muito mais satisfeito se elas estivessem todas prontas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que prometeu! É que assumiu!

O Orador: Não há nada que eu mais gosto que uma inauguração! Eu adoro inaugurações!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é que não tem feito outra coisa!

O Orador: A verdade é que eu tenho feito tantas inaugurações, que se calhar já fiz mais do que aquelas que o senhor fez e todos os seus Governos fizeram! Eu adoro inaugurações e ainda quero fazer muitas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, eu próprio prometi e continuo a reafirmar essa promessa.

De facto, Sr. Deputado, esta obra é essencial para o desenvolvimento da Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em 96 já era uma prioridade. Já se passaram 5 anos!

O Orador: Era sim senhor. Também tinha sido prioridade em 92 e os senhores lançaram concurso em Setembro de 96, às três pancadas para resolver o problema.

A questão não é essa.

A escola será feita tão depressa quanto seja possível.

Nós gostaríamos de já a ter feito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Será feita um dia. Quando, é que não se sabe!

O Orador: Exactamente, não sabemos é quando!

Eu gostaria de já a ter inaugurado. Não foi possível.

“Nós continuamos a pugnar”; são estas as palavras que estão no texto que o senhor estava a citar.

Eu continuarei a pugnar para que ela se faça.

Vou fazer os possíveis para que ela se faça. Tudo farei para que ela se faça, porque é uma escola essencial.

Sr. Deputado, há coisas que não são. Há recursos que nós não temos e há problemas que é preciso resolver.

Quanto às outras duas escolas, o Sr. Deputado devia falar na Assembleia Municipal que pertence...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Porquê?

O Orador: ... porque é presidente, sobre essa matéria.

As escolas do 1º ciclo que foram feitas no meu mandato, todas foram feitas pelas Câmaras Municipais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está no Plano do Governo. Então não vale nada? É o cúmulo!

Não têm prioridades!

O Orador: O Sr. Deputado está numa Assembleia Municipal tivesse feito os possíveis para que elas fossem construídas.

O Sr. Deputado não fez e agora vem para aqui reclamar.

É pena que não tenham sido feitas, porque elas são feitas por contrato ARAAL pelas Câmaras Municipais.

Em relação à Escola da Serra de Santiago, até a urbanização que ela se vai integrar ainda não está pronta.

Em relação à do Porto Martins havemos de chegar lá.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Carreirinha, Pico da Urze!

O Orador: Essa já está feita porque a Câmara Municipal se empenhou.

O senhor tivesse pugnado na sua Assembleia por ela e agora não estava aqui a fazer essa figura.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em resumo, está satisfeito!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Espero que esteja um bocadinho mais calmo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não lhe fiz nenhuma pergunta!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, permitindo-me uma graça,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Dispensó as suas graças!

O Orador: Se V. Exa. tivesse uma cabeleira loura, parecia aquela personagem dos marretas “Miss Pig”, com esses guinchos que normalmente costuma dar.

Fechado esse parênteses, o Sr. Deputado Clélio Meneses, ciclicamente, traz aqui a questão da Escola de São Carlos e agora acrescentou a Escola da Serra de Santiago e a Escola do Porto Martins.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não estou satisfeito. Se está, tudo bem!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, deixe as pessoas falarem. Em seguida dou-lhe a palavra com todo o gosto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Agradeço que faça a mesma observação para o outro lado!

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. A Mesa é imparcial!

O Orador: Sr. Presidente, os apartes são regimentais e não me afectam. Agora, matraquear é diferente, mas enfim, já estamos habituados.

Vamos por partes.

Escola de São Carlos:

Se o Sr. Deputado estivesse um pouco atento, o concelho de Governo reuniu no dia 20, em Santa Cruz das Flores.

O concurso internacional para a Escola de São Carlos, por motivos de legislação, teve que ser anulado e neste momento está em fase de lançamento o novo concurso. Daí a explicação de passar de 1 milhão, 250 mil contos, para 150 mil contos, porque realisticamente será uma escola que nunca poderá começar antes do final do próximo ano e eventualmente no último trimestre do próximo ano.

Quanto à Escola do Porto Martins, Sr. Deputado Clélio Meneses, as suas explicações pecam por tardias.

As suas preocupações têm o único intuito de tentar descobrir formas de dizer que este Governo funciona em promessas.

O Grupo Parlamentar do PS funciona nesta lógica, funciona com certezas.

Como tem a certeza de que essa escola é importante, embora seja uma competência da autarquia que V. Exa. é Presidente da Assembleia Municipal, já tratámos, em propostas de alteração, resolver o problema da escola do Porto Martins.

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para...?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Defesa da honra!

Presidente: Posso saber o que é que ofendeu a sua honra?

Deputado Clélio Meneses (PSD): As primeiras expressões proferidas pelo Sr. Deputado Francisco Barros.

Presidente: Tem a palavra para defesa da honra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Lamento ter de fazer esta intervenção, porque ela vem na sequência de um acto de baixíssimo nível que suportou a intervenção do Sr. Deputado Francisco Barros. Foi apenas isso que ele quis dizer com o início das suas expressões.

De resto, ao nível daquilo que vem acontecendo, ou seja, o descontrolo da primeira fila do Grupo Parlamentar do PS, e no âmbito da fidelização que o Sr. Deputado tem em relação ao seu partido, à sua cor e às suas tutelas, baixou a um nível que me dispenso de retribuir porque não tenho palavras que possam adequar-se à postura que manifestou nesta Casa.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Barros pede a palavra para...?

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, suponho que regimentalmente e de acordo com o artigo 104º do Regimento, tenho direito a uma resposta às declarações do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Deputado Clélio Meneses, eu iniciei a minha intervenção no seguimento daquilo que já vem sendo uma prática actual e normal dos seus apartes que revelam, no mínimo, se eu fui deselegante, uma falta de gosto e uma falta de elegância igual ou pior ao eventual baixo nível que tenho baixado

Em segundo lugar, em termos de fidelidade, poderemos conversar sobre isso noutra âmbito e noutra altura, porque estamos conversados.

Quanto àquilo que foi ofensivo à sua honra, eu tive o cuidado – e as gravações irão prová-lo quando houver o Diário das Sessões – de fazer uma analogia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Com certeza! Eu também vou comparar com coisas que o senhor gosta!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, por favor deixe o Sr. Deputado dar as explicações.

O Orador: Uma analogia é diferente de pretender ofender V. Exa. naquilo que quer que seja, da mesma forma que já vi aqui várias analogias serem utilizadas e referidas e não me parece que tenham ferido a honra de alguém.

Por vezes, palavras, entoações e expressões menos agradáveis são mais ofensivas do que caracterizar metaforicamente, sublinho, com uma personagem simpática que eu me recordo dos meus tempos de juventude e que achava muita graça em observar e em ver.

Deputado Mark Marques (PSD): Já agora diga em que hora foi!

O Orador: Sr. Deputado Mark Marques, se amanhã me quiser chamar “Carmitt, the frog”(Cocas, o sapo), esteja à vontade.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Ah! Então reconheceu!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Esse é o seu nível, não o meu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para fazer um protesto contra a insinuação do Sr. Secretário Regional da Educação de que algumas escolas não estão a ser construídas por falta de iniciativa das Câmaras Municipais. Não é verdade, Sr. Secretário, porque então V. Exa. terá que explicar as razões que levam a que ainda hoje não se tenha iniciado a escola do 1º ciclo de São Vicente Ferreira quando o Plano de 97 já dizia que se ia iniciar, através de um contrato ARAAL com a Câmara Municipal de Ponta Delgada. O mesmo se diga também da Escola da Mãe de Deus de Ponta Delgada que, curiosamente, ainda ontem foi visitada por um candidato do Partido Socialista que disse – passo a citar:

“É um escola emblemática daquilo que falta fazer. É uma escola que necessita de investimento em recursos humanos e em equipamentos.”

O senhor sabe que depois do processo atribulado de concordância entre 3 partes – Área Escolar, técnicos da Câmara Municipal e Associação de Pais – foi lançado o concurso público para a ampliação/remodelação daquela escola. Ele estava a decorrer e V. Exa. mandou cancelá-lo.

Dizer ao meu companheiro de bancada Clélio Meneses que devia lutar na sua Assembleia Municipal, não resolve nada, porque o seu camarada José San-Bento aprovou o início do processo, todo o decurso do processo, o lançamento do concurso público e depois aprovou, em sede de Câmara Municipal, a suspensão do concurso, porque V. Exa. assim o entendeu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito gosto em responder a esta questão do Sr. Deputado Joaquim Machado, porque este é um momento para esclarecermos algumas questões.

As escolas do 1º ciclo são propriedade das Câmaras Municipais. Apenas em relação a algumas que foram feitas pelas antigas Juntas Gerais, é que subsiste alguma dúvida quanto a esta matéria.

Como património próprio das Câmaras Municipais, é justo que sejam elas a tomar conta desse património, a fazer a sua manutenção e a sua reparação.

Existe legislação nacional sobre essa matéria, legislação que se traduz numa partilha de responsabilidades. Segundo essa legislação a nossa percentagem é fixada em 75%. Nós temos feito 85%.

Sr. Deputado, em relação às Câmaras Municipais que durante a vigência do II Quadro Comunitário de Apoio apresentaram candidaturas para obras em escolas, nenhuma foi recusada. Tanto assim é que mais de 90% das salas do 1º ciclo foram intervencionadas. Restam muito poucas salas para intervencionar.

Todas essas obras foram feitas durante o último e este mandato, com uma única excepção, a Escola do 1º Ciclo da Lagoa. Essa excepção existe porque foi uma obra adjudicada anteriormente à tomada de posse, pelo seu companheiro de bancada Bento Barcelos.

Essa foi a única que durante a Governo do Partido Socialista foi feita pelas obras públicas.

As outras obras feitas nas escolas, e foram muitas as intervenções feitas em toda a Região, em concelhos de todas as cores políticas, foram feitas pelas Câmaras Municipais em colaboração com a Secretaria.

A opção deste Governo foi não fazer directamente mais obras no 1º ciclo. Todas as obras do 1º ciclo são feitas em contrato com o respectivo município.

Tudo aquilo que foram obras novas a Região pagou 100%. Tudo aquilo que foram ampliações e remodelações a Região pagou 85%. Foi assim que funcionou.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia ter pago 100, é o que diz o diploma!

O Orador: Eu conheço muito bem o que diz o diploma, não vale a pena estar a citá-lo. Leia tudo o que lá diz e verá os 75% e os 25% e verá também que da parte das

Câmaras não houve cumprimento de metade do que diz o diploma. Leia o Decreto Regulamentar Regional e veja o que lá está.

As escolas tinham que ser arrançadas 1 vez em cada dois anos. Quantas vezes foram? Porque é que elas ficaram no estado em que se encontravam?

Sr. Deputado, sejamos realistas e vamo-nos ater aos factos.

Em relação às escolas novas, também foi dito às câmaras municipais que nós pagaríamos 100%.

As Câmaras que o quiseram fazer, fizeram-no. As Câmaras que se atrasaram não o fizeram.

É assim que surgiram escolas novas nuns municípios e não surgiram noutros.

Quanto à questão concreta que o meu camarada e amigo Rui Bettencourt falou, e isso foi dito em conjugação comigo, porque nós discutimos essa matéria antes – gostava de o informar também, para não pensar que há aí qualquer descoordenação – essa escola é uma escola emblemática que não deve ser feita, porque a ampliação proposta pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, melhorava apenas uma sala. Nós gastávamos quase 300 mil contos para termos uma sala a mais. Não é isso que aquela escola precisa.

O Sr. Deputado sabe que no prolongamento da Avenida D. João III estão a ser construídos não sei quantos centos de apartamentos e é preciso dar resposta. Por isso é preciso construir uma nova escola.

Aquilo que foi dito à Câmara Municipal foi que esse dinheiro aplicado dessa forma, era dinheiro mal gasto porque não resolvia o problema daquela zona.

Não é através da ligação de edificios e na construção de mais uma sala que se resolve aquele problema.

Aquela escola já é grande demais, tem terreno suficiente para construir novos edificios e aquilo que nós queremos é subdividir a escola,

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada concordou, porque de facto, era obra dele. Se ele não quisesse anular o concurso, não tinha anulado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Regulamentar que o Sr. Secretário citou diz que as obras de adequação funcional são comparticipadas a 100%. Portanto, as Câmaras Municipais já estão a assumir 15% em todas as obras que fizeram do 1º ciclo, responsabilidade que não era delas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): E as outras? E as de manutenção?

O Orador: Relativamente à Escola da Mãe de Deus convém que fique esclarecido que aquele projecto que foi posto a concurso foi aprovado pela sua Secretaria.

A sua Secretaria aprovou o projecto, ele foi posto a concurso e depois do concurso estar a decorrer é que V. Exas. entenderam que afinal já não era boa solução para aquela escola.

A culpa não é da Câmara Municipal, é da sua Secretaria que devia ter impedido que aquele projecto fosse aprovado e colocado a concurso. Aliás, se eu estou a mentir, peço que o Sr. Deputado José San-Bento que esteve na aprovação por unanimidade, na reunião da Câmara, me corrija. Ele e os outros três vereadores do Partido Socialista aprovaram o programa funcional e tudo o resto, porque havia sido aprovado na sua Secretaria.

Não venha aqui “atirar poeira aos olhos” dos que nos ouvem e dos que dos que estão lá fora...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Não estamos a atirar poeira para os olhos de ninguém!

O Orador: ... de que o projecto elaborado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada não era bom...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): O projecto não era bom!

O Orador: ... porque a sua Secretaria aprovou o projecto e só depois da aprovação é que ele foi posto a concurso.

Deputado João Cunha (*PSD*): Ah! Foi assim?

Deputado José San-Bento (*PS*): Não, não foi assim!

Deputado João Cunha (*PSD*): Está a ver? Isso é “gato escondido com o rabo de fora” Sr. Secretário.

O Sr. Deputado San-Bento sabe disso e está ali caladinho!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em aparte, o Sr. Deputado José San-Bento que também é vereador na Câmara Municipal de Ponta Delgada, disse que era mentira o que eu havia proferido. Fica o desafio para ele provar o contrário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado João Cunha (*PSD*): Veja lá se defende a honra do Sr. Secretário!

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face às insistências para a minha participação neste debate, gostaria de esclarecer o seguinte:

Aquilo que penso que é verdadeiramente a preocupação central e a análise rigorosa que tem que ser feita, é aquilo que foi a política seguida.

Eu estava a tentar intervir por uma razão muito simples, ou seja, eu não queria dar um cariz eminentemente autárquico à minha intervenção na época em que nós estamos.

Mas eu desafio o Sr. Deputado Joaquim Machado a fazer o seguinte raciocínio:

O senhor se seguiu aquilo que foi a política seguida pela Câmara Municipal da Ribeira Grande e pela Câmara Municipal de Ponta Delgada constata que é uma vergonha e que foi um erro estratégico fundamental cometido por essas duas autarquias.

Vou mais longe e vou falar no caso da Calheta – como sabe é uma Câmara gerida pelo PSD – da Lagoa e de Angra do Heroísmo, três exemplos que eu considero a seguir nos Açores...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Vila Franca e Nordeste!

O Orador: ... naquilo que diz respeito à recuperação das escolas do 1º ciclo.

A Câmara de Ponta Delgada tem uma taxa de endividamento na ordem dos 21 ou 22%.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): 13%.

O Orador: Eu tenho um requerimento na minha posse que atesta os 23%.

Para além disso, tem uma taxa de aproveitamento do PEDRAA II, do II Quadro Comunitário de Apoio, em que desperdiçou uma coisa na ordem 1,2 milhões de contos.

Além disso, e no caso particular de São Vicente Ferreira, o Sr. Deputado fica a saber que a Câmara Municipal de Ponta Delgada assinou há 3 anos com a Secretaria um contrato ARAAL.

Aquilo que eu disse aqui e reafirmo é que a Câmara Municipal de Ponta Delgada teve todas as condições para poder avançar com as obras. No seu entender se as achasse estratégicas, podia seguir.

Na qualidade de vereador da oposição o que lhe posso dizer é que muitas vezes não temos toda a informação disponível para poder apreciar e ajuizar com rigor, a 100%, aquilo que nós votámos.

Eu não me estou a referir ao exemplo concreto que referiu.

Muito rapidamente, porque estou a esgotar o meu tempo, gostaria de lhe dizer que em relação ao caso de São Pedro Sr. Deputado, há um problema muito complicado, porque estamos a falar da expansão da Avenida D. João III que vai trazer um significativo aumento do parque habitacional daquela freguesia e, inclusivamente, neste momento, não temos conhecimento quando e a que ritmo é que serão feitas as obras e qual será a carga demográfica e o progresso dessa carga na freguesia em questão.

Há aqui uma envolvente complicada e há aquilo que tem a ver com esse problema complexo, ou seja, o encarar um eventual aumento da escola de São Pedro versus a construção de uma escola nova. Esse é um problema extremamente complexo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não desmentiu nada. O projecto foi aprovado pela Secretaria e retirado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que o sector da educação não é apenas mais um sector. O sector educativo é aquele que influencia e, muitas das vezes, determina o equilíbrio da maioria dos outros sectores. Poderemos por isso afirmar com elevado grau de certeza que investir na educação não é um investimento sem retorno, mas uma aposta segura cujos resultados se reflectirão nos indivíduos que formamos, na sociedade em que vivemos, e no desenvolvimento da própria economia.

Porém, as mudanças no sector educativo são lentas e o sucesso das políticas educativas implementadas, por vezes, só se verifica a longo prazo, no decurso de uma geração que pode com segurança não ser a nossa, mas a de outros que desfrutarão, apesar disso, das decisões que agora tomamos. Por esta razão a qualidade do sistema educativo não pode sobreviver sem rumo, a sua permanente

melhoria não se compadece com a falta de estratégia, não basta construirmos escolas novas se a esta construção não estiverem subjacentes objectivos determinados e uma estratégia forte que a suporte.

Para se compreender correctamente o sector educativo e a importância da melhoria da sua qualidade não basta pensarmos que este se resume à construção e ao equipamento de escolas que servirão depois para ensinar, o que é fundamental pensar-se é sim que o propósito que justifica que se construa uma escola em detrimento de outra. A escola não pode ser entendida apenas como uma instituição e muito menos pode a qualidade do sistema educativo ser percebida como o resultado directo da soma de boas infraestruturas, de professores competentes e de alunos motivados. Todos sabemos que em educação não se encontram resultados assim tão lineares. Bem como sabemos que em matéria de educação os factores aparentemente ideais podem convergir para um resultado verdadeiramente desastroso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Plano de investimentos para 2002 na área da educação surge no enquadramento de dois documentos essenciais: o Programa do VIII Governo Regional e o Plano a Médio Prazo 2001-2004, e assenta num princípio de continuidade e num processo de coerência. Continuidade do investimento previsto no Plano a Médio Prazo aprovado por esta Assembleia, e coerência com os princípios orientadores do Programa de Governo.

Este Programa debatido há exactamente um ano nesta Assembleia enunciava dois objectivos muito claros, por um lado pretendia «reforçar o investimento na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico enquanto alicerces do sistema educativo» e, por outro, «reforçar a integração da educação pré-escolar e do ensino básico, criando uma escola integrada e integradora». Estes mesmos princípios, que se assumem como linhas estratégicas da acção deste Governo constituem o suporte de grande parte das acções que surgem contempladas neste Plano para 2002.

A dotação do Plano 2002 para o sector educativo condensada nos Programas nº 17 e 18 corresponde a 24 milhões de euros (aproximadamente 4.800.000 contos),

equivalendo a mais de 50% do investimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura. O Programa 17 – Desenvolvimento das infraestruturas educacionais – constitui o programa com maior volume de investimento, aproximadamente 23 milhões de euros (4.500.000 contos), valor que não só duplica a dotação anual de qualquer plano no anterior mandato da responsabilidade deste governo, como não encontra precedentes no investimento assumido por governos anteriores.

Na sua essência as linhas de orientação deste Plano para 2002 não diferem das que enformam o Plano a Médio Prazo e nem o poderiam fazer, já que este assume a continuidade de uma estratégia educativa que aquele já delineava. O Plano para 2002 contempla, por isso, um conjunto de construções fundamentais à rede escolar regional, garante a persistente adaptação de várias escolas ao ensino secundário, promove a integração do ensino artístico no ensino regular, estimula a equilibrada construção de escolas fora dos meios citadinos, compreendendo que estas são construções tão relevantes como aquelas, promove a extensão da rede de escolas básicas integradas, aprofunda a autonomia das escolas, assegura o investimento na rede de escolas do Ensino Básico e Secundário, garante a formação do pessoal docente e não docente, aprofunda a cooperação com as autarquias, e, ao fazer tudo isto, opta, fundamentalmente, pelas pessoas, pela contínua e persistente valorização das pessoas.

Valoriza os alunos quando garante a constante melhoria dos estabelecimentos de ensino em que estudam, valoriza os professores quando lhes garante a formação, valoriza os açorianos quando não esgota nas ilhas de maior dimensão o seu raio de intervenção, garantindo assim a doseada unidade arquipelágica com intervenções em escolas de todas as ilhas: a EB2,3/S Bento Rodrigues em Santa Maria, a EB2,3 Francisco Ornelas da Câmara na Terceira, a EB1,2,3/S Pe Maurício de Freitas nas Flores, a EB2,3 de S. Roque do Pico, a EB2,3/S de Santa Cruz da Graciosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos cinco anos assistiu-se a uma melhoria significativa do parque escolar da Região, privilegiou-se o investimento ao nível do 1º ciclo como estágio basilar da formação dos alunos, atacou-se com frontalidade e determinação as carências de que enfermavam as escolas e em cinco anos de governação socialista construíram-se dez escolas de raiz, superando claramente o investimento feito por governos anteriores.

Pela primeira vez vimos um governo assumir com frontalidade as carências do seu parque escolar, fazendo plasmar num único documento – a Carta Escolar – o retrato do estado de conservação das escolas da Região e assumindo uma estratégia clara para a sua reorganização.

A par desta determinação na intervenção no parque escolar introduziu-se uma política séria de criação de escolas básicas integradas, criaram-se condições para que determinadas escolas pudessem receber o Ensino Secundário, reformulou-se a organização da rede escolar, descentalizou-se a construção das escolas nas cidades, medidas que permitem que, hoje, apenas um ano e meio após a Resolução nº 1/2000, de 6 de Junho, que determinou a criação da Carta Escolar, se assista já à sua actualização, o que vem comprovar o bom trabalho realizado ao nível da construção e melhoramento de infraestruturas escolares nesta Região.

Se na anterior legislatura o investimento se centrou ao nível das escolas do 1º ciclo, no Plano para 2002 é sobejamente explícita a alteração verificada; pois embora se verifique a intenção de assegurar o investimento ao nível deste ciclo do Ensino Básico, constatamos que são agora as escolas do 2º e 3º ciclos e secundário aquelas em que se verifica maior volume de investimento.

É, por isso, notório que, num total de 22 acções programadas, 15 se refiram a intervenções ao nível de escolas do 2º e 3º ciclos e secundário, num total de investimento na ordem dos 17 milhões de euros (3.400.000 contos), o que corresponde a 68% do Programa 17. Sendo ainda de salientar que estes investimentos se encontram equitativamente distribuídos pelas várias ilhas: a EB2,3 dos Ginetes, em São Miguel, a EB2,3 do Topo, em S. Jorge, a adaptação ao Ensino Secundário e grande reparação da EB2,3/S Bento Rodrigues, em Vila do Porto, e a grande reparação e ampliação da EB2,3 Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da

Vitória, as obras na EB2,3 dos Biscoitos, na Praia da Vitória, da Escola Básica 2,3/S de S. Roque do Pico, e a adaptação ao Ensino Secundário da EB2,3/S Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores.

Este Plano para 2002 contempla ainda o arranque de obras fundamentais à coerência de funcionamento da rede escolar, como sejam as obras de adaptação ao ensino secundário das Escolas do 2º e 3º ciclos e Secundário do Nordeste e de Santa Cruz da Graciosa, as obras de requalificação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos Roberto Ivens, em Ponta Delgada, ou as obras de reparação e conservação da Escola do 3º ciclo e Secundário das Laranjeiras, em Ponta Delgada.

Nos escassos meses que medeiam entre a apresentação do Plano a Médio Prazo 2001-2004 e a do Plano para 2002 é possível constatar que das 50 acções previstas para o quadriénio, neste momento, se encontram concretizadas 13, correspondendo a 25% de concretização do Plano a Médio Prazo, o que nos pode levar a concluir do bom ritmo de execução das acções previstas no Plano a Médio Prazo e no Plano para 2001.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo

O Plano de investimentos na área da educação para 2002 assenta num princípio de continuidade e num processo de coerência, explicitado em dois documentos fundamentais: o Plano Médio Prazo e o Programa do VIII Governo Regional; e opta por uma linha de coerência, a mesma que sustenta a estratégia governativa para o sector da educação.

Todos sabemos que para que o sistema educativo evolua não basta construir escolas modelo, é preciso sustentar esta iniciativa fundamental numa estratégia de intervenção coerente e entender o sucesso do sistema educativo mais como resultado da componente humana do que da infra-estrutural. Para isso é fundamental privilegiarem-se as pessoas sem descurar a necessidade de criar infraestruturas educativas adequadas à realidade em que vivemos e capazes de propiciar o funcionamento harmonioso do sistema educativo.

É esta a aposta coerente do Plano para 2002 que insiste no investimento na melhoria e no desenvolvimento das infraestruturas escolares, que assegura a dotação para o

seu equipamento, que garante o franco desenvolvimento da qualidade do sistema educativo e que privilegia, sobretudo, as pessoas.

Privilegia os alunos, quando constrói novas escolas ou dota as existentes com meios adequados; privilegia os professores ao garantir-lhes formação contínua, privilegia os açorianos ao assegurar que o investimento nas escolas da Região será feito de forma equilibrada e equitativa.

Dotado de um investimento significativo e assente num conjunto de acções fundamentais, o Plano para 2002 reúne condições previsivelmente favoráveis à sua execução. Do seu cumprimento depende não apenas a dimensão do seu sucesso enquanto projecto, mas depende também, e sobretudo, a dimensão do sucesso do nosso sistema educativo, e a garantia de que se efectivou um esforço efectivo para que os alunos de amanhã – porque diferentes dos de ontem – tenham condições educativas sobejamente mais favoráveis do que aquelas de que nós, enquanto alunos, pudemos na realidade desfrutar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda recentemente o PSD teve oportunidade de trazer à discussão neste Parlamento um conjunto de propostas promotoras da qualidade do sistema educativo regional.

Agora é a vez de falarmos de investimentos. Do que falta fazer. Do que está atrasado. Do que fica adiado.

Três conclusões ressaltam de imediato: o Governo não executa o que planifica, piora com o tempo e a educação é paixão que arde sem se ver.

O Plano de 2002 não é o maior plano de sempre. Como temos vindo a dizer, e com razão, o Governo poupa no essencial e gasta no acessório. Os recursos financeiros

para a educação diminuam 14% quando comparados com os deste ano. E ficam também 9% aquém da proposta de Médio Prazo que o PS fez aqui aprovar há apenas seis meses.

Ficam, por isso, muitas dúvidas. Os cortes financeiros na educação são mais um pretexto para a demissão do Secretário da Educação? Ou são o definhamento de uma paixão? O Governo Regional do PS quer vingar-se da luta dos professores? Está instalada uma crise financeira nos Açores? Então, como se explica que no próximo ano haja menos 750 mil contos para a educação?

Uma coisa não falta no Plano para 2002, as promessas! O Governo promete muito e cumpre pouco.

Há promessas que já têm barbas! Vejamos. A escola do Nordeste vai ser iniciada pela 3ª vez, a de S. Carlos pela 4ª vez e a do 1º Ciclo de S. Vicente Ferreira será iniciada pela 5ª vez, tantos são os anos que o Governo do PS inscreveu nos respectivos planos o começo destas obras. A de S. Vicente Ferreira nunca se iniciou porque o projecto elaborado pela SREC não cabe no terreno.

Pior sina têm outros estabelecimentos de ensino.

Para a escola Roberto Ivens, o Plano de 2001 previa o “início da construção de um novo” edifício. Em 2002 será elaborado o projecto e adquirido o terreno. Então, o Governo do PS ia iniciar as obras, sem projecto e sem terreno? Falta aqui rigor e verdade!

No Plano de 2001 o Governo do PS comprometia-se a fazer o “pagamento do projecto, conclusão da aquisição de terrenos e início da empreitada de construção” da escola da Levada, em Ponta Delgada. No próximo ano “projecta-se a aquisição dos terrenos e a elaboração do projecto”. Entendamo-nos. O Governo do PS ia iniciar as obras sem elaborar o projecto e adquirir os terrenos? Falta aqui rigor e verdade! Como explica o Governo do PS o facto de já em 1999 se ter comprometido com o arranque das obras e passados três anos vir propor a elaboração do projecto?

Ponta Delgada vai ter uma nova escola na Levada antes das eleições regionais? Não vai, porque o PS não cumpre o que promete.

Pelo quarto ano consecutivo é anunciado o início da construção da escola de S. Carlos, mas temos razões para duvidar da intenção. O Governo do PS em vez de um milhão 250 mil contos que prometeu há seis meses só tem disponível para esse fim 150 mil contos, ou seja, menos um milhão e cem mil contos. Falta aqui rigor e verdade!

Aliás, a política de construções escolares é um descalabro: falham as prioridades, falha o calendário e a gestão financeira resvala para níveis inadmissíveis.

Vejamos também alguns exemplos.

A ampliação da escola de S. Roque do Pico, cuja conclusão já era anunciada no Plano de 1998 e o respectivo fecho financeiro no ano seguinte, vai custar mais 33% do que o montante inicialmente previsto. Passados estes anos o Governo do PS ainda não satisfaz todos os seus compromissos com a empreitada.

A construção da escola do 1º Ciclo do Pico da Urze vai custar mais 40% do que o Governo previa em Abril passado.

A reparação das instalações desportivas da escola Canto da Maia que devia estar concluída há 20 meses, custará quatro vezes e meia o valor inicialmente previsto.

A reposição da vedação, melhoria das áreas sociais e pintura geral da escola B2,3 dos Biscoitos, em vez dos 55 mil contos previstos vai custar 300 mil contos, ou seja, cinco vezes mais.

Este VIII Governo Regional, que já não é o melhor de sempre, piora com o tempo. A dotação destinada à construção da escola do 1º Ciclo de Rabo de Peixe sofre um corte de 96.7% relativamente ao valor inscrito há seis meses no Plano a Médio Prazo – de 150 mil contos prometidos em Abril o Governo do PS baixou para 5 mil contos.

Em 2002 a futura escola de Rabo de Peixe tem metade da verba que lhe foi destinada em 1997 e ainda não se pôs lá a primeira pedra. De facto, o PS piora com o tempo.

Não falta nada neste Plano de 2002. Há até uma escola, a da Carreirinha, cujas obras vão concluir pelo segundo ano consecutivo.

Pura magia!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): **Não é magia. São prioridades!**

O Orador: **Diria mais, é pura magia negra, que vai matando a esperança de muitas crianças, adolescentes e jovens dos Açores, que vai matando a esperança de uma escola nova ou das reparações que urge fazer. Por magia, e só por magia, em seis meses o Governo do PS fez desaparecer do Plano as obras de ampliação da escola B2,3/S da Calheta e de construção de novos edifícios do 1º Ciclo da Ribeira Grande e da Serra de Santiago, na Praia da Vitória.**

O Plano para 2002 é um expressivo anúncio do incumprimento de muitas das próprias metas do Governo Regional do PS.

O Plano para 2002 na área da educação é uma desilusão.

O que hoje se corta na educação nunca mais se recupera no percurso formativo de um aluno. É, por isso, um prejuízo para o futuro.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

De facto, é uma fixação essas análises que o Sr. Deputado faz. Isso demonstra que o senhor ainda não percebeu como é que funciona um Plano nem quais são os objectivos do Plano. Um plano significa prever obras e não saber quanto é que elas vão custar.

Uma das obras que o senhor aí citou, o caso dos Biscoitos, tem esse custo porque quando o senhor era membro do Governo, fez uma obra que não prestava e agora a mesma tem que ser refeita. É só por causa disso. A gente descobre essas coisas.

Já agora, e refiro-me à sua qualidade de autarca de Ponta Delgada, gostava de lhe dizer que acabei de receber confirmação da Secretaria que nunca aprovaram nenhum projecto para a Mãe de Deus.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal foi com o projecto na mão a uma reunião com a Sra. Directora Regional, na Secretaria, e nessa reunião foi-lhe dito que o projecto não servia porque não cumpria os objectivos.

Foi enviado um officio no dia 25 de Julho a dizer isso e até agora “nem nova nem mandadas”. Estes é que são os factos, Sr. Deputado.

Quando se fazem intervenções é bom que se saiba o que é que se diz.

Quanto às questões do Plano, de facto, é o maior programa de construções escolares e o melhor que jamais se teve na Região.

Este Governo orgulha-se deste plano.

Finalmente, nós estamos a ficar com escolas que nos podemos orgulhar, boas escolas em toda a Região e não apenas nos grandes centros, escolas de proximidade, perto dos alunos e escolas que vão durar uma geração. Eu estou seguro que durante muitos anos esta Região se vai orgulhar dessas escolas. Isso está a ser feito paulatinamente.

É verdade que eu gostaria de fazer mais depressa – volto a dizer: eu adoro inaugurações! – mas entre o óptimo e o possível, aquilo que nós temos é o possível, mas este possível é cerca de 400% melhor do que no seu tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como tive oportunidade de dizer durante a minha intervenção, o PS em apenas 5 anos, construiu de raiz 10 escolas novas. Dessas 10 escolas novas, algumas também vieram de planos que os senhores tinham apresentado e de promessas que os senhores também não cumpriram.

O que é interessante é que os senhores agora denunciem e se lembrem (muito bem!) da nossa imperfeição que temos e que este Governo tem, mas nunca se lembraram em 20 anos da vossa.

Deputado Mark Marques (PSD): Há 20 anos não estava cá, estava na escola!

A Oradora: Estava cá!

Acontece que desde 1989, os senhores tinham no Plano, num programa que se intitulava “Novas escolas primárias e para a pré escola”, a Escola Primária da Lagoa,

a Escola Primária da Matriz, na Horta, e a Escola Primária dos Flamengos, no Faial. Todas estas escolas foram construídas pelo Governo do PS.

Há mais. Mais há frente, numa rubrica intitulada “Novas escolas para o ensino preparatório e secundário”, voltamos a constatar em 89, e passou sucessivamente para o plano 93-96, a Escola Secundária da Lagoa, a Escola Secundária da Maia e a Escola dos Ginetes que agora está em construção.

Não somos nós apenas os imperfeitos. Os senhores também tiveram as vossas falhas. Nós também temos os nossos defeitos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas admita-os porque eu já admiti os meus!

A Oradora: No caso da Escola de São Carlos que focou, como todos sabem, verificaram-se problemas e irregularidades no concurso, com certeza que a obra não avançará antes do início do próximo ano. Portanto, não há necessidade de deixar a mesma dotação como o Sr. Deputado Clélio Meneses há bocadinho referia.

Pena é que muitas vezes também os nossos sucessos residam em muitas das falhas que os senhores tiveram no passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ainda não tinha participado no debate sobre a educação. Este debate não deve cingir-se só às construções escolares, mas deve ser feito a um nível mais extenso.

O Sr. Deputado Joaquim Machado diz que apresentou há poucos meses algumas propostas promotoras da qualidade de ensino na Região e que foi feita a discussão das mesmas nesta Casa, o que não aconteceu, porque a sua bancada, na altura, não quis. Esse debate estava programado para uma das sessões da tarde, mas não chegou a ser feito.

Aquelas propostas promotoras da qualidade de ensino, a meu ver, não eram mais do que um caderno reivindicativo de qualquer sindicato e não as propostas de um partido que quer ter responsabilidades na educação.

Julgo que há algum desnorтеio em termos de se definir o que é a política da educação do PSD, porque aquelas políticas que estavam ali afirmadas, promotoras da qualidade, não eram mais do que o reforço das políticas do PS.

Hoje, quando vêm afirmar que há menos professores de apoio do que o ano passado, gostaria de perguntar quais eram os professores de apoio que havia essencialmente no 1º ciclo, quando o vosso partido estava no Governo?

Quando pretendem aumentar o apoio a nível da orientação escolar, qual era o número de psicólogos no quadro que havia na escola?

Havia uma série de coisas contidas naquela proposta que a devido tempo devíamos ter feito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que abriu os quadros?

O Orador: Quem abriu os quadros? A proposta de orientação pedagógica é anterior, mas eu e muitos conselhos directivos vimo-nos e desejamo-nos para termos no nosso quadro, durante as vossas legislaturas, algum psicólogo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Joaquim Machado tem afirmado que o PSD fez muitas escolas novas de raiz, descentralizou e levou o ensino a todos os concelhos.

Em termos da qualidade, já há tempos referi nesta Casa que hoje, algumas das propostas que estão no nosso plano, é para requalificar a qualidade de um projecto...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em 25 anos não vão projectar mais!

O Orador: O Sr. Deputado conhece escolas com mais de 25 anos que não vão ter a requalificação que aquelas escolas vão ter.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Daqui a 25 anos não vão meter água dentro!

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): No seu caso já meteu água dentro!

O Orador: Gostaria ainda de referir o papel das Câmaras Municipais face às escolas do 1º ciclo e o que se tem passado no concelho da Ribeira Grande, já que foram apresentadas aqui duas escolas daquele concelho.

Se o Sr. Deputado conhece a situação de todas as escolas do 1º ciclo, o que é que aconteceu e se vir a panorâmica ao longo de todas as nossas ilhas, saberá que o concelho da Ribeira Grande fez a sua primeira intervenção em 50% das suas escolas, esteve dois anos sem fazer qualquer reparação em nenhuma escola e eu como vereador na Câmara, no mês de Junho, perguntei ao Sr. Presidente que escolas é que íamos reparar nas férias. Não havia qualquer projecto para fazer reparações há dois anos atrás.

Deputado João Ponte (PS): Por isso é que ele vai perder as eleições!

O Orador: Eu olho para as ampliações dos vários concelhos e verifico que no concelho da Ribeira Grande, a ampliação das escolas da Ribeirinha, do Pico da Pedra, a reparação da Escola de Santa Bárbara, a ampliação de São Brás, a ampliação da Lombinha da Maia, poderiam ter sido ampliadas, se tivessem noutra concelho, com a oportunidade que tiveram no PEDRAA II e agora vão ter que esperar. Algumas estão a ser lançadas a concurso, como no caso de São Brás, mas muitas delas nem o concurso foi lançado.

Gostaria ainda de falar no que concerne ao projecto para as escolas da Ribeira Grande e Rabo de Peixe.

Há dois anos que estamos para fazer um projecto e ele ainda não está feito. Como é que se pode construir a escola no próximo ano?

Há mais um projecto que tem um contrato ARAAL com a Câmara. Numa das escolas o gabinete já está há mais de um ano com o projecto e a Câmara não teve qualquer contacto.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para dizer Sr. Secretário Regional da Educação, que o senhor confirmou aquilo que eu havia dito. De facto, a Câmara Municipal de Ponta Delgada levou à sua Secretaria o projecto.

Eu se tivesse uma Directora Regional que visse um mau projecto e tivesse deixado lançar o concurso público, tinha-a demitido.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Não avançou o concurso!

O Orador: Tanto era bom, que os deputados do seu partido aprovaram o lançamento do concurso para esse projecto na Câmara Municipal de Ponta Delgada. Relativamente a São Vicente estranho o seu silêncio, porque o projecto que a sua secretaria fez, esse sim, quando se foi fazer as medições, não cabia no terreno, por isso passados 5 anos a escola continua sem arrancar.

Sr. Deputado José do Rego, sem dinheiro não se fazem sequer os projectos, muito menos se iniciam as obras. Se o Governo não dá dinheiro para o projecto, não se iniciam as obras.

Não será por acaso que no dia 7 de Novembro, por unanimidade, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores decidiu não fazer mais uma obra do 1º ciclo, porque o Governo Regional não quer disponibilizar, através do PRODESA, as verbas a que as Câmaras têm direito e que estão a executar em responsabilidade de gestão daquele Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:
Só para repor um facto.

Eu telefonei à Sra. Directora Regional no intervalo e o que aconteceu foi que a primeira vez que o projecto foi apresentado na Secretaria, numa reunião presencial com o Sr. Presidente da Câmara, foi dito que o projecto não servia. O projecto nunca foi aprovado.

Na reunião que se realizou entre a Sra. Directora Regional e o Sr. Presidente da Câmara, foi dito que o projecto não servia. Ele não foi aprovado.

O que aconteceu a seguir é da responsabilidade da Câmara Municipal e não minha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há bocadinho pedi a palavra precisamente para acrescentar à lista da Sra. Deputada Cláudia Cardoso mais algumas escolas prometidas pelo PSD em 1989. Estou-me a referir à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Boa Hora, que foi concluída este ano e inaugurada pelo Sr. Secretário Álamo Meneses, e às obras de beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Vila das Velas.

Estas são duas obras prometidas pelo PSD em 1989 e não foram executadas pelos Governos do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Constato a sua preocupação com a escola de São Carlos. Gostaria de lhe dizer que no vosso plano de 1996, quando o seu colega de bancada era Secretário da Educação e Cultura, havia zero escudos para investir na Ilha Terceira. Agora temos uma obra de vulto em curso.

Para além disso, felizmente, há hoje nesta Região muitas escolas em bom desenvolvimento. Temos pelos menos 4 escolas, que eu me lembro neste momento, em desenvolvimento – a de Santa Maria, a Francisco Ornelas da Câmara na Terceira, a de São Roque do Pico, as obras na Escola dos Biscoitos também na Terceira e a Padre Maurício de Freitas, na Ilha das Flores – coisa que se calhar os senhores não tiveram ao mesmo tempo.

Felizmente vai o meu lamento para o Sr. Deputado Joaquim Machado, porque se o Governo do PSD, enquanto foi Governo, lhe tivesse dado a pasta da educação, com as suas qualidades de empreiteiro, hoje não teríamos um problema numa única escola desta Região, dedicando-se o Sr. Secretário Regional da Educação à melhoria do sistema educativo a 100% por dia e escusava de gastar dinheiro com tanta empreitada recuperando escolas que os senhores deixaram mal feitas.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e dos Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e dos Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer um assunto ao Sr. Machado.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: As autarquias locais, no PRODESA, para educação e desporto têm uma verba afectada de 4 milhões e 271 mil contos, dos quais deveriam ser utilizados em 2000/2001, 1 milhão e 404 mil contos.

Até agora foram aprovadas pelas autarquias 347 mil contos em escolas.

Portanto, não é por falta de dinheiro no PRODESA, com projectos prioritários na área da beneficiação das escolas, que as autarquias não beneficiam as escolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Subsecretário, agradeço que quando se dirigir a algum deputado utilize outra forma. É mais correcto do que estar a chamar dessa forma.

Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra, porque é a forma regimental que tenho para intervir antes dos demais deputados.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, regimentalmente, é para defesa da honra, mas é para dizer que só me ofende quem eu deixo e quem é educado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como há pouco foi referida a escola do Nordeste, cabe-me dizer algumas coisas.

Admira-me que o Sr. Deputado Joaquim Machado fale em falta de rigor e que a promessa da construção da Escola do Nordeste já tem barbas, quando a Câmara Municipal do Nordeste entrega o projecto da escola no dia 8 de Janeiro de 2001, chegando à Secretaria por volta do dia 11 de Janeiro de 2001.

Julgo que não se pode construir uma escola sem se ter o projecto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já foram anunciadas as obras e ainda não têm projecto?

O Orador: Por outro lado, no dia 29 de Março de 2001, o ainda Presidente da Câmara do Nordeste, vem dizer que as obras estão em atraso.

A resposta do Governo é a seguinte:

“O Governo, na pessoa de Álamo Meneses, afirma que só há dois meses é que tem o projecto para as obras e ainda este ano irá decorrer o concurso público, pelo que as obras só serão realizadas no ano 2002”.

Eu não sei para que é tanto folclore tanto da parte dos Srs. Deputados que vão visitar o Nordeste, como da parte do ainda Presidente da Câmara, quando ele sabe muito bem que foi dito pelo Sr. Secretário que as obras iriam iniciar-se em 2002 e terão início.

Tenho pena que quando o PSD estava no Governo, os Srs. Deputados do PSD e o ainda Presidente da Câmara do Nordeste, que já era presidente nessa altura, não se tivessem manifestado, ele no Nordeste e os senhores na Assembleia, pela construção de uma Escola Profissional no Nordeste.

Foi o Governo do Partido Socialista que criou essa Escola Profissional.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

A única coisa que vejo neste vosso folclore não é mais do que tentar distrair os Nordestenses para as obras que foram prometidas desde 94 pelo ainda presidente da Câmara e que ainda não foram cumpridas.

A Dra. Berta Cabral não se esteja a rir, porque o seu Governo foi visitar o Nordeste e a Sra. Deputada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda deputada!

O Orador: Ainda deputada não. Infelizmente os meus colegas vão ter que a ter aqui mais uns aninos, eu é que vou abandonar, paciência!

Deputado Mark Marques (PSD): Cuidado! Olha o Diário das Sessões!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo))

O Orador: Acontece que o Governo do PSD foi prometer ao Nordeste que ia conservar e melhorar as estradas, melhorar pontes e ia iniciar a obra de construção da variante da Ribeira Grande. Muitas promessas foram feitas ao Nordeste.

Presidente: Sr. Deputado, receio que tenha que terminar.

O Orador: Apenas mais esta para o líder do PSD.

Já agora, Sr. Líder do PSD, quando o senhor esteve no Nordeste falou no reabilitar da boca da ribeira, mas foi o PSD que chumbou o projecto da boca da ribeira. Em 94 o ainda Presidente da Câmara disse que ia reabilitar a foz da ribeira e o parque de campismo.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso faz parte do programa da educação?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cada vez mais rapidamente para dizer ao Sr. Deputado Nuno Amaral que se ele fosse mais providente e prudente, não teria falado na Escola do Nordeste, porque em Abril passado chumbou uma proposta do PSD de dotar com 200 mil contos aquela obra, inscrevendo em contrapartida 20000. Há duas semanas o Sr. Secretário da Educação disse que a obra não começou, porque o dinheiro que lá está é insuficiente.

Sr. Deputado, com certeza que vamos ter muito tempo para falar sobre a Escola do Nordeste e outros problemas do Nordeste...

Deputado Nuno Amaral (PS): Fale neste plenário!

O Orador: ... porque não acredito que os nordestenses lhe dêem a vitória que o senhor nem sequer na sua escola conseguiu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Joaquim Machado que em 22 de Dezembro, o PS apresentou uma proposta em que dizia:

“Atendendo a que as obras de remodelação e ampliação da escola se encontram já com 6 meses de atraso;

Atendendo a que esta obra é integralmente paga pelo Governo Regional dos Açores e que está para breve a discussão do Plano e Orçamento para 2001;

Atendendo a que a falta de execução da obra, como o previsto, pode levar a que a mesma não seja contemplada no referido plano...”

A Assembleia depois de analisar a presente proposta deliberou rejeitá-la com 16 votos contra do PSD e 4 votos a favor do PS.

Quando nós nos apercebemos do atraso da obra, chamámos a atenção ao ainda Presidente da Câmara.

Nós chumbámos os 200 mil contos, mas agora que o Governo tem 200 mil contos vocês vão subir a parada – o tempo o dirá – para o ainda presidente tentar jogar com isso, mas os nordestenses já estão com os olhos abertos e por isso vão votar em mim.

Deputado Mark Marques (PSD): Olha o registo no Diário das Sessões!

O Orador: Por outro lado, aparece um projecto do Sr. Presidente da Câmara estimado em 405 mil contos e passa para 900 mil. É preciso ponderar e não gastar dinheiro como tem feito o ainda Presidente da Câmara.

Presidente: Não havendo mais inscrições, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No início do passado mês de Abril, portanto apenas há 7 meses, estivemos aqui a analisar o Plano e Orçamento para o corrente ano e o Plano de Médio Prazo 2001 – 2004. Assim, porque aprovado há muito pouco tempo, seria de esperar que o Plano para 2002 seguisse muito de perto o Plano de Médio Prazo; isso porém não acontece relativamente às verbas orçamentadas para muitos dos Programas; e, aquilo que se verifica é que a proposta de Plano para 2002 é inferior em mais de 28 milhões de Euros, ao calculado em Abril para esse ano e aprovado no PMP. Ou seja, de Abril a Novembro do corrente ano, decorreu o tempo suficiente para que o Governo Regional calculasse ter de investir menos 10% na Região. Isto pode comprometer um desenvolvimento equilibrado, fundamentalmente ao desinvestir em sectores e em infra-estruturas indispensáveis para a Região. E, é preocupante quando se verifica, por exemplo, que no sector agrícola haverá menos um milhão e meio de Euros para investir em 2002 do que se previa no início do ano, ou que na reabilitação das estradas regionais haverá menos três milhões e meio de Euros, ou que no Programa das Calamidades haverá menos nove milhões de Euros do que estava previsto. O desenvolvimento desta Região é ainda absolutamente necessário, não podemos aceitar que se desinvista porque assim, em vez de nos aproximarmos do País e da Europa, vamos ficar parados, a vê-los avançar e, assim, estamos condenados a ficar

cada vez mais longe daqueles que se integram no mesmo espaço económico e social em que nos inserimos.

A nossa agricultura para evoluir necessita meios no sentido de poder competir em igualdade de circunstâncias com a agricultura europeia; temos o direito de nas nove Ilhas desta Região podermos circular em estradas semelhantes às existentes na Europa, repito, isto é um direito dos cidadãos a viver em todas as Ilhas desta Região.

E, podíamos repetir este conceito, relativamente aos diferentes sectores económicos e sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já por várias vezes, nesta Legislatura, referi a necessidade da Região continuar a prosseguir uma política de incentivo às reformas antecipadas na Agricultura, no sentido de rentabilizar o sector e favorecer a viabilidade económica das explorações existentes. Em Janeiro, presente passado, referindo-me ao Plano de Desenvolvimento Rural para Portugal e à redistribuição da verba para os Açores, afirmei que essa verba em 2001 e 2002 se destinava na sua quase totalidade aos compromissos assumidos até Outubro de 1999. A vida, lamentavelmente, veio confirmar o que então afirmei. Até ao presente, os agricultores açorianos não tiveram oportunidade de concorrer às reformas antecipadas porque o Governo Regional não o quis, e não o quis porque não conseguiu verbas comunitárias com esse objectivo. Fácil é verificá-lo através da execução financeira do Plano do corrente ano em que de Janeiro a Junho os compromissos assumidos representaram 43,8% da verba para os 12 meses; e, para o ano de 2002 a verba orçada é ainda inferior à do ano corrente, o que apenas significa que no próximo ano os agricultores vão continuar a não ter possibilidade de se candidatarem a novas reformas antecipadas, na medida em que a verba orçamentada prevê já as pessoas que vão sair do sistema, não existindo verba disponível que permita à Região avançar com a possibilidade dos agricultores com 55 ou mais anos se poderem candidatar a esta medida. Mais sorte têm os seus colegas do resto do País, os quais têm o referido direito. Ainda há um mês, ao passar no Continente por uma instituição onde se organizavam actividades com agricultores, estes tinham acesso a um sugestivo

folheto, anunciando a reforma antecipada, disponibilizando informações em vários departamentos, entre os quais as “Direcções Regionais de Agricultura da área da exploração” e informando que “as candidaturas podem ser feitas em qualquer altura do ano”. Neste aspecto, a nossa autonomia andou muito devagar e continuará parada em 2002.

Procedimento semelhante teve o Governo Regional com a não aplicação do Regulamento da Comissão nº 690/2001, de 3 de Abril, relativo a medidas especiais ao apoio ao mercado da carne de bovino, que apoia o abate de bovinos com idade superior a 30 meses, com um financiamento comunitário de 70% do preço da carne, o qual para Portugal foi fixado entre os 1,58 e 1,469 Euros por quilo de peso de carcaça. Hoje seria muito útil e necessário para os agricultores de algumas Ilhas a utilização dessa Legislação Comunitária, na medida em que os bovinos adultos e de refugo, deixaram de ter valor comercial.

Quanto ao sector do leite continua-se a viver sob a preocupação da cota, sem se expandir o sector e sem ser incentivado o aumento da produção, para além de não se encontrarem soluções de desenvolvimento para este sector. No actual PMP, por proposta de alteração aprovado por esta Assembleia, vem expresso que “o serviço de contraste leiteiro será levado a cabo em todas as ilhas onde existe indústria de lacticínios” o que não aconteceu no corrente ano. E, é com preocupação que vejo nas Flores todo o leite ser pago a partir do mês passado, ao mesmo preço o litro, na medida em que se incentivam os maus produtores e não se valorizam os melhores. O preço fixado é aceitável, mas se não há outra possibilidade senão medir o teor butinoso, pelo menos, que se valorizasse esse teor a partir de determinado nível. Mas, pior ainda, é a União de Cooperativas Agrícolas da Ilha continuar a pretender fechar postos de recolha, porque, segundo se diz, para isso é pressionada pela Administração Regional, o que vai contribuir, ainda mais, para que se diminua a produção, numa Ilha onde era necessário que essa produção aumentasse.

O sector do leite e dos lacticínios tem de continuar a ser apoiado e incentivado pelos Serviços da Região, de acordo com o que lhe é legalmente possível e de acordo com as possibilidades de apoio que ainda é possível através de Programas Comunitários.

Mas, os apoios têm de ser enquadrados por conceitos técnicos exigíveis e imprescindíveis.

Também na proposta de orçamento para 2001 foi aditado um artigo, aceite pelo Governo Regional, impondo um plano de recuperação para os caminhos agrícolas e rurais, que deveríamos estar aqui a analisar. Porém, não existe plano de recuperação e os caminhos agro-silvo-pecuários continuam, na generalidade, em mau estado por toda a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Prosseguindo nesta orientação política de abandono progressivo dos investimentos fundamentais da responsabilidade do Governo, no sector agrícola, e teimando em não apresentar as medidas que a União Europeia coloca à disposição da Região, está o Governo Regional de forma progressiva, descapitalizando a Região e asfixiando os lavradores. A política deste Governo põe em causa a convergência, internamente com o País e externamente com a União Europeia; a convergência real, que o Governo Regional diz prosseguir, na realidade, transforma-se cada vez mais, numa miragem.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço as questões colocadas pelo Sr. Deputado das Ilha das Flores, numa intervenção dedicada exclusivamente à agricultura, por isso merece a resposta do Secretário.

Primeiro: a questão da reforma antecipada.

A visão do Governo Regional sobre a reforma antecipada, é que este não é um direito genérico dos agricultores, mas sim um direito excepcional dos agricultores. As reformas antecipadas em qualquer sector da actividade, são excepcionais e não um direito genérico.

A reforma atinge-se, em qualquer sector da actividade, aos 65 anos e não aos 55 anos.

Contudo, se quisermos analisar os números, verificamos que o Continente deverá fazer publicidade dessa medida, porque no II Quadro Comunitário de Apoio nós conseguimos candidatar e aprovar maior número de candidaturas do que o Continente. Nós, representando um quarto da agricultura em termos de lacticínios na Região, conseguimos aprovar maior número de candidaturas em reformas antecipadas do que o Continente.

O número de reformas antecipadas para a quantidade de agricultores ATP – Agricultores a Título Principal – na Região, que anda à volta dos 5 mil e tal, temos reformados 1.270 agricultores, o que começa a poder ser preocupante esse rejuvenescimento e essa alteração em tão poucos anos nesse sector.

Essa medida vai naturalmente entrar em vigor este ano, só que não temos a pressa que o Partido Comunista Português tem nessa matéria, porque o sector precisa de algum tempo para digerir a quantidade de candidaturas e aprovações que se verificaram o ano passado.

Relativamente ao Regulamento 690, sobre a intervenção da carne, o Sr. Deputado precipitou-se, porque esta medida não é de regulamentação regional, é de regulamentação nacional. Só o Estado-Membro pode candidatar esta medida à União Europeia.

Na última reunião que tive em Lisboa com o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, o país irá lançar mão desta medida onde se inclui os Açores e é natural essa intervenção a partir do próximo dia 10 de Dezembro.

Segundo: o mesmo preço de leite nas Flores.

O Governo Regional não é dono nem titular de nenhuma fábrica de lacticínios na Ilha das Flores.

Essas questões devem ser colocadas à Direcção da Cooperativa. Eu terei muito gosto em dar a minha opinião, mas não somos nem donos, nem titulares.

A única questão que o Sr. Deputado a esse respeito referiu – se calhar aqui o melhor é eu não dizer números – é a motivação do Governo relativamente à produção de leite na Ilha das Flores.

Sr. Deputado, se vir a soma de apoios que este Governo deu à Cooperativa da Ilha das Flores e se verificar que tem 1 milhão de litros de leite produzidos, vai ver quem é que paga o leite na Ilha das Flores. Tire as suas conclusões e depois verá qual o nível de apoio que o Governo Regional dá a esse sector na sua Ilha.

Terceiro: caminhos rurais.

Essa é uma área de enorme investimento e de compromisso deste Governo nos Açores e naturalmente na Ilha nas Flores.

Devo-lhe dizer que a soma total de investimento em ordenamento agrário, caminhos, electrificação e água, é de 4 milhões 278 mil contos. Esse é o investimento anual do Governo Regional em ordenamento agrário

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Vou procurar tirar alguns minutos para entrar em diálogo com V. Exa. em relação às suas afirmações.

Eu vou entregar um requerimento para que o Sr. Secretário me diga, ano por ano, quantos foram os processos de reforma antecipada aprovados para a Região Autónoma dos Açores, porque o que aconteceu, em nosso entender, foi uma péssima negociação em relação ao Plano de Desenvolvimento Rural a nível da Europa e a nível do Comité STAR, em relação à Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que se passa no Continente – por isso é que hoje está a ser distribuído, e desde há alguns meses, este sugestivo impresso a todos os agricultores no sentido de os incentivar à reforma antecipada, de levá-los a entrar na reforma antecipada – é que, na parte que lhe diz respeito, o Continente teve uma verba muito acentuada, por

decisão do Comité STAR e na negociação feita, para as reformas antecipadas, enquanto que os Açores tiveram uma má negociação, em nosso entender, que tão somente lhes dá para pagar praticamente os compromissos assumidos desde há meia dúzia de anos.

Portanto, o problema que hoje se põe nos Açores em relação à agricultura, em nosso entender, continua a ser a necessidade imperiosa para reorganizar a terra, para levar a que os jovens agricultores tornem mais viáveis a suas explorações, e que se procure que aqueles que têm entre os 55 e os 60 anos, beneficiem da reforma antecipada, em grande parte paga pela Comunidade Europeia, para que possam disponibilizar terra e permitir uma melhor viabilidade às explorações dos mais jovens.

Em relação ao problema da intervenção da carne, o Sr. Secretário diz que é um problema nacional. É sim, Sr. Secretário, é um problema nacional que tem prazo e que termina no dia 10 de Dezembro de 2001. É o último prazo em que há possibilidade dos agricultores poderem, no caso dos Açores, verem resolvido o problema das redes de refugio.

Nós temos muitas dúvidas que até ao dia 10 de Dezembro o Sr. Secretário continue sem resolver a situação dos agricultores desta Região, em relação a animais que estão sem preço, o que seria fundamental para a economia das suas explorações.

O problema dos caminhos rurais, Sr. Secretário, refiro-o como um problema regional como todos estes problemas que são regionais. Não referi apenas o problema das Flores. O problema existe na Ilha das Flores, como existe na grande maioria das nossas ilhas.

Era fundamental que o problema dos caminhos agro-silvo-pecuários fosse resolvido a bem das explorações e dos agricultores da Região Autónoma dos Açores.

Finalmente, o problema do preço do litro de leite nas Flores.

Sr. Secretário, todos nós sabemos o que andamos a fazer. Todos nós temos consciência de todos os processos.

O Sr. Secretário não me venha dizer que não há na Administração quem tenha condições para influenciar determinados comportamentos da Administração da unidade industrial da Ilha das Flores.

O Sr. Secretário diz que eu veja o dinheiro que é despendido.

Em relação a essa matéria, em relação ao dinheiro que tem havido e que tem sido legalmente utilizado para apoio à União de Cooperativas, eu sou o primeiro a dizer ainda bem que ele tem sido dado, nas condições que foi. Aquilo que eu exijo agora são medidas técnicas, porque entendo que deverão haver conhecimentos técnicos profundos em relação a esta matéria.

Eu, por exemplo, uma das coisas que critiquei e que critico é que, mercê desses apoios que são dados, se faça aquilo que se fazia há 50 anos, ou seja, que hoje na Ilha das Flores se pague o leite exactamente igual para todos. Eu estou contra isso, porque entendo que havendo o plafond – e o plafond que foi dado foi de 44\$00/litro de leite para a época de Inverno, o que é um preço óptimo – que se balize, pondo este preço como um preço de garantia e que se valorize melhor o produto.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Aquilo que eu entendo é que é um erro tremendo não ter valorizado o produto melhor.

Para provar que estas decisões não são internas da própria indústria, devo-lhe dizer que no dia 24 de Setembro de 2001, aquela unidade de fabrico fez distribuir para ser pago a partir de Outubro, uma tabela em função do teor butinoso, que é a única medida possível nas Flores, enquanto que no dia 29 de Outubro, distribuiu um edital dizendo que o anterior não se aplica e que se vai aplicar já em Outubro o preço mínimo igual para todos.

O meu grande problema é que se pague igual para todos. O meu grande problema é que efectivamente não se valorize os melhores.

Que haja um preço – e este preço está óptimo – como preço de garantia, mas que se valorize os melhores.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para este debate, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Obrigado.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Constituição no seu capítulo III, Direitos e Deveres Culturais, estipula no seu artigo 73º que todos têm direito à educação e à cultura. No que concerne a este último direito, consagra que o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do Património cultural e outros agentes culturais.

A explicitação dos conceitos de fruição e criação cultural é reforçada no artigo o 78º - “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar,

defender e valorizar o património cultural.” No ponto dois do mesmo artigo é realçado que incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:

“ - incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;

- apoiar as iniciativas que estimulam a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade;
- promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o o elemento vivificador da identidade cultural comum”.

No seu artigo 228º - Autonomia Legislativa e Administrativa, a Constituição consagra que é matéria de interesse específico da Região Autónoma, o Património e a Criação Cultural.

O direito à fruição e criação cultural constitui uma concretização do direito à cultura no qual está subjacente que o mesmo deverá ser generalizado a todas as pessoas, ou seja, o acesso aos bens culturais e à participação na vida cultural, a democratização do processo cultural.

Este direito é individual e colectivo, como afirmam Gomes Canotilho e Vital Moreira e poderá ter como principais dimensões o acesso a todos os bens, meios e instrumentos culturais, a participação na cultura, que possibilita aos cidadãos e comunidades o direito de conformação do processo de produção cultural, como titulares de participação democrática (criação) e não meramente passiva (fruição) e ainda a comparticipação na defesa e enriquecimento do património cultural comum.

Estes direitos passam seguramente pela defesa do património cultural. É um dever de todos de não atentar contra ele e de impedir a sua destruição e é uma obrigação do Estado zelar pela sua defesa.

A protecção e valorização do património cultural é uma das tarefas fundamentais do Estado, no sentido de salvaguardar e valorizar os testemunhos de identidade cultural em todos os seus aspectos: património artístico, civil e religioso, etnográfico, documental, arqueológico, zonas urbanas históricas, etc.. Esta obrigação implica designadamente a sua inventariação, classificação, recolha, assim como a definição de um regime de conservação e fruição colectiva.

A protecção e valorização do património cultural constitui, portanto um dos mais claros e reiterados mandatos constitucionais impostos ao Estado, daí que tenha sido aprovada recentemente na Assembleia da República a Lei de Bases que estabelece a política e o regime de protecção e valorização do património cultural, na qual é salvaguardo o direito constitucional de que é matéria específica das regiões autónomas o património cultural.

Cabe também ao Estado não só o apoio à criação cultural como a circulação dos bens culturais. O cumprimento desta imposição constitucional implica entre outros aspectos, a instituição de veículos institucionais de animação cultural, a sua descentralização e difusão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo por base os conceitos constitucionais atrás referidos e as responsabilidades atribuídas ao Governo Regional dos Açores, este apresentou no ano transato as suas propostas para a Cultura, integradas no Programa de Governo que foi aprovado por esta Câmara. Importa neste momento, que se discute o Plano para 2002, relembrar algumas das suas linhas orientadoras para a área da Cultura:

- Valorização da actividade cultural e fomento da fruição cultural;
- Promoção da independência da criação cultural;
- Valorização e alargamento do ensino artístico;
- Investimento em equipamentos estruturantes;
- Valorização e revitalização do património cultural;
- Apoio à edição e divulgação de obras de autores açorianos.

Estas linhas orientadoras ficaram espelhadas no Plano a Médio Prazo para 2001/2004. Foram muitas delas implementadas em 2001 e perspectiva-se no Plano de 2002 o início, a conclusão ou a continuidade de um conjunto de projectos ou acções integrados em dois programas: um relacionado com a dinamização de actividades culturais e outro visando a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural.

Relativamente ao primeiro programa dinamização de actividades culturais, destaca-se um conjunto de acções destinadas a apoiar as associações culturais que, através do voluntariado de muitos dos seus dirigentes e do empenho dos seus associados, constituem um factor de desenvolvimento sócio-cultural das nossas comunidades. Sublinhamos as suas actividades teatrais, musicais, etnográficas e folclóricas que, actualmente, começam a ter grande importância, até em domínios como o comércio e o turismo, que importa aprofundar. É importante que a Região aproveite as oportunidades relacionadas com o Turismo Cultural.

Neste programa está integrada a acção «Espectáculos de Iniciativa Governamental – Música, Teatro, Bailado e Ópera», na qual se prevê a promoção de espectáculos, em todas as ilhas, nas diversas áreas culturais. Importa valorizar esta acção se tivermos em conta os espectáculos do Programa da Temporada Musical de 2001 de que fizeram parte vários concertos, recitais e espectáculos de música de câmara, realizados nos 19 concelhos da Região.

Disponibiliza-se, assim, às nossas populações, um contacto com diferentes tipos de música que, na maioria das vezes, se não fosse esta oportunidade, ficariam impossibilitados de a eles ter acesso. O Programa apostou nos músicos e artistas dos Açores, dando valor aos que cá trabalham, na música clássica, na música popular urbana e na fusão entre as músicas populares açorianas e as expressões musicais clássicas ou do Jazz.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando da discussão do Plano Médio Prazo enfatizamos as acções a desenvolver nas Bibliotecas Públicas de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Se a primeira já foi inaugurada, este plano prevê ainda uma verba significativa para o seu equipamento; para a de Angra está prevista a aquisição de terrenos e elaboração do seu projecto, passos importantes para a concretização desta nova biblioteca; enquanto que para a da Horta, com o seu projecto já elaborado no próximo ano, está previsto o lançamento do seu concurso de modo a que as obras em 2003 sejam já uma realidade. Para além destas Bibliotecas e Arquivos, há a necessidade de se criar

arquivos intermédios junto das autarquias locais, sendo urgente fazer o enquadramento legal respectivo.

A Rede de Leitura Pública programada para a Região vê neste Plano reforçadas as suas verbas. Espera-se que este seja o ano da sua há muito ansiada implementação, dado que muitos dos concelhos têm já os seus projectos e outros estão em fase de acabamento, de modo a que pelo menos cada concelho fique dotado de uma estrutura deste tipo o mais breve possível.

O Plano apresenta verbas para os museus que importa dinamizar, através da criação de serviços educativos, do aprofundamento das suas relações com as comunidades em que estão inseridas, da aproximação às populações, interligando o ambiente e o turismo com a cultura, aproveitando as potencialidades como o Merchandising ou de outras propostas como o Passaporte Cultural.

Nos investimentos do PMP estava prevista uma obra que Ponta Delgada há muito aguarda que é o início dos trabalhos de consolidação, restauro e adaptação do edifício do antigo recolhimento de Santa Bárbara, para funcionar como extensão do Museu Carlos Machado. Esperamos que ao longo deste ano se elabore o respectivo projecto de modo a que aquela extensão se torne uma realidade com a urgência que se exige. Não fosse esta obra e poderíamos afirmar que os programas na área da cultura do Plano respeitavam quase na íntegra o previsto no PMP, que atesta da coerência política do VIII Governo, do Partido Socialista, para o sector.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Cinco anos passaram de governação socialista na Região Autónoma dos Açores.

Muitas das promessas dos socialistas, muitas das contínuas reivindicações dos terceirenses, permanecem por iniciar ou por concluir, sendo sucessivamente repetidas nos consecutivos Planos.

Planos que, mesmo apesar de aprovados, quer-se crer que conscientemente, passaram a ter cada vez menos importância na acção governativa. Ora porque não são genericamente executados, ora porque são sujeitos a cortes ou cativações, ora porque se vêem constantemente alterados, ou ainda porque passaram a ser substituídos em parte por meios paralelos de financiamento.

Apesar da relatividade da importância do documento em discussão, é necessário que se lhe faça uma análise, também esta condicionada por aquela.

Antes do início do presente debate o Sr. Presidente do Governo afirmava, mediaticamente, que os investimentos nos Açores iriam entrar, em 2002, em "velocidade cruzeiro".

No início deste debate o Senhor Secretário Regional da Presidência, para as Finanças e Planeamento, falava em "desaceleração da economia".

Sem saber em que ficamos no plano regional, a não ser com dúvidas, no que concerne à ilha Terceira, parece óbvio que o Senhor Secretário Regional está mais próximo da verdade do que o Senhor Presidente do Governo.

Com efeito, muitas das obras ansiadas pelos terceirenses ou não são previstas ou são com dotações claramente insuficientes.

Alguma coisa tem sido feita, algumas obras arrancaram como são os casos da reabilitação do parque escolar do 1º ciclo, do início das desesperadas obras da Escola Francisco Ornelas da Câmara, da reabilitação de algumas estradas e do Centro de Saúde da Praia da Vitória, que a Senhora Secretária afirmou, erradamente, ser entregue em Maio passado, e iniciada a transferência no 1º Semestre deste ano, o que ainda não aconteceu até agora.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Eu nunca afirmei isso!

O Orador: Alguma coisa tem sido feita, obviamente, mas os muitos milhões que têm sido anunciados, os muitos milhões que têm sido gastos não correspondem às realizações que se esperam, continuamente enredadas em promessas, estudos, anteprojectos, projectos e primeiras pedras.

Maior gravidade assume o não cumprimento do P.M.P. aprovado relativamente a 2002.

De facto, ao nível das obras previstas para a ilha Terceira para o próximo ano, existe na proposta de Plano Anual em discussão, um vergonhoso decréscimo de 27%.

Passo a demonstrar:

O Matadouro Industrial, cujo início estava previsto para 2001, tem prevista a abertura de propostas apenas para o dia 26 do corrente mês, tornando impossível iniciar a obra este ano, para além de que o P.M.P. previa para tal investimento, calculado em 1.200.000, para o ano 2002 a dotação de 150.000 contos, agora diminuídos para 125.000 contos.

A Variante da Estrada Regional 6-2ª- São Carlos é caso exemplar do descontrolo do Governo Regional. Pois, estava prevista para tal obra no P.M.P. relativo a 2002 a dotação de 160.000 contos, vindo a proposta de Plano Anual prever a dotação de 0 (pg. 4 da desagregação sectorial), depois de no mesmo documento (pg. 30 do desenvolvimento da programação) se prever o início da obra no mesmo ano.

A via de acesso ao Porto da Praia da Vitória, antes designada de último troço da via rápida designação agora recuperada pelo Senhor Presidente do Governo - continua, escandalosamente, a aguardar que se cumpra o prometido. Anunciada pelo Governo Socialista em 1997, defendida pelos socialistas ao longo destes anos como devendo ser construída com três faixas, contra todas as demais opiniões, prevista sucessivamente pelo Governo, com a dotação de 50.000 contos no P.M.P. relativo a 2002, vê na Proposta de Plano para 2002 a dotação de 0.

O Sr. Presidente do Governo afirma que continua em estudo...

A reabilitação da Estrada Regional 1-1ª Cruz das Cinco/São Mateus/ Silveira, tinha a dotação no P.M.P. para 2002 de 350.000 contos, vindo agora a proposta de Plano Anual prever apenas 10.000 contos.

A anunciada e reanunciada reabilitação da Estrada Regional 1-1ª Lajes/Praia da Vitória, estava dotada no P.M.P. com 150.000 contos, 7 meses depois o Governo Regional dá mais uns passos atrás e prevê apenas um investimento de um terço em tal obra.

A reabilitação e repavimentação da Estrada Regional 5-2ª Doze Ribeiras/Via rápida viu, em sete meses, descer a respectiva dotação de 25 para 10 mil contos.

Tudo isto num quadro desastroso de se prever para a ilha Terceira 0% dos investimentos regionais em novos troços de estradas.

Uma das mais antigas promessas dos governos e candidatos socialistas - a Escola de Ensino Artístico de São Carlos, já hoje aqui referida – independentemente de projectos de outros Governos, viu diminuir a sua dotação para 2002 de 1.250.000 contos para 150 mil contos, em sete meses.

A construção da Escola Básica/Jardim de Infância do Porto Martins, também prevista e assumida pelo Governo, viu descer a sua dotação de 50 mil contos para 10 mil contos, sucedendo pior com a homónima da Serra de Santiago, que apesar de prevista no P.M.P. deixou de estar prevista no Plano Anual.

Sobre as mesmas o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, em Abril último, no Conselho de Ilha da Terceira, no seu habitual estilo, prometia mais uma vez que estas Escolas "iriam avançar a breve trecho", continuando assim a eludir os terceirenses que, acentue-se, o elegeram.

A construção da estrutura de apoio a deficientes da A.C.M. viu a sua dotação diminuída de 40.000 contos para 10.000 contos e a Construção do Centro Comunitário de São Bento, com 10 mil contos previstos há sete meses passou para 5 mil contos.

O Parque Desportivo da Ilha Terceira, há sete meses tinha investimentos previstos no valor de 120 mil contos, agora tem apenas 80 mil contos.

Tudo o que ficou assinalado, refere-se apenas àquilo que o Governo do P.S. apresentou há sete meses atrás e os respectivos deputados aprovaram.

A incoerência e inconstância da acção governativa socialista ficam, assim, claras, em prejuízo, neste caso, para a ilha Terceira.

Ficando por saber se devido a algum erro de cálculo do Senhor Secretário Regional das Finanças, ou se da alteração de prioridades dos Senhores Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos e da Educação e Cultura.

Para além das referidas situações muitas outras promessas assumidas pelo Partido Socialista continuam por realizar ou sequer prever como são os casos do Centro de Cuidados Geriátricos da Praia da Vitória, a Escola do Ramo Grande ou a Escola Ferreira Drumond.

Propositadamente, não foi feita referência a quaisquer reivindicações exclusivamente assumidas pelo P.S.D. e ansiadas pelos terceirenses.

Apenas se focou aquilo que foi proposto pela governação socialista e aprovado pelos respectivos deputados em Março deste ano, apenas se fez referência àquilo que vem sendo prometido sucessivamente pelos candidatos, eleitos e governantes socialistas e que, como ficou claramente demonstrado, não tem sido concretizado, a não ser que as faltas da proposta em discussão constituam uma forma artificial de permitir aos deputados do P.S., eleitos pela ilha Terceira, a apresentação de propostas de alteração que torne aplicável aquilo que aprovaram há sete meses atrás.

No âmbito deste debate deixou de se ouvir falar no maior Plano de sempre, mas continua a falar-se em milhões, milhões, milhões, como se fosse uma grande coisa anunciar e não fazer.

Compreende-se que a crise já tenha chegado à Região e, com isso, a diminuição dos investimentos regionais, não se pode é aceitar que a ilha Terceira seja relegada para o nível de 27% na redução das obras previstas no Plano a Médio Prazo.

É, assim, neste ritmo de avanços, paragens e até recuos, enfim nesta velocidade que vai indo a ilha Terceira, a ver passar ao largo o cruzeiro da distribuição dos milhões, para insatisfação de uns, satisfação de outros e, seguramente, prejuízo dos terceirenses e, nessa medida, da Região Autónoma dos Açores, pelo menos como nós a entendemos.

Cinco anos passados, com outros três a caminho,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Três? Mais quatro!

O Orador: ... não-de servir, certamente, para ser avaliada esta governação socialista, sem desculpas, condicionalismos ou artifícios e chegar-se à conclusão que a Terceira merece mais e melhor, precisa de outro Presidente e de outro Governo

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para prestar um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Em primeiro lugar, em relação a algumas dessas obras que referenciou na Ilha Terceira, o Governo Regional já executou este ano 741 mil contos na reabilitação da Rotunda de São Pedro, no Porto Judeu/Feteira,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não referi isso, Sr. Secretário. Só referi o que estava no PMP e no Plano!

O Orador: ... no pagamento de parte do projecto de Lajes/Praia da Vitória, em Pico Gordo/Altares, no pagamento de Bárbara/Serreta, na reabilitação do ramal da Ladeira da Pena que está concluído, no troço da via rápida São Joãoes, na canada da Mesquita até ao Juncal e na conservação corrente.

De facto, há uma acção que está a zero, ou seja, a acção que depende da Câmara Municipal da Praia da Vitória em que o Sr. Deputado é Presidente da Assembleia Municipal...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso já é um trauma!

O Orador: ... e que já há dois anos tem dotação no plano para a reabilitação do troço entre a rotunda da Boa Vista e da Dona Beatriz.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário não respondeu a nenhuma das que eu perguntei!

O Orador: É essa que está a zero de execução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Constato com alguma satisfação que, comparativamente à intervenção que produziu em Abril do corrente ano, aquando da discussão do Plano a Médio Prazo, já há o reconhecimento da sua parte de que algo está a ser feito, ao contrário do que dizia na altura, de que nada tinha sido feito.

Vamos às questões concretas que colocou.

Primeira questão global:

As verbas destinadas nesta proposta de Plano para 2002, relativamente à Ilha Terceira, correspondem a 20% das verbas consignadas no Plano. Se entende que com isto há uma redução dos tais milhões para tostões, diga-me qual seria, em seu entender, e olhando para planos anteriores, a percentagem de investimento que consideraria adequada?

Mais do que a percentagem de investimento, escuso-me a falar de estradas, porque há pouco o Secretário Regional da Habitação referiu um conjunto de estradas que de repente e pelos vistos deixaram de ser preocupação do Sr. Deputado – pelos menos eram na intervenção de Abril.

Esqueceu-se da Escola da Carreirinha, da Escola do Pico da Urze, que já estão concluídas.

Também se esqueceu que relativamente ao matadouro, bastava ver a estrutura de financiamento em termos do que é comparticipação regional e o que é a comparticipação comunitária, para perceber que neste III Quadro Comunitário de Apoio, a comparticipação subiu de 75 para 85%. Logo, a verba consignada para esse fim, é necessariamente menor. É uma questão de fazer as contas e ver se em termos reais houve ou não uma diminuição efectiva.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Onde é que está o matadouro?

O Orador: Pergunte isso às empresas concorrentes que, sistemática e legalmente, têm apresentado questões relativamente ao programa de concurso e caderno de encargos.

Se o Sr. Deputado entende que o matadouro se faz indo a um hipermercado e comprando o número de caixas lego suficiente para montar a estrutura, é capaz de estar um pouco equivocado nisso.

Em relação à questão da variante 6-2^a que o Sr. Deputado Clélio Meneses referiu, convém recordar aqui que os dados que mencionou foram levantados na Comissão de Política Geral, exactamente pelos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que se aperceberam que não havia dotação numa obra que estava prevista o seu início.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse!

O Orador: Daí que quer relativamente a essa, quer relativamente ao último troço da via rápida, até ao final do debate ainda irá ter algumas surpresas.

Relativamente à questão dos 0% para estradas, pelo que vejo aqui há 23,5% destinados às estradas da Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Novos troços de estrada. O Sr. Deputado não ouve bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Para terminar, Centro Comunitário de São Bento.

Sr. Deputado Clélio Meneses, está mal informado! A verba não só não reduziu como a obra já está em curso, já foi lançada.

Olhe para o Plano de Investimentos do Centro de Gestão Financeira e perceberá melhor isso. O mesmo perceberá também relativamente à ACM.

Relativamente às Escolas do Ramo Grande e Ferreira Drumond, já que o Sr. Deputado falou, no PMP aprovado nesta Casa em Abril passado, o início dessas obras está apenas previsto para 2003 e 2004.

Se estava à espera que fossem antecipadas, paciência! Não foram!

Obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tal como outras foram retiradas!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Apenas para dar um breve périplo pelas escolas da Terceira e vermos que a situação não é aquela que descreve.

Escola Básica dos Biscoitos: obra em curso.

Toda a reparação em plena execução. Provavelmente terminará em Setembro de 2002.

Neste momento estão em fase de conclusão os arranjos exteriores, a colocação de uma vedação, etc.. Fica no concelho da Praia da Vitória.

Porto Martins: tinha uma dotação inferior neste Plano para 2002. Passou de 50 mil contos para 10.000, o que seria suficiente apenas para a aquisição de terreno.

Neste momento, ainda não tem, mas passará a ter uma dotação superior, porque os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista entenderam que é uma obra necessária e que deve ter a dotação...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então tiram para depois voltar a encenar!

A Oradora: Engana-se. Esses eram os vossos procedimentos. Não ajuíze os outros pelos vossos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não, não!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não! Há pessoas aí mais marcadas do que eu!

A Oradora: Escola de Santiago.

De facto, foi retirada a verba, porque essa escola encontra-se integrada num loteamento cuja responsabilidade é da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Essa escola será feita nos anos subsequentes.

EB 2,3 com Ensino Artístico de São Carlos:

Como o senhor sabe e já foi por demais referenciado, tinha 1 milhão 250 mil. Neste momento tem menos dinheiro. É simples constatar porquê. É porque devido aos atrasos do novo concurso, concurso público internacional...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Já há 5 anos!

A Oradora: Cinco anos não, porque já vem do vosso tempo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por isso mesmo!

A Oradora: Por isso mesmo, mais me ajuda!

É claro que não precisa de uma dotação tão elevada se presumivelmente a obra não arrancará antes do final de 2002.

Esqueceu-se também, curiosamente na Francisco Ornelas da Câmara que também fica no concelho da Praia da Vitória.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu referi. Eu falei na Francisco Ornelas da Câmara, o problema é que não ouvem. Eu fiz referência a essa obra!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, agradeço que deixe a sua colega falar.

A Oradora: Tenha calma Sr. Deputado, senão o Sr. Deputado Joaquim Machado tem que lhe receitar algum medicamento, como é hábito fazer.

A Francisco Ornelas da Câmara está em plena execução. Uma obra fundamental. Uma escola necessária e, por sinal, já era necessária no vosso tempo, mas nessa altura nunca deram por isso.

Finalmente, e como referiu o Deputado Francisco Barros, a Escola da Carreirinha e do Pico da Urze. Não sei se terá omitido propositadamente, porque são obras excelentes, ou se terá omitido simplesmente porque ficam num concelho que não é aquele que o senhor vive.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses, na sequência dos esclarecimentos que foram agora prestados, para lhe lembrar que o Parque Escolar da Ilha Terceira, felizmente, e graças ao empenho e ao trabalho deste Governo, neste momento encontra-se quase totalmente recuperado.

O Sr. Deputado certamente lembra-se do estado miserável que estava o liceu de Angra. Com certeza que se lembra das caixilharias a cair, do liceu que não era pintado há décadas. Com certeza lembra-se disso. Neste momento, ele está totalmente reparado.

O Sr. Deputado com certeza lembra-se do estado miserável em que estava a Escola de São Bento. Neste momento, está totalmente recuperada e foi construído um pavilhão que veio substituir a Escola de Educação Especial de Angra que estava num estado miserável. A Escola de Educação Especial estava por detrás do museu, numa casa alugada em condições degradantes. Tudo isso foi resolvido, além das muitas obras que a Sra. Deputada acabou de citar.

Sr. Deputado, a Ilha Terceira, nestes últimos anos teve um investimento, na sua infraestrutura educativa que não tem paralelo nenhum com os 5 anos anteriores.

É verdade que ainda é preciso a de São Carlos. É verdade que é preciso fazermos mais escolas, mas lá chegaremos.

Estamos a chegar com muita qualidade e com obra que todos os terceirenses se orgulham.

Aliás, o Sr. Deputado lembra-se das listas em que ambos participámos. O povo decidiu claramente qual das listas é que tinha razão. Foi ou não foi, Sr. Deputado? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A simplicidade e clareza da minha intervenção, pelos vistos, não foi percebida quer pelos Srs. Membros do Governo, quer pelos Ss. Deputados.

Eu fiz referência à obra feita. Enunciei expressamente algumas das obras, mas parece que não ouviram.

Não estão habituados a agir desta forma, por isso pensam que os outros agem como os Srs. Deputados e como os Srs. Membros do Governo do Partido Socialista.

Deputado Mark Marque (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Coitado! Cada um dá aos outros a dimensão que tem!

O Orador: O Sr. Secretário da Habitação não respondeu a uma única questão por mim levantada. Apenas limitou-se a fazer aquilo que o Governo do Partido Socialista tem feito: campanha eleitoral autárquica.

O PS veio manifestando, ao longo destes últimos tempos – por alguma razão será! – um grande incómodo com a oposição. Não querem oposição! Ninguém pode manifestar opinião contrário à sua!

De resto, aquando da discussão do Plano a Médio Prazo, houve um Deputado do Partido Socialista que dizia assim:

“Nós não reconhecemos nenhuma legitimidade a qualquer pessoa do PSD para vir pôr em causa algumas obras que se tenham atrasado.”

É esta a forma de respeito democrático manifestada pelo Partido Socialista.

O certo é – e quanto a isso não houve uma única intervenção a desmentir – que para a Ilha Terceira, relativamente ao Plano de Médio e à proposta de Plano apresentada hoje nesta Casa, há um decréscimo em obras no valor de 27%.

Uns estão satisfeitos, outros não!

Os terceirenses avaliarão!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Apenas porque me esqueci de referir que o senhor dá pelas faltas, mas não dá pelos acréscimos.

A Francisco Ornelas da Câmara duplicou a dotação que tinha.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi o que não foi executado. Os acréscimos são esses!

A Oradora: Aquilo que o Sr. Secretário disse da construção, de facto, os terceirenses orgulhar-se-ão da obra, mas é da obra deste Governo. Enquanto os senhores foram governo, chovia em muitas das escolas do 1º ciclo da Ilha Terceira.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Foi a escuridão total!

A Oradora: Não era escuridão, mas havia um lusco-fusco qualquer.

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para uma intervenção.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas do Plano de 2002 relativas à SRHE garantem o cumprimento do Programa do VIII Governo e asseguram o investimento sustentado nos domínios das Obras Públicas e Equipamentos, da Habitação e da Protecção Civil.

A construção civil sendo um sector fortemente influenciado pelo investimento público (53% nos Açores), continua a estar representado na quase totalidade do Plano de 2002 da SRHE.

Este sector fundamental na economia regional contribui com 10% para o Valor Acrescentado Bruto e abrange mais de 14000 postos de trabalho.

Os indicadores referidos anteriormente estão também associados ao maior volume de crédito à habitação e de consumo de cimento de toda a história da autonomia, a saber:

1996 - 51 milhões de contos de crédito a habitação,

2001 - 159,4 milhões de contos;

O consumo de cimento ultrapassará este ano as 300 mil toneladas.

Toda esta vitalidade da construção civil é indesmentível e indestrutível por requerimentos, previamente conhecidos pela Comunicação Social, comunicados partidários agoirentos e boatos habituais. A par deste novo fôlego, desde 1997, o sector começa a materializar o conceito de qualidade. Não é por acaso que hoje, ao contrário de 1996, já existem empresas açorianas certificadas no âmbito dos parâmetros exigentes da qualidade.

Nos empresários da construção civil é hoje consensual que em toda a feira da construção a qualidade é um factor que deve constituir objectivo permanente nesta actividade: por razões de eficácia competitiva num mercado cada vez mais permeável ao exterior.

Mais, as novas oportunidades e desafios impõem mesmo novas posturas na formação e acreditação do pessoal e conveniente preparação para a entrada em vigor dos Eurocódigos Estruturais. Tudo isto começa a ser uma realidade e a ser possível porque as empresas para além de terem começado a funcionar já adquiriram, felizmente, a tranquilidade necessária para se começarem a transformar.

É confrangedor, portanto, ouvir alguma oposição falar do investimento dos Governos do Partido Socialista com um misto de inveja e confusão. Inveja porque no passado foram os campeões da rota do estado de pré-falência em que se vivia nos Açores em 1996.

Confusão porque rapidamente se esqueceram dos caixotes com facturas de dívidas algumas datadas de 1986, e muitas de 92 a 95, que foram pagas pelos Governos do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vocês estiveram 20 anos na oposição!

O Orador: Foi tempo dos tostões ou melhor dos vinténs.

Bastaria um pequeno exemplo para todos perceberem a diferença entre quem gastou até 1996 e quem desde 1997 até hoje conseguiu aumentar e gerir o investimento nos Açores:

O monumento da rotunda custou cerca de 750 mil contos em 1992, a preços de 2000 e com o mesmo dinheiro o VII Governo concretizou, por exemplo, o maior quartel de bombeiros do país .

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ninguém acredita, por isso, naqueles que tendo estado no poder até há poucos anos agora saberiam fazer tudo com o saneamento financeiro que a Região tem vivido com os VII e VIII Governos e que consideram pouco quase o dobro do investimento em relação ao ano de 1996!

É caso para perguntar: será que a fartura tem enfastiado alguns?!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é discurso da oposição!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura vai executar-se o maior volume de investimento de sempre na história dos Açores no domínio das Estradas Regionais. A discussão deste tema já foi feita. Gostaria só de dizer que um dos critérios que presidiu a escolha dos eixos aprovados esteve fortemente associado à contagem de tráfego efectuada: 18 500 veículos/dia na Rotunda de Belém e 17400 na Estrada da Ribeira Grande.

Em 1996, os 1400 km de Estradas Regionais dos Açores encontravam-se na sua maioria em condições muito precárias perante a sua antiguidade, degradação, deficiente ou inexistente sinalização rodoviária.

Infeliz e irresponsavelmente esta situação estendia-se às 502 infraestruturas das estradas regionais como pontes e aquedutos.

Apesar de disso foram intervencionados 250 km em reabilitações e construções de novas estradas num investimento total de 24 milhões de contos incluindo as calamidades.

Por toda a Região foram, igualmente, os Governos do Partido Socialista que iniciaram alterações profundas ao nível da sinalização rodoviária quer a informativa quer a de trânsito modernizando e melhorando a segurança com investimentos que ultrapassaram cerca de 500 mil contos nesta área.

Hoje mesmo, decorre na ilha do Faial uma acção de Formação, no âmbito da sinalização Rodoviária destinada a técnicos de várias naturezas e também das autarquias e da administração regional.

Como traço saliente deste sistema rodoviário, o LREC com os governos do PS deixou de ser um espaço exíguo e descredibilizado para se transformar num instrumento precioso de apoio e controlo da qualidade das Obras Públicas da Região, quer dizer, também em matéria de Estradas Regionais estamos por todas as ilhas a ganhar o tempo desperdiçado pelos sucessivos governos do PSD.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão a viver desde 1997 transformações aceleradas no sector da construção civil que se materializam em princípios, projectos e obras há muito falados mas que até essa data constituam miragens.

Estamos a caminhar para a frente com a noção da velocidade e da direcção e por isso em segurança.

Neste contexto, apostamos na modernidade da construção civil materializada, por exemplo, na política habitacional e obras públicas do VIII Governo.

Construir com qualidade arquitectónica, reabilitar o parque habitacional conferindo-lhe nova e renovada segurança, atender à dualidade habitação e organização do espaço valorizando e dignificando o nosso território e o ambiente, constituem imperativos do Governo a par da nossa atenção permanente aos estratos populacionais que ainda precisam comprovadamente de maiores apoios para atingirem o nível e qualidade de vida aceitáveis na sociedade que estamos a construir.

Mais do que assumir estes princípios já tivemos de os pôr em prática como resposta às inúmeras calamidades que impenderam sobre os Açores desde 1996.

Em todos estes acontecimentos a estratégia, o desafio permanente e o imperativo da consciência das decisões tem sido a da melhoria estrutural de habitações e equipamentos reduzindo as vulnerabilidades do edificado, aliada à necessidade de responder às questões humanas mais difíceis sem comprometer critérios estabelecidos.

Muito mais superficial foi lançar frequentemente o pessimismo radical nas fases sucessivamente ultrapassadas.

A incoerência de quem sempre só andou à procura do que faltava fazer residiu na tentação de fomentar a desesperança e de tentar capitalizar a eventual insatisfação dos que não tinham o seu problema resolvido.

Porém, aqueles que só apostam no imediatismo político, nem nos sucessivos resultados eleitorais tem tido êxito.

Para a história ficarão as intervenções estruturais no parque habitacional e nas infraestruturas que têm requalificado, reforçado e modernizado a paisagem construída dos Açores e simultaneamente, garantem a segurança e aumentam a qualidade de vida das pessoas.

No caso particular do processo de reconstrução deve dizer-se que já foi realizado um investimento superior a 12 milhões de contos e o processo da responsabilidade directa do Governo decorre nos termos dos prazos contratuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector da habitação foi entendida pelos VII e VIII Governos como área prioritária da actuação política, quer pela necessidade de modernizar e garantir condições de salubridade e segurança ao nosso parque habitacional quer ainda, pelo contributo estruturante dado pela habitação no desenvolvimento sócio-económico da população açoriana.

Os dados já disponíveis do actual Plano Regional de Habitação permitem reforçar a opção programática correcta do Governo ao valorizarem a questão habitacional. Na verdade, sabendo-se agora que em 1997, 60,3% do parque habitacional era anterior a 1960 e 76% dos edificios não tinham betão armado, é um imperativo alterar estas

mas condições de segurança numa região sísmica e de garantir outra dignidade a este parque habitacional antigo.

A renovação do nosso parque habitacional vulnerável impõe-se ainda pelo carácter oneroso do investimento público perante as catástrofes naturais ou até pelo número elevado de pessoas por alojamento apesar desta tendência estar a melhorar significativamente em algumas ilhas. Com o Plano Regional de Habitação (PRH) ficam também cientes que a habitação degradada tem uma expressão elevada naqueles que têm menores rendimentos e dentro destes a faixa etária superior a 65 anos e a que apresenta um maior número de famílias com rendimentos inferiores a 67 mil escudos.

Apesar de no sector da habitação o investimento público directo e indirecto ter ultrapassado os 22,5 milhões de contos sem contar com o processo de reconstrução, nos próximos anos continuaremos a construir loteamentos nas freguesias rurais e nas urbanas como forma de fixação da população sobretudo a jovem (118 lotes/ano até 1996 e 287 de 1997 a 2000), reforçaremos a majoração dos apoios para as pessoas com deficiência e para idosos com baixos rendimentos, prosseguiremos a nossa política de custos controlados e renda resolúvel, de incentivos para reforço anti-sísmico e do reordenamento de zonas habitacionais de risco.

São as pessoas com maiores dificuldades aquelas que continuarão a merecer a nossa maior atenção e prioridades .

A par da concretização destes princípios e objectivos, nos próximos anos reforçar-se-á o princípio da prevenção, o que passa para além do investimento público por uma maior auto-responsabilização dos nossos concidadãos em relação às suas habitações e haveres.

Por exemplo, em matéria habitacional os apoios a conceder à luz dos novos diplomas que entrarão em vigor a partir do próximo ano, exigirão a feitura de um seguro por parte dos beneficiários.

A cooperação em matéria habitacional com outras entidades também terá de revestir-se de uma maior responsabilização destas entidades no grau de cumprimento dos acordos de colaboração.

Estamos, assim, empenhados desde a primeira hora em ganhar as intempéries e as dificuldades com firmeza, bom senso e solidariedade, e, neste quadro, continuaremos a renovar a política de habitação colocando-a no vértice da pirâmide de necessidades e dos direitos das famílias açorianas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A cultura da protecção civil que, paulatinamente, se tem instalado nos Açores representa um verdadeiro esforço de solidariedade que requer aperfeiçoamento permanente para que cidadãos, como agentes e beneficiários do SRPCBA, continuem a construir o edifício de defesa e segurança que a todos interessa e a todos diz respeito.

Na verdade, a descontinuidade territorial da Região Autónoma dos Açores aliada frequentemente a condições meteorológicas desfavoráveis, impedem, por vezes quaisquer acções de socorro exteriores exigindo, portanto, uma estrutura de protecção civil adequada à realidade insular.

Neste sentido, ao serviço impreparado e deficientemente organizado e desajustado em recursos humanos e materiais, o VII e VIII Governos tem alterado profundamente aquela situação lamentável desse passado recente.

O zero absoluto de Planos Municipais de Emergência em 1996 ilustram bem esta realidade.

Hoje temos 11 planos feitos e 8 ainda por fazer. A importância dada à Protecção Civil reflecte-se no nível de investimentos que temos conseguido de 97 até agora (cerca de 800 mil contos/ano e antes era 262) e sobretudo nas profundas modificações operadas nos últimos 4 anos ao nível legislativo, dos equipamentos e da formação e sensibilização às populações.

O VIII Governo elegeu a formação e sensibilização como áreas preferenciais da sua actuação nesta legislatura ultrapassadas que foram as questões mais prementes das comunicações e infraestruturas. O esforço ao nível da formação já se fez mesmo sentir com grande intensidade envolvendo largas dezenas de formandos:

- Curso de Formação de Formadores;
- Cursos Básicos de Socorrismo;
- Recertificação de Tripulantes de Ambulância de Socorro;

- Curso de luta contra incêndios avançado para 32 elementos realizado em Espanha;
- Cursos para novos elementos de Comando realizado na Escola Nacional de Bombeiros.

Mas, educar para a Segurança começa com as crianças pelo que a Direcção Regional de Educação, sobre proposta do SRPCBA promoverá nos projectos educativos de Escola esta temática. Outrossim, está a funcionar o Projecto (Crescer em Segurança) que abrangerá 20 mil crianças do ensino Básico em 18 Concelhos dos Açores já que só o Concelho das Lajes do Pico, de forma inexplicável, não aderiu a esta campanha de prevenção de catástrofes naturais, segurança rodoviária e autoprotecção em acidentes domésticos

Em 2002 o SRPCBA inicia um projecto pioneiro no País, organizando cursos básicos de Protecção Civil e Primeiros Socorros destinados a grupos de 10 a 12 pessoas/freguesias, que passarão a funcionar como núcleo responsável pela segurança local, sabendo como tomar as primeiras providências e, em caso de necessidade, saberem como e quem contactar.

Para além das acções de socorros que se seguem às catástrofes estamos, assim, a investir na prevenção e nas acções de preparação para uma resposta pronta e eficaz.

Nos próximos dias terá início o projecto "O Idoso em Segurança".

Trata-se de uma acção de informação e sensibilização sobre atitudes e comportamentos preventivos junto de uma camada da população que, regra geral, tem uma capacidade de actuação limitada e vive em habitações, muitas vezes, em estado deficiente de conservação.

Este projecto destina-se, deste modo, a uma faixa etária onde as situações económicas são mais deficitárias.

O Governo prossegue, por isso, uma estratégia clara para garantir o funcionamento eficaz da Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, a par da transformação que se está a operar na consciência individual e colectiva de toda a população como agentes e beneficiários do bem inestimável que é a segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje vivemos um tempo de progresso e ânimo geral devido à lucidez e à força do projecto Socialista para os Açores. São desprovidas de sentido os anúncios da

oposição que todos os dias faria mais obra do que aquela que o Governo realiza apesar de no passado...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é verdade

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é uma cassette!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com metade do dinheiro fizemos muita obra!

O Orador :... nem ter conseguido projectá-la ficando-se pela ambliopia política, isto é, sem propostas ou com propostas que são meras ampliações das medidas do VIII Governo.

Pela nossa parte estamos a trilhar o cumprimento dos compromissos assumidos no Programa do Governo no âmbito da SRHE contribuindo para o reforço da Segurança e qualidade de vida de quem há um ano confiou maioritariamente no projecto Socialista para os Açores e em 2004 terá razões redobradas para renovar essa confiança.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Victor Cruz (PSD): Diz coisas tão bonitas com ar tão cansado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): É da natureza da pessoa!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional.

Depois de o ter ouvido com muita atenção, respeito e consideração, notei que não consegue esconder, na sua forma de expressar publicamente, um tom que me faz suscitar a dúvida se está na Assembleia ou se está no Comício do Partido Socialista que se vai realizar logo. Fico sempre com esta dúvida.

(Risos dos Deputados da bancada do Partido Social Democrata)

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Deputado, é puro prazer!

O Orador: Não, cada um procura os prazeres que quer.

(Risos dos Deputados da bancada do Partido Social Democrata)

Indo aos assuntos sérios, eu penso que uma das questões que marca mais este plano em relação à matriz, não pode deixar de ser a previsão constante do Plano a Médio Prazo na previsão feita para o ano 2002, mas o corte feito no programa das calamidades.

Infelizmente, a Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução, não analisou esta questão do Plano.

O Sr. Presidente não tinha que despachar estes documentos para essa Comissão de acordo com o Regimento, mas sendo a Comissão Eventual uma comissão de acompanhamento da acção governativa e sendo o Plano o instrumento privilegiadíssimo da acção governativa, não faz nenhum sentido que a Comissão não tenha tido a iniciativa de analisar esta questão.

Não foi discutido em pormenor qual a influência que os cortes havidos nas calamidades e especialmente na questão do sismo, têm no andamento do processo.

Eu sei, porque entretanto consultei o relatório e o meu colega esteve presente, que este assunto foi ligeiramente abordado na Comissão de Política Geral e que o Sr. Secretário Regional deu alguma justificação breve que se encontra transcrita no relatório, só que não me parece aceitável que neste debate e na sua comunicação este assunto não seja pormenorizadamente explicado.

Eu não posso gastar muito tempo, senão a nossa programação também vai ao ar, mas vou tentar pôr o meu ponto de vista.

Se estava previsto – e muitas vezes foi falado por V. Exa. e por vários – um determinado número de milhões de contos para a reconstrução, distribuído de uma determinada forma ao longo do ano, para que o corte ao fim do primeiro ano seja tão brusco e tão significativo, alguma razão tem que haver.

Eu não estou a fazer nenhuma acusação, estou a pedir explicações. Acho que é legítimo.

Alguma razão tem que haver, se for para manter o mesmo ritmo, se for para manter os mesmos parâmetros, se for para manter os mesmos programas. Agora se é para alterar ritmos, se é para alterar programas, será outra realidade.

O Sr. Secretário falou na previsibilidade das despesas. Muito bem! Mas essa dificuldade da previsibilidade também já existia quando o Plano a Médio Prazo foi elaborado, quando o Sr. Secretário defendeu, com “unhas e dentes”, que precisava para os quatro anos de um determinado montante ou de uma ordem de valor.

Como não considero aceitável que a Comissão da Reconstrução não tenha analisado em profundidade esta questão, também aceito com muita dificuldade que por “motu proprio” o Sr. Secretário não tenha dado uma explicação clara.

Presidente: Sr. Deputado, muito obrigado. Já terminou o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Termina já.

Pedia que essa explicação fosse dada para nós podermos avaliar o que é que se passa, porque hoje, como sabe, há muitos problemas relacionados com a reconstrução.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pode crer, Sr. Deputado Decq Mota, que nos comícios eu ainda sou mais vivo.

Esta questão da reconstrução foi falada na Comissão e o que foi dito foi que a nossa previsão era essa, sem prejuízo de também sabermos que no final do ano entra muita facturação que poderia modificar a nossa ideia sobre este montante.

Nós tínhamos e temos uma execução no final de Outubro ligeiramente superior a 3 milhões de contos no ano 2001, o que não quer dizer que com a facturação que entretanto já entrou, tenhamos a possibilidade e a necessidade de ainda, durante este plenário, poder reforçar essa verba.

Isto significa que a previsão que nós temos para o ano 2002 sofre alguma alteração em relação à dotação que foi apresentada porque, entretanto, entrou facturação na

Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, o que demonstra que para termos uma segurança maior na previsão do ano 2002, eventualmente essa situação pode ainda ser alterada.

De qualquer modo, gostaria de dizer que o Governo Regional, desde a primeira hora, sempre garantiu e vai garantir o financiamento deste processo.

Os 12 milhões de contos que já foram investidos e executados, representam exactamente essa garantia, o que quer dizer que o processo que é muito caro, vai continuar a ter o financiamento garantido para o seu futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir a um exercício da vacuidade recifrada...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... em linguagem, comicieira, olhando para trás por falta de claros objectivos para o futuro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Apesar disso, Sr. Secretário, gostaria de colocar uma questão muito simples.

Quantas concursos foram lançados para empreitadas de reabilitação e construção de moradias pelo CPR até ao final de Setembro e quantos é que foram adjudicados?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sendo um pouco mais exaustivo para responder à vacuidade da sua afirmação e da sua questão, gostaria de dizer que estão em curso 601 intervenções.

Já foram apoiados 1610 casos e foram apoiadas várias intervenções num montante de 6,53 milhões de contos.

Estão em curso 22 empreitadas do Governo Regional, no montante de 16 milhões de contos. Estes dados já foram anunciados aqui várias vezes. Não percebo qual a sua dúvida.

Se quiser exprimir um pouco melhor a sua questão, talvez fique a perceber que tipo de questão é que coloca.

As empreitadas do Governo Regional já foram lançadas há muito tempo. Têm um valor determinado e tem o número de empresas associadas a essas empreitadas.

Não percebo que questão é que quis pôr, mas poderá clarificá-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não tem conhecimento que este ano foram abertos concursos para empreitadas pelo CPR?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): O que eu estou a dizer...

O Orador: A pergunta que lhe faço é essa, diga apenas sim ou não. Tem conhecimento?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): O número de empreitadas foi dito. Foram 22 empreitadas!

Não sei qual é o seu problema!

O Orador: Em relação aos concursos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, feitos pelo CPR a 6 de Agosto de 2001, gostaria de saber quantos é que foram adjudicados?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não lhe posso dizer concurso a concurso, número a número. Provavelmente é uma informação que lhe posso dar durante este plenário. Em termos de empreitadas aquilo que lhe digo e já o disse há pouco, é que foram lançadas 22 empreitadas no montante de 16 milhões de contos e foram adjudicadas a 3 empresas.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Eu confesso que não fiquei esclarecido. Retenho o que é importante, o que reputo de importante, ou seja, o compromisso político de financiamento: não haverá modificações de ritmo premente.

Gostaria de colocar uma questão muito concreta e objectiva:

Foi averbada aqui, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aprovada por unanimidade, uma resolução que recomenda 3 pontos para o Governo desenvolver.

Evidentemente que o bom desenvolvimento dessa resolução pode trazer acréscimo de alguma despesa, porque implica estudos, implica benefícios que, à partida, não estão a ser concedidos em vários dos pontos.

Eu não tenho tempo para entrar em pormenores, mas o Sr. Secretário deve convir que, tendo conhecimento dessa resolução aprovada em Junho, recebendo em Outubro a proposta de Plano e verificando que há o corte que podemos ver, há razões para eu ficar alarmado, porque a perspectiva não é gastar-se menos, mas sim gastar-se alguma coisa mais do que estava inicialmente previsto.

Gostava que o Sr. Secretário me dissesse, se for possível, em que medida é que consideraram as indicações da resolução na quantificação de custos para o próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Decq Mota que o âmbito dessa resolução ainda não está contabilizado e isto por uma razão de relativa facilidade de compreensão: nós temos essas empreitadas em andamento, nós temos contratos para essas empreitadas e introduzir sem mais nem menos qualquer alteração no volume dessas empreitadas, elas não seriam mais caras por causa das nossas obras, mas por causa da alteração ao contrato que está estabelecido, ou seja, as empresas provavelmente

aceitariam mudar as regras depois do jogo ter começado, mas isso era muito difícil não só ao nível administrativo como ao nível financeiro.

Se tiver que haver algum grau de cumprimento àquela resolução, em alguns casos, provavelmente terão que ser lançadas outras empreitadas, ainda que seja com as empresas que estão a funcionar na Ilha do Faial e do Pico.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que o Sr. Secretário não sabe eu vou-lhe dizer, mas isto é um exercício de perca de tempo, porque o senhor sabe e sabe porque assinou os despachos.

Dos 10 concursos que foram abertos até Setembro deste ano, 9 já foram anulados. Nestes 9 concursos que foram anulados e que o senhor não sabia, estão envolvidas verbas no valor de cerca de 2 milhões de contos.

São 153 moradias, aproximadamente, que vêm o seu processo não avançar porque, por decisão sua “coube ao Sr. Secretário Regional da Habitação comunicar que a empreitada não deverá ser adjudicada”. Se o senhor não sabe o que é que assina, não lhe posso ajudar mais do que isto.

São 10 empreitadas; 9 não foram adjudicadas, o que significa que são centena e meia de famílias que ficam no Faial à espera da resolução desta situação.

É evidente que a razão da não adjudicação compete ao Sr. Secretário explicar neste plenário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu agora percebi o que é que o Sr. Deputado Costa Pereira queria dizer.

De facto, o Sr. Deputado está a jogar às cartas e eu estou aqui a dar informações ao plenário. Naturalmente, faz parte do período eleitoral que o senhor atravessa.

Deputada Berta Cabral (PSD): Está sempre a pensar nisso, não pensa noutra coisa. Que nervosismo vai aí!

O Orador: Eu não estou nesse período. O meu período já acabou.

O que eu gostaria de dizer e de manter, é que o Governo Regional lançou 22 empreitadas no montante de 16 milhões de contos. Houve alguns problemas com cursais – é disso que o senhor está a falar – por uma razão muito simples: nós não adjudicamos por qualquer preço.

Quando avançamos para um concurso público, e neste caso ao abrigo da lei do sismo, se o concurso que nós fazemos ultrapassa 25% do preço base ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é um truque!

O Orador: Não é um truque, isto significa obviamente que há um acórdão do Tribunal de Contas que funciona em todo o país.

No vosso tempo provavelmente o Tribunal de Contas não tinha esse acórdão (e não tinha mesmo!) por isso podiam adjudicar a qualquer preço. Agora, o preço base é um e toda a proposta que ultrapassa 25% do preço base, tem que ser liminarmente rejeitada. Foi isso que aconteceu no caso de 153 habitações que já foram novamente concursadas e serão adjudicadas brevemente por ajuste directo. Portanto, esse espaço de tempo existiu porque houve um problema administrativo que teve que ser ultrapassado por via deste novo concurso que entretanto foi feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez vou dizer uma coisa que o senhor não quis referir. As empreitadas que puseram a concurso atingiram preços que nenhum empreiteiro pratica.

Ninguém nos Açores e muito menos no Faial, faz uma casa por 10 mil contos e o senhor apresentou esse preço.

Foi por isso que os concursos e as respostas que os senhores receberam foram o dobro do que os senhores colocaram na proposta base. Isto significa que os preços base para os concursos foram propositadamente baixos porque tinham vontade prévia para anular logo a seguir ao concurso.

Isto vem deste Governo que na reconstrução conta de tal maneira os tostões mas, por exemplo, para construir uma lagoa artificial, gasta 329 mil contos por 2 km de condutas de água.

Se isto é justiça para com os faialenses, eu não a aceito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de esclarecer esta Câmara que, felizmente, o Governo tem investido milhões de contos na reconstrução, mas tem a noção de que não pode ser a qualquer preço.

Para além das limitações legais que existem, e nós temos que respeitar a lei, existe também o senso de saber que o Governo, sendo o maior investidor em termos públicos nessa área, se andar sempre atrás dos preços que são oferecidos pelas empresas de construção civil, nunca mais pára a subida de preços que já está instalada no mercado com a procura que existe.

Ao contrário do que o senhor está a dizer, é a responsabilidade objectiva no sector da construção civil que muita gente já se queixa e quanto se queixaria se nós fôssemos atrás desses preços o senhor diz que são bons e que seriam óptimos para o Faial.

Não seria bom para o Faial. Não seria bom para a economia regional. Não haveria responsabilidade do Governo em matéria dos recursos.

Isto significa exactamente que, como tivemos coragem, antes das eleições, de anular concursos porque os preços eram elevados, vamos ter sempre a coragem política para, em todas as obras que ultrapassem o preço razoável e o preço que nós entendemos que é o preço justo e que está objectivamente nos projectos que são entregues pelos projectistas – e como deve saber os projectos vêm com um custo estimado – nunca ultrapassaremos demagógica e irresponsavelmente esses preços.

Isso é a bem não só do Faial, mas o sector da construção civil nos Açores, independentemente de nós também sabermos que no Faial há um preço acrescido e nós já o pagamos nesta Ilha, porque ela tem um custo acrescido em todas as obras, porque há muita procura.

Isto é responsabilidade.

No vosso tempo era fazer monumentos de rotunda por 750 mil contos.

(Aplausos dos Deputados da PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta é a última vez que falo neste pequeno debate por questões de gestão de tempo. Apesar de tudo, ele foi importante e útil.

O Sr. Secretário disse que não estavam contabilizados os custos na eventual aplicação das recomendações que saíram da resolução desta Assembleia.

Gostava de lhe lembrar, porque este é um problema crucial, que para além de ajudas majoradas em relação ao que está legislado, conforme está nos vários pontos previstos, no 2º ponto desta resolução há uma matéria importantíssima, ou seja, determinado tipo de ajudas ou de comparticipação em lotes a sinistrados que tendo direito e sendo do escalão 1, não têm terreno nem possibilidade de adquirir aos preços actuais do mercado.

Isso não depende de empreitadas. Depende do estudo que se faça, da situação, da disponibilidade, das formas de amortização, etc....

Gostaria de chamar atenção de V. Exa. porque esse é um dos problemas cruciais que o processo vai atravessar neste momento quando esta fase das empreitadas chegar perto do seu termo. Portanto, são pessoas que tendo direito não têm possibilidade de ter acesso ao terreno em condições de mercado. Podem tê-lo noutras condições.

A resolução aponta para isso.

É necessário que isso comece a ser estudado e pelos vistos ainda não foi.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só o Sr. Secretário é que conhece quais são os valores das empreitadas que estão em curso, porque em sede da Comissão de Acompanhamento do Sismo, em Fevereiro

deste ano, nós solicitámos ao CPR cópia dos contratos que estão firmados pelas empresas, para podermos saber qual era o custo das empreitadas e quanto é que está a custar a reabilitação ou construção de cada casa e, até hoje, não recebemos cópia desses contratos, nem informação.

Deputado Humberto Melo (PSD): Isso é grave!

O Orador: Destas 10 empreitadas que eu fiz referência, nós sabemos qual o preço base em que elas foram colocadas a concurso. Se o Sr. Secretário entende que tem tão grande poder que é capaz de fixar o mercado e afirmar que no Faial só se constrói uma casa por 10 mil contos, eu admiro-o, mas não acredito nisso. Não é o senhor que fixa o mercado. O mercado é que estabelece os preços, é que determina os preços que se vão praticar.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É espiral!

O Orador: Não é espiral.

O senhor está preocupado em gastar mais uns tostões na reconstrução e dar dignidade às pessoas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Uns tostões?!

O Orador: Sim, uns tostões!

Diz que os preços são muito caros.

O seu governo não tem a mínima relutância em pagar por cada quilómetro, em canos numa lagoa artificial, 160 mil contos.

É este o Governo em que as pessoas estão primeiro, Sr. Secretário?

Estamos conversados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para repetir aquilo que já disse.

O Governo não fixa preços, mas também não se quer sentir responsável por fomentar a espiral da subida dos preços.

Isso faz-se com alguns cuidados dentro do regime que existe.

Quando lançamos uma obra a concurso não a lançamos pelo preço que queremos. Lançamos pelo preço que está estimado no projecto. Aliás, isso faz parte da própria lei.

Não pode haver dúvida nenhuma nessa matéria.

O que nós não podemos fazer é, depois de lançarmos uma determinada obra pelo preço que está estimado no projecto, adjudicá-la por valor superior a 25%. Isso é um acórdão do Tribunal de Contas e contra isso só há uma situação a seguir, ou seja, anular essa obra e recomeçar o processo. É o que decorre da lei e não o que decorre do partidarismo

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos.

O primeiro ao Sr. Deputado Decq Mota para lhe lembrar que, por um lado, aquela resolução trará alguns custos a este processo. Eventualmente o custo global avaliado neste momento será um pouco inferior àquele que será o custo final em relação à resolução. Penso que nisso estamos de acordo.

Mas isso não invalida que, pontualmente, não seja necessário tanto dinheiro como aquele que estava inicialmente previsto em termos do Plano a Médio Prazo, desde logo, porque nos anos intermédios das empreitadas – e não nos anos finais, porque nesses tem que estar o montante final necessário para o pagamento integral – dependendo do volume de facturação que entre a cada momento, pode não ser necessário tanto dinheiro como aquele que estava inicialmente previsto, embora o valor global final, não há dúvida, possa ser ligeiramente superior.

O segundo esclarecimento vai dirigido ao Sr. Deputado Costa Pereira e é muito simples.

É efectivamente verdade que o Sr. Secretário da Habitação de Equipamentos, na qualidade de representante da Região neste processo, não é que fixa o preço do

mercado. Mas também é verdade que quem paga as obras é um agente activo desse mesmo mercado.

Esse mercado não existe sem o agente pagador.

Esse agente pagador, sobretudo em obras desta dimensão, é fundamental na regulação dos preços, quer se queira, quer não.

Se irresponsavelmente se entrar numa escalada de preços, que é uma coisa absolutamente incontrolável, não estamos só a penalizar as finanças da Região, como também estamos a penalizar todos os privados que à sua conta fazem obras. Isso não pode acontecer. É uma irresponsabilidade.

Quem paga é uma gente activo do mercado, porventura, até o mais importante. Portanto, tem que ter um papel activo e determinante na regulação desse mesmo mercado, ainda para mais porque representa um organismo público, e não pode embarcar em espirais subidas incontroláveis de preços.

Isso seria uma irresponsabilidade da qual nós – Governo e Grupo Parlamentar – nunca alinharíamos nem com a qual pactuaríamos. Isso é absolutamente impossível. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que nós sabemos, e todos confirmaram agora, que é o mercado que vai estabelecendo os preços. Aliás, isso não é novidade.

O CPR, o ano passado, adjudicou as empreitadas aos gabinetes projectistas por valores médios que se situaram entre 500 a 600 contos, mas há um gabinete que está a receber mais de 1000 contos por projecto. Por causa disso, nunca ninguém levantou o problema. Porquê?

Eu perguntei-lhe directamente numa reunião e o Sr. Secretário disse-me que tinha sido o único que tinha concorrido. Então, os senhores entregaram por mil e tal contos. Aí não houve problemas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Que confusão vai nessa cabeça!

O Orador: Agora, quando estamos a construir as casas e os senhores colocam como preço base 10 mil contos por uma casa, diga-me em qual das ilhas dos Açores é que se constrói uma casa por 10 mil contos.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Qual é a dimensão dessa casa?

O Orador: Quando os senhores determinam como preço base essa quantia, é evidente que nenhuma empresa o pratica.

O que os senhores pretenderam foi, obviamente, arranjar um pretexto fácil para, um mês depois de lançarem as empreitadas, fecharem as mesmas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para quem tem tantos problemas e tantos rebuços, não sei como nesta questão não teve.

A questão da lagoa. Na lagoa artificial gastaram-se em 3 semanas 165 contos por cada metro. Por cada dia, 901 contos. Aí não houve problemas, foi entregar logo àquela empresa o dinheiro certinho de que eles estavam a precisar.

Desta forma, não há justiça.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado José San-Bento (*PS*): A reconstrução vai ficar enriquecida!

O Orador: A reconstrução não vai ficar enriquecida, porque eu não vou falar da lagoa.

Eu pensei que o Sr. Secretário ia respondendo a cada tema, por isso ainda não apresentei o meu, mas pelos vistos não é assim.

Acho que isto está tendo uma grande vantagem. Julgo que a partir de hoje o Sr. Secretário Regional vai ficar com a ideia muito clara de que vir aqui à Assembleia é um bocadinho diferente de ir a um comício.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu julgo que o Sr. Secretário quando for para fazer o próximo comício não se vai esquecer do que lhe aconteceu hoje.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu gostaria de deixar aqui uma breve nota, porque fiquei negativamente impressionado com a forma, com o exagero, com o irrealismo, do tom da intervenção do Sr. Secretário.

Eu compreendo que às vezes é preciso fazer o Comício nesta Casa para agradar aos adeptos que aqui estão. É uma forma de fazer comício, mas mais restrita.

Ficaria mal com a minha consciência se em nome dos açorianos não viesse frontalmente discordar e manifestar uma posição totalmente oposta àquela que tentou deixar aqui em relação às estradas, e que todos nós sabemos que é uma área onde o Governo Regional tem falhado, nomeadamente a sua Secretaria, em função daquilo que se propõe. É isso que está em causa.

Os senhores atiram com os milhões.

Os senhores têm que “ser chamados à pedra” por aquilo que prometem fazer e depois não fazem. É isso que estamos aqui a avaliar.

É exactamente por terem demonstrado ao longo destes anos que são incapazes de fazer aquilo que prometem, ou por outras palavras, não são capazes de prometer aquilo que têm capacidade de fazer, que desacreditam o próprio processo e, neste caso, os documentos e os planos.

V. Exa. é o primeiro responsável por isso, porque é responsável por aquilo que depende directamente da sua área e é responsável por outros projectos e acções que, embora não dependendo directamente, são obras públicas e passam em parte pela sua tutela.

Eu podia dar aqui muitos exemplos, mas gosto de dar aqueles que conheço mais directamente.

Por conseguinte, em nome daqueles que me elegeram, gostaria de dar conta da total insatisfação pela acção deste Governo e, sobretudo, pela acção da sua secretaria e pela sua postura pessoal.

Sistematicamente o senhor vai às diferentes ilhas fazer promessas que sabe que não cumpre, tenta iludir as pessoas com milhões e demagogias, mas, efectivamente, as pessoas já não dão atenção, a não ser os jornalistas que por obrigação o acompanham.

Eu vou dar alguns exemplos:

Reabilitação da estrada 1-1ª entre a Cruz das Cinco e a Silveira.

Em 2000, tinha inscrito 150 mil contos. Nada fizeram!

Em 2001, surge com 70 mil contos. Já estamos a ver o que é que podem fazer.

Em Maio, V. Exa. iludiu esta Assembleia, iludiu aqueles que votaram no seu documento e comprometeu-se com o povo dos Açores a reservar 350 mil contos para 2002. Convenceu esta gente que em si confiou!

Agora, o senhor acaba de nos apresentar um documento em que vai inscrever 10 mil contos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar.

O Orador: Já termino.

Para eu não perturbar, Sr. Presidente, vou repetir: em Maio inscreveu 350 mil, uma obra que vinha atrasada 2 anos, agora vem-nos dizer que reserva 10 mil contos. Isto é o descrédito absoluto!

Eu se tiver mais “n” vezes três minutos, vou continuar a dar exemplos sucessivos sobre casos destes.

Se for capaz de esclarecer isto, eu ficava grato.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro parece que ficou incomodado com o meu tom de voz, mas não falei nem para si, nem para os meus deputados. Falei para a Câmara!

Naturalmente, falei na recta intenção de expor os objectivos do Governo Regional para o ano 2002.

O tom, é o meu, como o senhor tem o seu e às vezes as pessoas gostam, outras vezes não gostam. Desde que não ofenda ninguém, penso que estou no direito de me exprimir, independentemente da garganta ser esta que tenho.

Contudo, gostaria de dizer que em relação a uma obra concreta que expôs, não percebo a dúvida, porque já disse uma vez que há duas estradas que fazem parte do chamado anel de São Carlos. Há uma que é a Cruz das Cinco/Silveira/São Mateus e a outra é Cruz das Cinco/São Mateus/Silveira. Isto significa que é o caminho de baixo de São Mateus e a outra é a estrada que vai para São Carlos.

Essa estrada já está adjudicada. O contrato está no Tribunal de Contas e a empresa que ganhou esse concurso foi a empresa que está a fazer a estrada da Serretinha. Quando acabar irá para lá.

Essa programação foi feita. Houve um atraso em relação àquilo que estava previsto, mas é uma obra adjudicada com contrato do Tribunal de Contas

Quanto à estrada Cruz das Cinco/São Mateus/Silveira, vamos receber o projecto dentro de pouco e imediatamente ela será posta a concurso.

É verdade que às vezes o Governo faz uma previsão no final do ano, quando apresenta os planos, e há atrasos dos projectistas para o lançamento da obra, mas foi tão somente isto que se passou e estou em condições de lhe dizer que o ponto de situação dessas duas estradas é este.

De resto, a Ilha Terceira neste plano tem um processo de acções que julgo que melhoram significativamente o estado de degradação em que as estradas estavam em 96 e nós contamos, no ano 2004 – isto é um plano de legislatura – resolver os principais problemas estruturais da Ilha Terceira em matéria de estradas regionais.

É para isso que nós estamos a trabalhar e é com essa convicção que nós vamos chegar ao fim resolvendo, em matéria de estradas regionais, o forte atraso que encontramos na Ilha Terceira em 1996.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Em estradas regionais ainda estão piores!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma necessidade absoluta de sair daqui esclarecido num aspecto.

Eu solicitava ao Sr. Secretário Regional que me dissesse se não respondeu à questão dos terrenos por se ter perdido um bocado na confusão das várias questões que aqui foram colocadas, ou se não quer responder a essa questão. Para mim é importante saber isto.

A questão que coloquei prendia-se com uma previsão de custos que têm a ver com a execução de parte do ponto 2 da Resolução aprovada aqui em Junho. Não tem a ver com a empreitada, mas com uma previsão de custos.

Admito que o Sr. Secretário tenha-se perdido um pouco, porque foram várias as questões colocadas, mas se não quer responder agradecia que me dissesse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Neste momento, não lhe vou dar uma resposta taxativa por uma razão muito simples, por um princípio de seriedade.

Nós estamos preocupados, e somos obrigados no sentido de que a lei o exige, em ceder terrenos, em primeiro lugar, às pessoas que saem das zonas de risco e automaticamente têm direito a um terreno que lhes é cedido.

Nesse sentido nós avançamos, em primeiro lugar, para a compra de terrenos e para a sua infraestruturização, na Ribeirinha para resolver as situações de risco dos Espalhafatos, nos Flamengos e também em Castelo Branco.

Após este processo de cedência que está inscrito na lei é que poderemos avaliar essa situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em 1996, as estradas da Ilha Terceira estavam muito más, mas Sr. Secretário, qualquer observador ponderado conclui que, apesar das vossas promessas, cinco anos depois, aquilo que se fez não compensou a degradação natural que as estradas daquela ilha tiveram.

Deputados Bento Barcelos e Berta Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, cinco anos depois não houve uma situação líquida positiva.

Julgo que todos aqueles que têm a obrigação de as conhecer com mais pormenor, subscrevem este princípio.

Acabámos agora de saber que, quer a estrada 6-2ª, quer a 1-1ª, só para 2003.

Mas Sr. Secretário, a Lajes/Praia que V. Exa. dotou em 2000, tornou a dotar em 2001 e em Maio passado fez inscrever 150 mil contos como previsão no âmbito do PMP, é mais um exemplo em que vem aqui trazer uma dotação que passa, em 6 meses, para um terço (50 mil contos).

As perspectivas são de agravamento.

Se o ritmo já era insuficiente, com a política que V. Exa. traz para ser aprovada por esta Assembleia, agrava-se.

Pequenas obras como a reabilitação da circular da rotunda D. Beatriz e rotunda da Boa Vista, na Praia da Vitória, tinham uma dotação de 65 mil contos.

Estamos em Novembro.

Espero que V. Exa. dê a garantia de que os trabalhos vão decorrer durante a campanha eleitoral, porque se não der a garantia de que os trabalhos vão decorrer rigorosamente durante a campanha eleitoral, vamos chegar ao fim de 2001 e ela não se faz e com uma agravante é que nem os senhores têm verba para 2002, nem o Roberto Monteiro garantiu que ela seria feita.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Como nessas matérias V. Exas. andam a par, o risco que nós corremos é ficarmos outra vez mal servidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Decididamente o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em matéria de estradas é distraído – já me disseram uma vez isto – porque só conhece Porto Martins/Praia.

Em matéria de estradas regionais, na Terceira nós até podemos não ter respondido às suas expectativas, não sei se virtuais ou se de quem anda mesmo nas estradas.

Nós executámos mais de 40 quilómetros de estrada, na Terceira, só na estrada Lajes/Serreta. Depois dessa já concluímos vários troços.

Está em curso a estrada da Serretinha, concluímos a Ladeira da Pena, os 5020-Juncal, já mostrámos o projecto da Lajes/Praia da Vitória que vai ser lançado a concurso e é por isso que essa dotação representa a calendarização que está feita.

Há pouco disse-lhe que em relação ao anel de São Carlos, o estado da situação é esse.

Obviamente que isso não representa de todo o nosso entendimento.

No entanto, há uma coisa que lhe quero dizer. Efectivamente, eu vou ser o último a me preocupar com a estrada da rotunda D. Beatriz e da Boa Vista, porque essa é uma estrada que está contratualizada com a Câmara Municipal da Praia há dois anos e há dois anos que tem a mesma dotação. Por essa, tenho que dar essa borla e fazer justiça no sentido de que eu não sou responsável pela execução de um contrato ARAAL que está feito com a Câmara Municipal da Praia da Vitória no montante de 75 mil contos e que a Câmara ainda não respondeu.

Essa matéria, provavelmente é mais da responsabilidade e preocupação autárquica, quer neste período eleitoral, quer não, dos candidatos (dos seus, talvez) e do candidato do PSD que é o actual Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS não tem preocupações!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Face à resposta que o Sr. Secretário Regional deu em relação à questão dos terrenos, há um pergunta que obrigatoriamente tenho que fazer:

Dentro da calendarização que tem, das obrigações que tem, é sua intenção ou não, quando chegar à altura, acatar ou dar desenvolvimento à Resolução da Assembleia Regional nesta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos. Voltamos amanhã às 10 horas.

Entretanto, o Sr. Secretário vai informar os tempos ainda disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista tem 72 minutos gastos, 228 minutos disponíveis.

O Partido Social Democrata tem 94 minutos gastos, 116 minutos disponíveis.

O Partido Popular tem 29 minutos gastos, 31 minutos disponíveis.

O Partido Comunista Português tem 32 minutos gastos, 28 minutos disponíveis.

O Governo tem 129 minutos gastos, 171 minutos disponíveis.

Presidente: Boa noite. Até amanhã.

(Eram 20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Pacheco Amaral

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco.